

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2010

Número 1

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

**MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO**

2010, NÚMERO 01

ISSN: 2177-4218

Sumário

I. Editorial

II. Artigos

- 1. A Caracterização de Tibério César Augusto como Personagem Política nos Anais de Tácito**
Rafael Costa Campos..... 11
- 2. A Construção da Alexandria Ptolomaica na Historiografia Contemporânea**
Joana Campos Clímaco..... 26
- 3. *Homo Oeconomicus*: a Historiografia sobre os Metecos Atenienses nos Séculos XIX e XX**
Fábio Augusto Morales..... 37
- 4. A Interação entre Herói e Multidão na *Ilíada***
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira..... 57
- 5. Introdução aos Estudos sobre a *Geografia*, de Estrabão**
Bruno dos Santos Silva..... 71
- 6. Questões para o Estudo da Economia Antiga: Notas para uma Discussão**
Deivid Valerio Gaia..... 84
- 7. O Fenômeno dos Banhos Públicos e os Casos Pompeianos**
Victor Sá Ramalho Antonio..... 99

III. Ensaios

- 1. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: um Ensaio**
Norberto Luiz Guarinello..... 113

IV. Resenhas

- 1. Kostas Vlassopoulos, *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History Beyond Eurocentrism***
Fábio Augusto Morales..... 129
- 2. Beard, Mary. *Pompeii: the Life of a Roman Town***
Victor Sá Ramalho Antonio..... 134
- 3. Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians***
Uiran Gebara da Silva..... 138

I. Editorial

I. Editorial

O primeiro número da *Mare Nostrum* reúne artigos, resenhas e ensaios produzidos no segundo semestre de 2009, cujos temas, objetos e problemas de pesquisa estão associados a experiências de pesquisas voltadas, em maior ou menor medida, para as questões relativas aos processos de integração no Mediterrâneo Antigo. Este primeiro número tem como principal objetivo iniciar um debate de longo prazo com estudiosos sobre a questão do papel do Mediterrâneo Antigo nos estudos sobre a Antiguidade. A maior parte dos textos aqui publicados, criados em meio ao trabalho de pesquisa e às discussões no Laboratório de Estudos do Império Romano, não têm como objeto principal o problema da integração do Mediterrâneo, mesmo assim, de uma forma ou de outra, este problema está presente neles tangencial, implícita ou até mesmo explicitamente. Este é o espírito com o qual a Revista *Mare Nostrum* buscará abordar sua questão central: como espaço de publicação de estudos de diversas naturezas e formas sobre a Antiguidade, que possam contribuir direta ou indiretamente para a realização de debates e para a compreensão dos processos de integração das sociedades do Mediterrâneo Antigo.

Os sete artigos podem ser divididos em dois grupos: estudos historiográficos e análises de fonte textual. No primeiro grupo encontramos o artigo de Joana Campos Clímaco, que analisa alguns debates da historiografia contemporânea sobre a cidade de Alexandria, particularmente no que diz respeito à natureza grega, egípcia, sincrética ou “original” de sua inserção no mundo egípcio e no Mediterrâneo como um todo; também sobre historiografia versa o artigo de Bruno dos Santos Silva, que procura resumir os estudos mais recentes acerca da obra de Estrabão e apontar alguns caminhos de pesquisa, especialmente sobre os modos de classificação dos povos da Pensínsula Ibérica; o artigo de Fábio Augusto Morales analisa o modo pelo qual a historiografia contemporânea interpretou a natureza e a inserção social dos metecos na pólis de Atenas durante o período clássico, criticando as visões economicistas e propondo uma abordagem propriamente política; por fim, o artigo de Deivid Valério Gaia busca realizar uma reflexão a respeito da investigação da Economia Antiga, revendo o debate entre primitivistas e modernistas e a necessidade de uma espacialização dos conceitos de história econômica. No segundo grupo de artigos está o de Rafael Costa Campos, sobre a caracterização do imperador Tibério nos Anais de Tácito, discutindo as

formatações narrativas da fonte à luz das polêmicas historiográficas contemporâneas; o texto de Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, por sua vez, estuda as relações entre o herói e a multidão na *Ilíada* à luz das categorias de “identidade” e de “efeito-plateia”, refletindo assim sobre o caráter ativo dos guerreiros “que não são os melhores” (a plateia dos feitos heroicos) na identificação e julgamento dos heróis; o artigo de Victor Sá Ramalho Antonio, por sua vez, propõe uma discussão das termas e banhos públicos romanos em termos de processos de construções identitárias, realizando um estudo comparativo de três casos pompeianos e a validade do uso do conceito de romanização. Em seguida, na seção "Laboratório", dedicada a textos experimentais, temos um ensaio de Norberto Guarinello. Neste é desenvolvido de forma ensaística um ângulo de visão do Império Romano que tenta associar a compreensão na longa duração com a necessidade de compreender a realidade social romana como processo em construção e reconstrução, mas que também está baseado em relações de dominação e exploração. Para isso, resgata as principais interpretações que os historiadores modernos apresentaram a respeito do Império Romano (assim como suas conjunturas modernas de desenvolvimento), para em seguida propor o uso das noções de ordem, fronteiras e integração como resposta à recente interpretação baseada nos conceitos de conectividade e fluxos tão sintonizada com a modalidade de Globalização vivenciada a partir dos anos 1990.

A Revista fecha com três resenhas: a de Fábio Augusto Morales analisa a obra de Kostas Vassopoulos, *Unthinking the Greek Polis*; a resenha de Victor Sá Ramalho Antonio analisa *Pompeii, the life of a Roman town* de Mary Beard; a resenha de Uiran Gebara da Silva analisa a obra de Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire*.

Esperamos, portanto, que esse modesto número inicial seja seguido por outros com contribuições mais variadas e pautados por efetivos debates e experimentos intelectuais sobre o problema dos processos de integração social do Mediterrâneo Antigo.

II. Artigos

A CARACTERIZAÇÃO DE TIBÉRIO CÉSAR AUGUSTO COMO PERSONAGEM POLÍTICA NOS *ANAIS* DE TÁCITO

Rafael da Costa Campos¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre o imperador Tibério César Augusto (14-37 d.C.) – personagem bastante presente nos escritos de Cornélio Tácito na primeira metade que nos chegou dos *Anais* –, ressaltando algumas das mais relevantes exposições historiográficas sobre sua caracterização, observando a importância da relação entre Principado e liberdade política, composição narrativa e o uso das fontes históricas pelo historiador.

PALAVRAS-CHAVE: Tácito; Principado; Tibério; História Política

ABSTRACT: Our main purpose in this paper is to develop an analysis about a composition of the roman emperor Tiberius Caesar Augustus (14 – 37 AD), a fundamental character on the writings of Cornelius Tacitus in the remaining first half of the *Annals*, underlining some of his most significant historiographic proceedings about Tiberius' portrayal, regarding the importance of the relation between Principate and political liberty, narrative composition and his utilization of historical sources.

KEY-WORDS: Tacito, Principate; Tiberio; Political History

Podemos supor que Públio Cornélio Tácito, historiador e político proeminente de família oriunda do Sul da Gália, provavelmente nasceu logo após a ascensão de Nero Cláudio César, em 54 d.C. Acredita-se que seu pai tenha servido a este imperador como oficial de finanças por volta do mesmo período, pertencendo à ordem equestre e inserido em um grupo social cuja importância na execução das funções administrativas elevava-se gradualmente durante o Principado.

As informações mais concretas sobre a biografia de Tácito, assim como os principais subsídios sobre diversos autores de seu período, são derivadas de seus próprios escritos, em especial da biografia sobre seu sogro Júlio Agrícola. Da mesma forma, a correspondência de seu amigo Plínio, o Jovem traz algumas pistas relativas à sua atividade dentro da vida pública romana, nos primeiros anos do século II d.C., – embora não existam certezas sobre o prenome do autor (Gaio ou Públio), bem como

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-UP sob a orientação do prof. dr. Norberto Luiz Guarinello e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

acerca das datas aproximadas de seu nascimento e morte (especula-se entre 115 a 120 d.C., durante o governo de Adriano).

Sobre sua carreira política, pode-se dizer que o casamento com a filha do então cônsul Júlio Agrícola, em 77 d.C., auxiliou Tácito a avançar dentro do *cursus honorum*, tendo recebido suas primeiras honras públicas durante o Principado de Vespasiano, em 79 d.C., e durante o breve governo de Tito – sendo questor e adentrando ao Senado². No governo de Domiciano tornou-se pretor e foi admitido no colégio sacerdotal dos *quindecimviri sacris faciundis*³. Acredita-se que entre 89 e 93 d.C. tenha comandado uma legião provincial na província da Ásia e fora eleito cônsul em 97 d.C. Após a morte de Domiciano, em 96 d.C., e o breve governo de Nerva (97-98 d.C.), obteve com o imperador Trajano o governo da província da Ásia, em 112 d.C.⁴

A obra que constitui o foco de análise deste artigo foi também seu último escrito⁵. Os *Anais*, compostos entre 115 e 117 d.C, são fragmentos que narram os governos de Augusto até Nero, os quais representam dois terços do texto completo: os livros I a IV, o início do V, o livro VI, sem seu início, e os livros XI (sem o início) a XVI, sem o final, supondo-se um total de dezoito livros. O conteúdo pode ser dividido em três partes: a breve síntese do Principado de Augusto até a morte de Tibério (14-37 d.C.) (livros I a VI); os anos de 47 a 54 d.C. do governo de Cláudio (o Principado de Calígula se perdeu), e o governo de Nero até 66 d.C (sem os eventos próximos a seu assassinato, o princípio da guerra civil e o “ano dos quatro imperadores”, em 69 d.C.).

Os *Anais* representam o amadurecimento da escrita histórica de Tácito sobre o Principado romano. Organizados em três partes, os *Anais* tem sua primeira parte interrompida na primeira aparição do Prefeito do Pretório Élio Sejano no começo do livro IV. A introdução da segunda parte se perdeu, e o que restou termina com a morte do imperador Cláudio; por fim, a terceira parte inicia-se com a ascensão de Nero e

² Tácito, *Histórias*, 1.1.

³ Tácito, *Anais*, 11.2.

⁴ Informações sobre este cargo nos vieram por meio de uma inscrição encontrada na cidade de Mylasa, na Ásia, em 1890.

⁵ A primeira cópia sobrevivente deste livro é um manuscrito conhecido como “primeiro mediceu” ou M1, compreendendo somente os seis livros iniciais, a narrativa do Principado de Tibério, em que grande parte dos livros V e VI nos faltam, e foi transcrito na Alemanha durante a metade do século IX, levando a crer em uma distância de mais de sete séculos entre a confecção do manuscrito original e esta cópia, o que nos sugere inevitáveis alterações do sentido original do texto. Os livros XI a XVI foram encontrados em outro manuscrito conhecido como “segundo mediceu” ou M2, escrito no século XI. Sabemos que este manuscrito foi usado durante os séculos XIV e XV, e que possivelmente algumas cópias que circularam durante esta época dele são derivadas. A primeira impressão dos livros XI-XVI dos *Anais* data de 1472; já o “primeiro mediceu” não foi copiado até meados do século XVI. A primeira edição impressa dos seis primeiros livros foi produzida em 1515, mas somente em 1569 foi encontrada com o nome designado atualmente.

algumas alusões ao governo de Tibério, tendo como referência alguns assassinatos políticos: Agripa Póstumo (14 d.C.), filho adotivo de Augusto e Júlio Silano, procônsul da província da Ásia (54 d.C.). O paralelo entre esses governos também se estende para as comparações entre Lúvia e Agripina, respectivamente mães de Tibério e Nero⁶.

Em sua narrativa, Tácito secciona os Principados em dois momentos: primeiramente, referindo-se a um período de boa administração pública e relativa consonância com a aristocracia senatorial; enquanto a segunda é composta de abusos de autoridade e perseguição política, enfatizando a degeneração do caráter do imperador como efeito da corrupção pelo poder. Diferentemente de um tradicional cânone de escrita historiográfica herdado dos gregos, os *Anais* não começam com uma apresentação dos objetivos pessoais do autor, pois os capítulos iniciais do livro I expõem uma síntese histórica dos eventos que abarcaram o colapso da República e o triunfo político-militar de Augusto. Em seguida, Tácito apresenta uma crítica ao tratamento documental atribuído às vidas dos imperadores júlio-claudianos e, em meio à afirmação de sua imparcialidade (*sine ira et studio*), define como foco de sua obra a cidade de Roma (*Urbem Romanum*) e seu governo. Deste modo, as guerras contra povos estrangeiros e os tumultos militares são inseridos em um plano subsequente às questões de política imperial e as disputas internas por poder.

É relevante destacarmos algumas considerações sobre o texto taciteano. Ronald Mellor (1993, p. 14) afirma que um retrospecto do governo de Augusto, em meio à constatação de que as províncias estavam mais bem apaziguadas sob a égide do príncipe do que pelo Senado⁷, indica um apelo crítico sobre a constatação da perda de uma “inocência política coletiva” na sociedade romana. Mais ainda, A. J. Woodman (2004, p. 12) observa que Tácito não iniciou sua narrativa a partir da vitória militar de Augusto no *Actium* (31 a.C.), pois tinha um claro intuito de explicitar que a passagem de Augusto e a ascensão de Tibério não representavam apenas uma condição política transitória: o Principado seria, pois, uma nova forma de governo, e não apenas mais um estado de sublevação de poderes. Igualmente, a *res publica*⁸ sobreviveria em uma

⁶ Tácito, *Anais*, 1.6; 13.1.

⁷ Tácito, *Anais*, 1.1.

⁸ O conceito de *res publica* pode ser politicamente compreendido como o conjunto dos cidadãos e todos os assuntos relacionados a essa comunidade, sendo também um antônimo de *res privata*. A *res publica* adquire a fisionomia de um “Estado” quando este termo e a *res populi* são unidos em torno do controle de uma aristocracia que defende sua aptidão e sua propriedade para a gerência dos assuntos com o consentimento do povo romano (Ehrenberg, 1974, p. 112). Natural à *nobilitas*, essa atribuição natural do controle do poder e a fé duradoura do povo romano na aristocracia, de fato poderia ser encarada como a fé da própria aristocracia em si mesma (Adcock, 1989, p. 20).

conveniente ambiguidade, em que a aparência de uma permanência de valores políticos na verdade revelava a submissão da aristocracia ao *princeps*, mas que em efeito funde-se na soberania de um único *princeps*: os magistrados continuam sendo eleitos, mas estes deveriam ser aceitáveis para Augusto.

Por sua vez, Ronald Syme (1957, p. 199) credita à construção de sua narrativa o semblante de um historiador político: atenta constantemente sobre os ganhos e perdas na nova forma de governo. Além disso, o tema da tradição política em Roma e as transformações no ideário político se fundem às críticas quanto à consistência desses valores e da administração dos céсарes júlio-claudianos. Sobre esses valores, Judith Ginsburg acrescenta (1993, p. 103) que o passado, as ações e decisões políticas dos *maiores* republicanos são evocadas como um padrão de conduta contra as atribulações do presente: as alusões a diversos momentos da República ressaltam o descompasso do Senado. Entretanto, como bem salienta John Percival (1980, pp. 119-123), muito na narrativa do autor remete a uma percepção nostálgica de República, distante até mesmo do próprio governo de Augusto. Frente a isto, temos também as constantes comparações ao período de Trajano⁹: talvez pela retomada do controle do processo sucessório pelo Senado, e mais ainda pela posição de destaque adquirida durante o governo deste, de que liberdade política e República poderiam caminhar juntas novamente.

Em relação à forma de seu discurso, deve-se partir de uma pressuposição básica sobre a organização de seu relato. Durante a Antiguidade houve uma distinção que estabelecia os *annales* como uma crônica de eventos no passado, enquanto *historia* seria a memória e a experiência de um indivíduo em seu tempo. Todavia, Tácito se descreve como um *auctor* ou um *annalium scriptor*: para enunciar a principal função de seus anais (*praecipuum munus annalium*)¹⁰, e para deixar claro o rigor de sua tarefa (*annales nostri*)¹¹. Tal combinação de funções identifica-se pelas influências textuais de uma tradição estabelecida por Fábio Pictor, Catão, Salústio e Pólio: os historiadores tendem a se assemelhar em uma reprodução dos eventos permeada pelo ressentimento que contrapõe passado e presente, especialmente Salústio.

Para a análise dos eventos em sua obra, Tácito parece ter consultado tanto fontes de fácil acesso quanto documentos obscuros e, assim como outros historiadores romanos, possivelmente acreditava que a pesquisa pessoal era a ferramenta mais

⁹ Tácito, *Histórias*, 1.1.

¹⁰ Tácito, *Anais*, 3.65.

¹¹ *Idem*, 4.32.

importante para a composição de uma história dos eventos recentes. Para tanto, buscou testemunhas oculares desses fatos. Grande parte dos detalhes veio de sua pesquisa em reminiscências, biografias, cartas e discursos da época, bem como as atas senatoriais e obras de historiadores como Plínio, o Velho, Fábio Rústico e Clúvio Rufo.

Em relação à precisão histórica, Ronald Syme aponta (1959, pp. 378-396) a ocorrência de constantes imprecisões, sob diversos aspectos¹²: fatos históricos do último século da República, medidas políticas nos principados de Augusto e Tibério, equívocos e omissões sobre a genealogia de membros das famílias romanas do período, e falta de clareza sobre as origens de vários indivíduos durante o livro. Mais ainda, ignora inúmeras proclamações imperiais, publicações de editos, bem como comete erros na descrição e na localização geográfica de batalhas.

Embora não possamos admitir qualquer tipo de analogia com o procedimento padrão de uma pesquisa histórica atual, para Arnaldo Momigliano (2004, p. 161), Tácito é um escritor cuja autoridade não pode ser desconsiderada; o historiador certamente tinha uma opinião bastante clara sobre as personalidades e a política da corte imperial, e embora não possamos atestar uma manipulação dos eventos, seu ceticismo não o impediu de organizar os relatos para elaborar uma narrativa em que possa persuadir o leitor de seu ponto de vista.

Nesse sentido, o estilo de Tácito mostra as principais características da literatura de seu período: breves e concentradas *sententiae*, geralmente interligadas umas nas outras assindeticamente, o que representa uma apresentação distinta da retórica¹³, combinando a ênfase nos conflitos psicológicos como forma de realce à intenção de um discurso, além de uma aguda percepção sobre a instrumentalização dos componentes discursivos e retóricos perante aqueles que lêem ou escutam um discurso¹⁴.

¹² Para uma ampla discussão sobre imprecisões no texto taciteano, ver Syme, 1997 pp. 378-396; "Tacitus: Some Sources of his Information", *Journal of Roman Studies*, vol. 72 (1982), pp. 68-82; K. Wellesley, 1954, pp. 13-33.

¹³ Einar Löfstedt ressalta (1948, p. 3) que o estilo do autor é uma expressão da personalidade do indivíduo que escreve e emana de seu cerne: de forma concentrada se exhibe uma seriedade sombria e uma movimentação ativa nos eventos históricos de Tácito. Sem degenerar para uma retórica vazia, umas das chaves para a coesão de seu estilo está no material histórico com o qual trabalha e seus fatos, assim como sua preocupação em evidenciar os caracteres psicológicos dos personagens e as tramas que descreve, complementados com considerações de cunho retórico que reverberam a tradição de vários séculos de escrita literária.

¹⁴ Kristine Gilmartin complementa (1974, pp. 216-222), em oposição a Walker (1960) e Syme (1959), que em várias passagens de sua obra Tácito tece comentários sobre retórica, evidenciando a predileção por pelo menos três estilos discursivos. Primeiramente, um estilo simples e fluente era compatível a certas pessoas e circunstâncias, e poderia ser utilizado com sucesso por destacar a sinceridade do enunciador. Em segundo, um estilo que mescla complexidade e sinceridade também poderia ser eficaz. Por último,

Não entraremos nos pormenores de cada exemplo, mas alguns comentários sobre o estilo oratório de Tibério nos fornecem alguns indícios, como o de um discurso sincero: “O Imperador, que na maior parte das vezes era contido e parecia empurrar suas palavras, falava mais atenta e expansivamente quando intercedia em auxílio de alguém”¹⁵. Como exemplo de um discurso rude e ambíguo, por sua vez, há a resposta de Tibério à solicitação de dinheiro feita pelo senador M. Hortálo, exortando os senadores a não solicitar indistintamente auxílio do Estado, como um risco de intensificação da licenciosidade¹⁶.

A elevação dos planos psicológicos e o destaque dos elementos dramáticos na estrutura do relato histórico¹⁷ criaram um novo cânone na narrativa historiográfica. Tanto Alain Michel (1971, p. 59) quanto J. Cousin (1957, pp. 233-234) acreditam em influências do pensamento estóico sobre Tácito, que influencia na construção de um discurso moralista que faz do homem o centro de seu estudo e o objetivo de sua enquete. Em meio a isto, o autor teria se utilizado da *eirôneia*, mistificação ou construção de uma ironia intelectual, visando a verter luz sobre os segredos do Principado.

Perante sua intenção de relatar apenas as opiniões que se destacam por sua nobreza ou torpeza insigne¹⁸, Tácito nutre profunda desconfiança pela aparência dos fatos. À parte as distorções de seu próprio julgamento, a expressividade dos personagens toma, junto com suas falas e as análises destas, o primeiro plano nessa ironia. Esta se completa com a ampla utilização de termos como “dissimulação” (*dissimulatio*) e “aparência” (*species*)¹⁹. O verbo *uolle* (querer), por sua vez, e a palavra *voluntas* – virtude que se atribui aos imperadores –, dá lugar aos impulsos, remetendo ao plano psicológico e ao apelo dramático de seus personagens: *ira*, *inuidia*, *odium*, *simultates*, *cupiditas*, *studium*.

um estilo complexo e ambíguo poderia ser mais útil em caso de situações conflituosas, embora o excesso de ambiguidade fosse perigoso, pois poderia provocar uma reação inesperada e não soar sincero.

¹⁵ Tácito, *Anais*, 4.31.

¹⁶ *Idem*, 2.38.

¹⁷ Mais do que uma simples compilação, em sua estrutura analítica existe a preocupação com a busca de uma unidade interna que estabeleça as relações de ação e reação no decurso dos eventos e de seus personagens. Diante dessa tentativa de explicação das ações humanas são relacionados efeitos materiais e causas psicológicas, sugerindo certa liberdade do homem em meio a um mundo gerido pelo *fatum*: o agente do *fatum* e da *fortuna* liga a consequência de suas paixões às tramas de seu destino (Cousin, 1957, p. 233).

¹⁸ Tácito, *Anais*, 3.65.

¹⁹ Segundo Cousin (1957, p.238), o termo *species* é utilizado 154 vezes nas obras de Tácito.

Assim, no que tange à forma, podemos asseverar que Tácito faz amplo uso de um discurso dramático²⁰ e suas menções: a *oratio recta* ou a *oratio obliqua*. Dentro dessas duas categorias fundamentais ocorrem seis tipos principais de discurso: pronunciamentos formais ao público (*contio*); intercâmbios informais entre falantes (*conversatio*); comentários individuais aleatórios (*dictum*); sínteses de opinião (*combinatio*); oráculos, preces ou editos (*formula*); e, por fim, instruções para algum funcionário ou legados.

Em relação ao conteúdo, podemos reafirmar que seu interesse predominante era pela política interna de Roma, seguindo-se às questões militares e à política externa. Tibério é o principal interlocutor, fato relevante no desenvolvimento da narrativa entre os livros I e VI. Neles é possível “escutar” senadores, generais e soldados, alguns indivíduos que dão suporte à sua visão da história do período e, por fim, o povo. Miller (1968, pp. 287-290) afirma que, de modo geral, a preocupação é sempre para com a política em Roma, e os frequentes e longos discursos geralmente comprovam isso. Tácito utiliza o *innuendo*, o apelo a insinuações, para transmitir a impressão de que o autor se exime da responsabilidade de fornecer um julgamento diante dos eventos que descreve.

Como forma de esboçar uma parcialidade na narrativa, um dos primeiros e principais expedientes é a isenção de acusações diretas sobre os crimes que ocorrem durante o texto. Conforme Ryberg (1942), essa hesitação se mostra bastante contrária ao intento de Tácito em relatar motivos, analisar razões para determinados acontecimentos, reconstruir pensamentos, sentimentos e intenções.

Assim, um dos principais personagens apresentados com essa técnica é Tibério. Um exemplo muito claro é o relato sobre a morte de Augusto, justificado por rumores de que o agravamento de sua saúde se devia a crimes por parte de sua mulher Lívia²¹ e pela suspeita de o imperador ter visitado secretamente Agripa Póstumo durante seu exílio. Tácito se nega a decidir pelo rumor, mas oferece certa plausibilidade para a

²⁰ A disposição do discurso dramático não pode ser considerada como uma circunstância aleatória, mas um fator determinante na constituição de sua narrativa. Entre o início e o fim de suas obras há um gradual crescimento de discursos apresentados como *oratio obliqua*: este fato indica uma predileção de Tácito por essa forma de discurso dramático, que convenientemente o auxilia na expressão dos pensamentos e sentimentos de um indivíduo – uma ferramenta que permite a definição do temperamento de seus personagens. O discurso dramático de Tácito possui características singulares, que refletem a temática de sua escrita: as principais características do Principado, embora não falem críticas bastante contundentes sobre a forma pela qual Tácito se apropriou de vários de seus discursos (Miller, 1968, pp. 290-296).

²¹ Tácito, *Anais*, 1.5.

suspeita de que essas tramas teriam relações com o futuro imperador e sua mãe²². Outro exemplo são as exposições da opinião pública sobre Augusto e Tibério²³, em que Tácito mostra considerações positivas e negativas sobre o principado de Augusto, o que cria no texto uma atmosfera de tensão que anuncia o governo de seu sucessor, permanecendo ao longo das referências a seu governo.

Ainda como parte da utilização do recurso às insinuações, temos a consideração de acusações como alternativa às quais o historiador se exime de justificativas. Ao afirmar que Tibério só veio a ser o principal herdeiro de Augusto pelas mortes de Agripa, Gaio e Lúcio César, o autor insinua ao mesmo tempo a fatalidade ou as tramoias de sua mãe²⁴. Embora não demonstre claramente uma preferência entre as versões, ocasionalmente algum traço do *innuendo* leva o leitor a cogitar a pior possibilidade.

Outro aspecto dessa técnica é a descrição de rumores, boatos ou explicações sem claro suporte – resgatando-as posteriormente à narrativa como fatos tacitamente aceitos. Como principal exemplo, a dúvida presente sobre as causas da morte dos possíveis candidatos à sucessão (fatalidade do destino ou maquinações de Lívia)²⁵ é resolvida logo adiante²⁶, com Tácito afirmando ser um rumor bastante difundido o fato de Lívia ter sido uma madrasta atroz para a casa dos Césares (*gravis domui Caesarum nouerca*). Embora não haja qualquer indício, ao leitor dificilmente desconsidera-se uma impressão de culpa por parte de Lívia. A justaposição de ideias complementa-se à utilização dos rumores e insinuações, pois Tácito descreve constantemente os sentimentos de certos personagens, atribuindo-lhes uma vivacidade que realce o caráter dramático do discurso.

Efetivamente, podemos tomar a descrição da postura de Tibério em relação a seu filho adotivo Germânico: enquanto o *Princeps* mostrava relutância em aceitar a soberania do cargo perante o Senado em setembro de 14 d.C., assumiu ao mesmo tempo o controle imediato da guarda pretoriana e do exército, por temer que Germânico pudesse tomar o poder com suas legiões. Mais ainda, logo adiante Tibério é descrito

²² O senador Lúcio Arrúntio, acusado de traição em 37 d.C., atesta uma condenação do principado de Tibério, e em meio às súplicas para que não cometesse suicídio tão apressadamente, questiona-se sobre o que poderia de melhor esperar de um sucessor? Gaio (Calígula) era inexperiente e havia sido conduzido pelo pior exemplo (*Anais*, 6.48). Além disso, acusações ou críticas são frequentemente consideradas como rumores, opiniões do povo ou boatos: mesmo munido de informações coerentes, ele não deixa de incluir os rumores que sobreviveram a seu tempo (*Anais*, 4.10).

²³ Tácito, *Anais*, 1.4-5.

²⁴ Tácito, *Anais*, 1.3.

²⁵ *Idem, ibidem*.

²⁶ *Idem*, 1.10.

como aflito com a popularidade deste perante o exército²⁷. Em outra passagem, Tácito afirma que os distúrbios entre os partas não eram, de forma alguma, desagradáveis ao imperador, pois estes ofereciam um pretexto para afastar Germânico das legiões que lhe eram fiéis, para estabelecê-lo em uma província distante e desconhecida, onde estaria sujeito tanto às traições quanto aos acasos da fortuna²⁸.

Outra característica presente na narrativa taciteana é a elaboração de obituários, sínteses sobre a vida de um personagem ilustre. O elogio fúnebre, as laudações e homenagens pelos atos e virtudes de um cidadão romano sempre tiveram grande relevância em Roma: após a celebração de um *obsequium*, homenagem decretada pelo Senado sob custeio do erário público, o pronunciamento era destinado a um arquivo²⁹. Para Ronald Syme (1958, p. 27), os obituários evocam nostálgicamente a tradição política republicana.

A definição das principais características da organização narrativa do texto taciteano nos serve, portanto, como arcabouço para melhor compreendermos a elaboração de Tibério como personagem, cuja compilação dos eventos políticos desdobra-se sobre o correr de traços narrativos indubitavelmente distintos. Deste modo, a construção feita por Tácito a respeito de Tibério foi e continua sendo fonte de forte polêmica historiográfica, tanto pelos aspectos literários, que envolvem a busca por uma dedução das motivações ante a representação elaborada, quanto pelo interesse sobre as conjecturas políticas de seu governo e da consolidação do Principado como regime político. É notável a existência de uma caracterização da narrativa que se difere dos relatos posteriores dos governos de Cláudio e Nero, e sobre os motivos dessa discrepância ainda não se firmou um consenso; podemos então arrolar brevemente algumas das principais contribuições sobre esse tema.

²⁷ Para Ryberg (1942, p.397), a existência de rumores e intrigas é um alerta sobre a existência de motivos perversos, e para um historiador que se recusa a fazer julgamento diante dos rumores que lhes chegaram, Tácito criou um panorama vivo de inveja, traição e crimes, acusações associadas nos discursos dos personagens por meio de rumores, recorrendo constantemente a afirmações feitas sem embasamento claro, visando a ratificar a verossimilhança de tais implicações.

²⁸ Tácito, *Anais*, 2.5.

²⁹ Os obituários referem-se a vinte pessoas, geralmente inseridos ao final da crônica anual de eventos estabelecida pela construção analítica da obra (*Anais*, 3.30; 3.48; 3.75; 4.15; 4.44; 4.61; 6.10; 6.27; 6.39; 13.30; 14.19), sem levar em consideração os comentários acerca da vida de Tibério (6.51), Lívía (6.1), Júlia (1.53), Júlia Menor (4.71) e o funeral da viúva de Cássio (3.76), além de breves asserções sobre algumas mortes que estão presentes na narrativa. Destes obituários, quatro são registrados explicitamente como os últimos acontecimentos do ano, dois são de fato os últimos itens da narrativa, quatro são os penúltimos, e ainda assim somente dois dentro do corpo da narrativa. Dos elogios feitos, cinco são relacionados a cidadãos individualmente, um relacionado a um grupo de três pessoas, sendo que o resto está disposto em pares.

No que tange às tentativas contemporâneas dessa empreitada, Thomas Spencer Jerome (1912) busca corroborar o fato de que Tácito, visando a constituir uma caracterização convincente dos personagens de sua trama, estabelece através de sua descrição de Tibério uma narrativa que pouco se apega a um uso responsável das fontes, beirando o ficcional. Tal procedimento, justificado na forma como o autor faz uso da retórica, visa primordialmente a convencer o leitor, conquanto isto afete a lógica da narrativa e gere uma compilação de contradições no texto. Poderíamos assim desconfiar dos propósitos de Tácito ao percebermos a incoerência na elaboração de um cenário de ampla perseguição frente aos crimes de traição: a composição dramática de uma “paranóia” política em Roma esbarra na superficialidade das descrições aos indivíduos perseguidos e pela escassa quantidade numérica.

Mediante tal enumeração, percebe-se que, de fato, existe uma grande quantidade de asserções à conduta de Tibério que lhe são favoráveis na condição de aristocrata e governante. Entretanto, a esses fatos encontram-se inerentes escárnios, insinuações, rumores, boatos ou afirmações aparentemente irrelevantes, mas que são corroboradas em um momento posterior da narrativa. A ausência de uma profundidade na descrição dos eventos seria então compensada pelas insinuações à duplicidade, dissimulação e desonestidade dos pensamentos, palavras e ações do imperador: em inúmeras passagens associam-se seus vícios às referências objetivas de suas decisões políticas, atitudes pessoais e discursos³⁰.

Uma imediata consequência dessa postura crítica foi o questionamento de sua credibilidade como historiador, em que várias apreciações acadêmicas colocaram em xeque a honestidade de propósito e declararam que seu Tibério era elaboração ficcional. Mediante tais críticas, G. A. Harrer (1920) argumenta que, apesar de ter existido uma tradição literária desfavorável a Tibério e do provável uso por Tácito desta, o autor claramente não a criou. As descrições oferecidas sobre Tibério presentes em Veleio Patérculo, Valério Máximo e Filão de Alexandria são bastante favoráveis, mas oferecem muito poucos detalhes para se fazer uma contraposição precisa às afirmações de Tácito, principalmente por Veleio e Valério terem estado presentes na vida pública e por terem sido contemporâneos de Tibério. Sêneca, assim como Tácito, nos fornece uma descrição de Tibério como insensível, isolado e cruel, principalmente no último período de sua vida.

³⁰ Tácito, *Anais*, 1.7; 1.11; 1.33; 1.46; 1.73; 1.81; 3.16; 3.44; 3.64; 4.31; 4.71; 5.1; 6.50; 6.51.

Sêneca provavelmente tinha quarenta anos quando da morte do imperador, sendo admissível que suas opiniões façam eco ao ponto de vista de seu círculo social, abarcado pela nobreza equestre e senatorial. Plínio, o Velho tece um breve comentário sobre o caráter sombrio de Tibério; Flávio Josefo reconstitui pela primeira vez um retrato de Tibério baseado em fontes literárias documentais em vez de conhecimento pessoal: em suas *Antiguidades Judaicas*, de 94 d.C., ele ressalta o contentamento dos romanos com a morte de Tibério e seu aspecto tirânico. Suetônio, que compôs a *Vida dos Césares* logo após a obra de Tácito, apresenta um estudo completo do governo de Tibério, em que tanto os aspectos gerais quanto os detalhes em muito se aproximam das considerações taciteanas. Apesar dessa influência, Suetônio provavelmente baseou seu texto em várias outras fontes.

Dião Cássio, posterior a Suetônio e Tácito, possui uma seção similar não dependente de Suetônio, mas possivelmente advinda de uma fonte comum. Essa clara divisão do principado de Tibério em fases distintas está presente tanto nesses três autores quanto em Sêneca: partindo de fontes comuns, aparentemente podem ter acreditado em um governante que foi se tornando mais cruel e sombrio à medida que o tempo foi passando, embora fosse bom no início; mas estes se diferem ao caracterizar o bom começo de seu governo. Tácito pode ter adicionado uma interpretação pessoal aos eventos, pois embora tenha sido acusado de não ter visto ou corroborado as discrepâncias entre atos e interpretações, afirma que para consolidar a descrição dos imperadores seguiu opiniões consensuais entre escritores anteriores³¹.

Embora não levando em consideração o problema de sua atitude perante a questão de liberdade de expressão e a constitucionalidade de seu governo, Kenneth Scott (1932) estabeleceu uma investigação sobre a valoração do julgamento efetuado por Tácito sobre sua aspereza, hostilidade e intolerância (*diritas*). Apesar da caracterização de Tibério como político rude em seus pronunciamentos, este fato não deve prejudicar a constatação de seus feitos como general e governante, pois, de certo modo, a retórica do imperador é semelhante ao estilo do próprio Tácito. Deste modo, o discurso dramático, amplamente utilizado por Tácito, além de realçar a tonalidade dos enunciados, possivelmente ocasionou alterações nas possibilidades de interpretação.

Miller (1968) pontua que no conjunto dos termos que compõem essa caracterização e ajudam a construir a figura de um homem misterioso, moroso e

³¹ Tácito, *Anais*, 13.20.

violento, estão: *abdo, abstrudo, aspero, deprecior, oblique, obscurus, obsisto, occulo, offensio, perstringo, procumbo, recondo, rumpo, superbio, suspensus, taciturnitas, turbide*. Por sua vez, Kenneth Scott complementa (1932) que as vítimas da aspereza de Tibério não estavam isentas de reprimenda: governadores extorsivos, nobres esbanjadores, senadores petulantes ou adutores, indivíduos impudentes, familiares ambiciosos, cruéis ou incompetentes. Todavia, conquanto as palavras e atitudes de Tibério fossem geralmente justificáveis, sua natureza incisiva e rude colaboraram amplamente para a criação de uma imagem antagônica que lhe distanciou da obtenção de popularidade, especialmente entre aristocratas de Roma e a plebe da cidade.

Ronald Syme (1957) afirma que a figura de Tibério pertenceu ao consenso de uma opinião letrada, e Tácito converteu-a numa obra de arte, utilizando-se da técnica literária e da pesquisa histórica com o mesmo propósito. Dentro das experiências pessoais do historiador também podem ter existido elementos justificadores da tirania de Tibério. Domiciano tinha o hábito de estudar os documentos oficiais de Tibério, e ambos se destacaram por uma cuidadosa administração imperial e pela enérgica perseguição aos acusados de crime de traição. O amplo uso dessa ferramenta de proteção do *princeps* no presente pode ter influenciado Tácito nas incriminações sobre os abusos durante o governo de Tibério.

Não obstante, alegar que sua caracterização seja apenas uma alusão a Domiciano é desconsiderar o peso de uma tradição política, pois as convenções de seu tempo provavelmente o impeliram a acoplar uma tradicional concepção de Tibério aos resultados de suas pesquisas. Para tanto, Stephen Daitz (1960) argumenta que o autor se utilizou de duas técnicas de constituição de uma personagem: a descrição direta e a autorrevelação do caráter.

Por meio da primeira o historiador relaciona a linhagem do imperador com sua personalidade, cuja arrogância teria sido herdada da *gens Claudia*³². A hipocrisia também é uma característica pessoal bastante ressaltada, em que o imperador acobertava com palavras seus crimes³³. Mediante a compreensão dessa técnica, percebemos que Tácito articula a personalidade de Tibério às suas ações posteriores, justificadas sob critérios especulativos e relações de versões convergentes de determinado fato engendradas a partir dos aspectos psicológicos da personagem. Por exemplo, ao descrever que Tibério teria recusado o título de *pater patriae* por estar engajado em

³² Tácito, *Anais*, 1.4.

³³ Tácito, *Anais*, 4.19.

ocupações divinas, Tácito exibe uma extrema cautela do imperador que beira à paranoia³⁴, embora exponha contraditoriamente que tamanha hesitação visaria à esquiwa dos excessos dos adutores no Senado, ambiente em que “a fala era confinada e solapada diante de um *princeps* que temia a liberdade, mas odiava a adulação³⁵”.

Já a técnica da autorrevelação mostra falas creditadas a Tibério, cujas palavras são de Tácito, mas que visam a complementar a caracterização da personalidade do imperador. Muitas delas, conquanto boas em conteúdo, ainda assim são ridicularizadas de uma forma ou de outra. Como principal exemplo, ao recusar várias solicitações de dedicação de culto por chefes de província, este alega que prefere ver sua memória nos corações dos homens do que em pedras³⁶. Logo depois, Tácito intervém: “alguns interpretaram isto como modéstia, outros como hesitação, outros como sinal de um espírito degenerado [...] a contenção da fama significa a contenção das virtudes”³⁷.

A caracterização de Tibério mostra que a aparente sensação de liberdade pela qual o Principado foi estabelecido não condizia mais com o real estado de coisas do período, sendo latente o esforço para ressaltar que ele não se enganou por qualquer fachada de republicanismo demonstrada pelos detentores do Principado. Tácito não demonstra dúvidas quanto à natureza do governo: as premissas estabelecidas por Augusto são sinteticamente desmentidas como o acobertamento do poder assegurado pelo controle do exército, cooptação das massas e pela sucessão dinástica. Se a justificação do Principado foi a de trazer paz e segurança após as graves dissensões civis que exauriram a população do Império, a admissão deste fato não abrandava a *libertas* perdida: o termo República é sinônimo de liberdade, enquanto Principado é sinônimo de servidão (*seruito, seruituum*)³⁸.

Assim, podemos afirmar que sua perspectiva sobre o Principado como instituição, bem como a influência negativa da sucessão dinástica, provavelmente estabeleceu uma visão inevitavelmente hostil sobre Tibério. Em um conjunto de postulados contemporâneos sobre o recorte histórico de Tácito, para Robin Seager (2004), o historiador parece estar convencido de que qualquer simulacro da liberdade republicana era uma farsa. Tal constatação, aplicada tanto a Augusto quanto a Tibério,

³⁴ Tácito, *Anais*, 2.87.

³⁵ Ou também quando Tibério recusa a proposta aparentemente bajuladora de Dolabela, para barrar a entrada de cidadãos que fossem inaptos para o serviço público, em que Tácito complementa afirmando que quanto mais rara a popularidade de Tibério, mais aprazível era a reação sobre seus sentimentos (*quanto rarior apud Tiberium popularitas, tanto laetioribus animis accepta*) (Tácito, *Anais*, 3.69).

³⁶ Tácito, *Anais*, 4.38.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ *Idem*, 1.1; 1.7; 1.46; 6.48.

provavelmente tornou impossível para o autor a aceitação da sinceridade nas palavras de cunho republicano neste último imperador.

A desconfiança leva à composição de um imperador cruel, vingativo, arrogante, suspeito, ambíguo e hesitante ao tomar decisões³⁹. David Shotter (2004), por seu turno, afirma que Tácito reconheceu algumas das qualidades de Tibério: seu relato não foi construído inteiramente visando a denegrir a imagem do *princeps*, mas para demonstrar, por meio do realce de sucessivos episódios – como a distância entre a liberdade e o Principado, anteriormente ampliada pela sucessão dinástica –, se intensificou ainda mais pela inabilidade de Tibério e seus contemporâneos em se relacionarem mutuamente. Pode-se afirmar que não teria sido intenção de Tácito uma caracterização inteiramente conturbada de Tibério e seu governo, mas sua insegurança e hesitação contribuíram para a deterioração de seu governo a partir do momento em que tanto ele quanto outros cidadãos começaram a temer pelas próprias vidas.

Buscamos assim ressaltar os componentes narrativos e as principais características literárias e históricas que permitiram ao autor buscar elementos para a composição do principado de Tibério. De forma geral, teria sido uma ausência de percepção de Tibério para os excessos de seu governo que levou Tácito à confirmação de uma tradição política literária que remeteu seu governo ao espectro do medo e da tirania. Em suma, uma breve enumeração das principais opiniões da historiografia sobre Tácito mostra que existe uma enorme divergência, bem como um intenso debate, sobre as possíveis motivações que levaram o autor a construir a imagem de Tibério e seu governo nos *Anais*. Este assunto ainda desperta enorme polêmica entre pesquisadores, o que, conseqüentemente, resultou e ainda significa a produção de enorme quantidade de pesquisas sobre o tema.

Bibliografia

Fontes Textuais

TÁCITO. *The Annals*. Translation by. A. J. Woodman. London, Hackett, 2005.

_____. *The Histories*. Translation by. D. S. Levene, W. H. Fife. London, Oxford University Press, 2003.

³⁹ *Idem*, 1.4; 1.8; 1.10; 1.11; 1.12; 1.13; 1.69; 1.74; 1.80; 2.65; 3.51; 4.1; 4.11; 4.29; 4.30; 4.57; 4.60; 4.67; 4.71; 5.3; 5.5; 6.1; 6.45; 6.46; 6.50.

Obras Gerais

ADCOCK, F. E. *Las ideas políticas y la práctica política em Roma*. Caracas, Instituto de Estudios Politicos, 1989.

COUSIN, J. “Rhétorique et psychologie chez Tacite”. *Revue des Études Latines*. n. 28, , 1951, pp. 228-263 .

DAITZ, Stephen G. “Tacitus’ Technique of Character Portrayal”. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol. 81, n. 1, 1960, pp. 30-52.

HARRER, G. A. “Tacitus and Tiberius”. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol. 41, n. 1, 1920, pp. 57-68.

JEROME, Thomas Spencer. “The Tacitean Tiberius: A Study in Historiographic Method”. *Classical Philology*. Chicago, vol. 7, n.3, 1912, pp. 265-292.

MELLOR, Ronald. *Tacitus*. New York, Routledge, 1993.

MICHEL, Alain. “De César a Marc Aurèle: Principate et domination”. In: *Histoire des doctrines politiques à Rome*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971, pp. 51-82.

MILLER, N. P. “Tiberius Speaks: An Examination of the Utterances Ascribed to Him in the *Annals* of Tacitus”. *The American Journal of Philology*, vol. 89, n. 1. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1968, pp.1-19.

RYBERG, Inez Scott. “Tacitus’ art of *Innuendo*”. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 73. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1942, pp. 383-404.

SEAGER, Robin. *Tiberius*. London, Blackwell Publishing, 2005.

SCOTT, Kenneth. “The *Diritas* of Tiberius”. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol. 53, n. 2, 1932, pp. 139-151.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. New York, Routledge, 2004.

SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 vols. London, Oxford University Press, 1997.

_____. “The Senator as Historian”. In: *Histoire et historiens dans l’antiquité*. Genève, Vandoeuvres, 1956, pp. 187-201.

_____. “How Tacitus Came to History”. *Greece & Rome*. London, vol. 4, n. 2, 1957, pp. 160-167.

_____. “Tacitus: Some Sources of his Information”, *Journal of Roman Studies*, vol. 72, 1982, pp. 68-82

A CONSTRUÇÃO DA ALEXANDRIA PTOLOMAICA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

*Joana Campos Clímaco*¹

RESUMO: O propósito deste artigo é mapear alguns debates acadêmicos que permeiam a bibliografia a respeito de Alexandria, principalmente com relação ao episódio de sua fundação por Alexandre, ao modo como os ptolomeus estabeleceram seu reinado na cidade e à forma como sua ordenação social e cultural é percebida. Ou seja, iremos pontuar algumas maneiras pelas quais a cidade foi definida e entendida na historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandria, Egito romano, Ptolomeus.

ABSTRACT: The aim of the present article is to place briefly some academic debates in the bibliography about Alexandria, concerning especially the episode about its foundation by Alexander, the way the Ptolemy's established their reign in the city and the means by which it's social and cultural order is perceived. We will locate in a summarized way some manners the city was defined and understood in historiography.

KEY-WORDS: Alexandria, roman Egypt, Ptolemies.

A chegada de Alexandre ao Egito representou o fim do domínio persa no território, fato que fez com que fosse recebido na região como libertador, pois a insatisfação dos egípcios em relação aos persas era endêmica (Green, 1996, p. 7). Arnaldo Momigliano afirma que os macedônios eram mais “compreensivos” que seus predecessores e, por terem sido auxiliados pelas diversas correntes de pensamento gregas, foram mais facilmente aceitos nos territórios em que se instalaram (Momigliano, 1991, p. 78). A entrada de Alexandre no Egito concretizou os já antigos contatos entre gregos e egípcios no Delta, os quais também facilitaram sua recepção. Antes de sua conquista havia gregos na região, inclusive colônias de militares e comerciantes de origem helênica, embora estes se considerassem estrangeiros. A grande mudança é que o Egito passa a ser visto como parte do mundo grego e uma terra de diversas oportunidades (Lewis, 2001, p. 9). Gamal Mokhtar (1993, p. 31) considera que as antigas relações entre os dois povos teriam estimulado Alexandre na decisão de fundar Alexandria. Isto se deu em 331 a.C. e muito pouco se sabe acerca de seu desenvolvimento inicial. O seu primeiro governante foi Cleomenes de Náucratis (entre 331 e 323), que,

¹ Doutoranda em História Social na FFLCH-USP sob a orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

juntamente com Deinocrates de Rodes (arquiteto), foram assistentes de Alexandre em seu projeto.

Sob Alexandre foi estabelecido o formato da cidade, a organização de seus muros e seu sistema de ruas, além de alguns de seus principais pontos. Acredita-se que ele teria escolhido o local pelas vantagens geográficas, que permitiriam que a região se tornasse próspera economicamente². As fontes que narram o episódio da fundação são bem posteriores à época, e acabam transferindo para aquele momento toda a grandeza que Alexandria conquistou posteriormente. Assim, é difícil entender o que Alexandre realmente pretendia com a cidade, pois os relatos estão carregados de certa predestinação, com base no que ela se tornou depois. Por sua localização estratégica, no entanto, é possível que Alexandre já tivesse algum plano para o local.

Ptolomeu I Soter, um dos mais influentes generais de Alexandre, herdou o governo do Egito na divisão do território helenístico após sua morte. Com a chegada da dinastia Lágida, foram iniciados suntuosos investimentos para transformar a cidade na autêntica representante da linhagem ptolomaica. Cada novo rei acrescentaria novas construções para superar seu predecessor e realçar a distinção da dinastia. Nesse período, principalmente sob os primeiros três ptolomeus, foram construídos os edifícios, templos e instituições mais importantes de Alexandria³. Pela já mencionada insatisfação dos egípcios com o governo dos persas, a chegada e instalação do rei foi pacífica, pois além de simpatizantes da nova liderança, os egípcios estavam habituados com o domínio estrangeiro. Além disso, comparado aos

² Inúmeras são as narrativas sobre a fundação de Alexandria. Diodoro da Sicília relata que Alexandre decidiu fundar uma grande cidade no Egito e deixou ordens aos homens deixados no território para situá-la entre o continente e o mar. Ele delimitou o terreno, traçou suas ruas e ordenou que ela fosse nomeada Alexandria em sua homenagem. A cidade foi convenientemente situada próxima ao porto de Faros; o fundador delimitou também seus muros externos e definiu que por terra a cidade deveria ter apenas duas saídas possíveis. Ordenou a construção de um grande palácio, que deveria ser notável por seu tamanho e encanto. Diodoro ainda relata que Alexandria estava crescendo tanto naquela época que muitos a reconheciam como a primeira cidade do mundo civilizado, e estava certamente à frente das outras em termos de elegância, extensão, luxo e riqueza. O número de seus habitantes ultrapassava o de todas as outras cidades e alcançava os trezentos mil habitantes. (Diodoro de Sicília 17. 52). Estrabão dá o seguinte depoimento sobre sua fundação: “Mas quando Alexandre visitou o lugar e viu as vantagens do terreno, ele decidiu fortificar a cidade no porto. Escritores recordam que, como sinal da boa fortuna que tem acompanhado a cidade desde então, um incidente que ocorreu no tempo que suas linhas estavam sendo traçadas na fundação: Quando os arquitetos estavam marcando as linhas dos seus limites com giz, o abastecimento de giz esgotou-se; e quando o rei chegou, seus auxiliares forneceram uma parte da refeição de cevada que tinha sido preparada para os trabalhadores, e através disso as ruas também, num número maior que antes, foram delineadas. Esta ocorrência então, eles disseram ter interpretado como um bom presságio.” (Estrabão, *Geografia* 17.1. 6). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

³ A respeito dos reis, Estrabão relata: “E a cidade contém os mais lindos recintos públicos a também os palácios reais; pois cada rei, por amor ao esplendor, queria adicionar algum adorno aos monumentos públicos, e ele investiria com seus próprios custos com uma residência, em adição aquelas já construídas, para que então, nas palavras do poeta (se referindo a Homero), ‘fique pedra sobre pedra’” (Estrabão. *Geografia* 17.1.8). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

governos anteriores, a nova dinastia foi recebida de maneira diferente no Egito, já que fez dele a sua sede e de Alexandria a capital do seu reino.

Nesse contexto, foram edificados também o Museu e a Biblioteca, instituições que adquiriram grande renome na Antiguidade. Através da compra de manuscritos originais e do empréstimo para a produção de cópias, concentrou-se na Biblioteca toda a produção grega, além da versão para o grego da literatura de outros povos. Tais atividades nunca haviam sido centralizadas em um único local e em tão grande escala, nem se havia concentrado tantos esforços para que fossem legados à posteridade.

Enfatiza-se muito na historiografia a importância da Biblioteca na disseminação e preservação da cultura grega e de seus “clássicos”. Jacob e F. de Polignac consideram que a ambição dos ptolomeus era aliar poder e cultura em um só local. Nesse sentido, mesmo que de modo diferente de Roma, a cidade também tinha pretensões de se tornar uma “metrópole universal” (Jacob & Polignac, 2000, pp. 17 e 18). No entanto, Mostafa El-Abaddi sugere que nesse ambiente internacional que caracterizou a formação intelectual da Biblioteca, temas antigos e novos eram trabalhados num novo estilo, o que resultou numa mistura de elementos definida posteriormente como “alexandrinismo”, e que teria influenciado escolas por todo o Mediterrâneo (El-Abaddi, 1982, p. 185).

Momigliano ressalta, contudo, que os habitantes locais de regiões não gregas, sendo bilínges, tiveram então a oportunidade de explicar suas culturas em grego para os gregos. Assim, podiam “ajustar” determinadas informações a respeito de suas crenças, em relação ao que queriam propagar e ocultar outras. Os gregos, por sua vez, não tinham condições de verificar tais informações, já que não conheciam as línguas nativas desses povos. De qualquer maneira, o período helenístico propiciou pela primeira vez uma “circulação internacional de ideias” através da *koine* (Momigliano, 1991, pp. 14-16), e o trabalho realizado na Biblioteca e no Museu teve um papel crucial na difusão de tais saberes.

Diana Delia ressalta que Demetrio Falareu, o ateniense fundador da Biblioteca (no começo do século III), pretendia transformar Alexandria numa “réplica” de Atenas, um plano apoiado e patrocinado pelo primeiro Ptolomeu (Delia, 1992, p. 1449). A cidade tentou reunir nessas instituições todo o conhecimento do mundo habitado. Com a cópia, revisão e editoração da sabedoria mundial promoveu-se um rápido acúmulo de manuscritos de todo o Mediterrâneo. Dessa forma, Alexandria tornou esse conhecimento acessível a “acadêmicos” de várias regiões e, através disso, transformou-se num centro atrativo em todo o Mediterrâneo. O trabalho cultural realizado na cidade no século III a.C. marcou um estágio fundamental na transmissão da cultura antiga para a posteridade.

Por meio do patrocínio real, “intelectuais” de diversos locais do mundo grego desenvolveram e ampliaram seus conhecimentos nas duas instituições. A variedade de proveniências de seus membros permitiu uma intensa troca de experiências “científicas” de diversas culturas, o que pode explicar muito da originalidade e dos progressos dos pesquisadores alexandrinos (El-Abadi, 1993, p. 104). Delia argumenta que mesmo que a composição inicial dessas instituições tenha sido essencialmente grega, depois de um século de sua fundação já havia se formado em Alexandria uma “tradição intelectual” de nativos da cidade envolvidos com o Museu (Delia, 1992, p. 1452).

Luciano Canfora propõe que a Biblioteca seria, portanto, um instrumento de dominação, pois através da tradução dos escritos de todos os povos se poderia ter acesso às suas tradições. Ou seja, os povos “bárbaros” explicariam em grego sua cultura para o poder dominante e helenizado (Canfora, 1989, p. 28). À medida que o prestígio da dinastia foi enfraquecendo e começou a enfrentar problemas por sua instabilidade, iniciou-se também a emigração de intelectuais de Alexandria (Fraser, 1972, p. 121).

A construção de Alexandria foi algo de grande impacto e atratividade para o Egito e para o Mediterrâneo como um todo e o afluxo de diferentes povos para a cidade desde a fundação foi intenso. Apesar de esse momento ter acelerado a imigração para o Egito, e de certa forma ter aberto o país a diferentes culturas, desde o período faraônico que a região do Delta era já substancialmente “internacional” se comparada ao Alto Egito, por ser um ponto importante de comercialização. A entrada e a saída de produtos era contínua e, conseqüentemente, a movimentação de estrangeiros e culturas diversas era uma constante no local, já significativa há milênios, mas que se tornaria mais estruturada e autorizada sob os ptolomeus. Ou seja, nesse momento haveria um esforço maior de convivência e entendimento entre as diversas culturas se comparado ao passado faraônico, em que esses contatos eram prioritariamente comerciais. Colônias de comerciantes gregos já existiam no lugar (Náucratis era a maior); o que muda no contexto de construção de Alexandria é que esse “cosmopolitismo” da região torna-se oficial e mais ordenado. Além disso, o poder do Egito é transferido de Mênfis para lá, ou seja, a fundação de Alexandria abre o território definitivamente para o mundo mediterrâneo (Grimm, 1996, p. 55). Sua composição populacional a caracteriza como um verdadeiro “mosaico cultural”, já que diferentes povos trouxeram para a cidade também culturas, religiões, línguas e valores diversos.

Peter Fraser dividiu a formação inicial da cidade em sete categorias: primeiramente, a população grega que consistia nos cidadãos, cidadãos parciais (cujo *status* exato é obscuro), gregos sem *status* civil definido, gregos com vínculos étnicos externos; e a população não

grega, que consistia da população egípcia nativa, imigrantes não gregos (judeus, habitantes da Síria e outros) e escravos. Os macedônios (cuja importância foi superestimada pela historiografia, segundo o autor) permaneceram mais restritos ao círculo militar da guarda real e poucos entraram na administração civil ptolomaica (Fraser, 1972, pp. 38 e 53).

Em relação à comunidade judaica, ela esteve presente desde o contexto de fundação de Alexandria, mas se expandiu consideravelmente nos séculos seguintes, tornando-se a maior da Diáspora. Após a revolta dos Macabeus (175-167 a.C.) na Judeia, a imigração de judeus para a cidade se intensificou substancialmente. John Barclay realça que a chegada de tantos novos imigrantes no Egito de alguma forma reforçou a identidade dos judeus já residentes (Barclay, 1996, p. 35). Momigliano ressalta a peculiaridade do grupo no Egito, em virtude do grau de helenização a que se submeteram, já que falavam o grego e tinham sua própria versão da Bíblia em grego. Alcançaram, contudo, um alto grau de independência de sua vida religiosa (em relação à Judeia). Além de serem completos devotos dos reis ptolomeus (principalmente os de Alexandria) (Momigliano, 1991, pp. 104 e 105). E a intolerância à fé judaica promovida pelos reis seleucidas não teve a mesma contrapartida entre os ptolomeus, o que permitiu que os judeus praticassem sua fé de acordo com suas tradições, mesmo que ressignificadas e adaptadas ao novo ambiente. Tal “boa relação” com a dinastia permitiu também que os judeus de Alexandria conquistassem notável autonomia (com suas sinagogas e *politeumata*) e grandes riquezas. Alguns se inseriram nos círculos gregos, conquistaram a cidadania alexandrina e destaque na vida pública da cidade, mas segundo as reflexões de Fraser, não há sinais de que a comunidade como um todo tivesse conquistado grandes privilégios (Fraser, 1972, p. 55).

Percebe-se então, que o caráter internacional e cosmopolita de Alexandria foi muito realçado pelos historiadores ao caracterizá-la, mas observa-se também um intenso debate a respeito do peso que cada cultura teria tido em sua formação, sobre o elemento cultural predominante e a respeito do que pode ser definido como identidade alexandrina. Uma primeira tendência destaca justamente a composição multicultural da cidade, algo crucial para sua ordenação e seu desenvolvimento. Nesse sentido, acredita-se que Alexandria era a representante “legítima” do cenário helenístico em que foi fundada por ter se estruturado como um ponto de união de culturas diversas⁴. Roger Bagnall reforça que o próprio termo “helenismo/helenístico”, seja relacionado à cultura, à religião ou à linguagem já pressupõe a mistura de elementos de várias origens étnicas (Bagnall, 1993, p. 230).

⁴ Ver: Harold I. Bell, 1941, p. 1 e Stuart Davis, 1951, p. 103. Peter Green, *op. cit.*, p. 4.

Mas há uma segunda linha de comentadores que igualmente define a cidade como a herdeira de Alexandre, sem com isso enfatizar o ideal de conciliação, diálogo e mistura entre as culturas. Como a herdeira de seu fundador, Alexandria foi projetada justamente para reforçar a preponderância da cultura greco-macedônia sobre outros povos. Naphtali Lewis defende essa ideia e reforça sua descrença em relação aos Ptolomeus terem, em algum momento, estimulado a fusão entre as culturas grega e egípcia. Esse ideal de separação já se tornaria evidente pelo projeto político dos reis, que era instituído de cima para baixo, incentivando a coexistência separada entre as duas entidades e estabelecendo claramente os limites entre ambas (Lewis, 2001, p. 4). Andrew Erskine acredita que a política dos reis macedônios de construir cidades seguindo um “modelo” grego era uma espécie de compromisso com o passado, com os ideais de Alexandre (Erskine, 1995, pp. 42 e 48).

Alguns autores vão ainda mais longe e, apesar de considerarem a diversidade populacional de Alexandria, acreditam que suas feições gregas a caracterizariam como uma espécie de *polis* dentro do Egito. Diana Delia ressalta a semelhança das instituições alexandrinas e atenienses e acredita que não se trata apenas de uma comparação superficial, pois tais órgãos tinham realmente sido fundados tendo Atenas como modelo (Delia, 1991, p. 5). Fraser argumenta que a cidade fundada por Alexandre não poderia ter sido desprovida dessas instituições democráticas. O autor salienta que alguns elementos do “código civil alexandrino” realmente derivavam do ateniense, mas destaca que “o elemento ático era apenas um dentre diversos no código, e também que não era predominante” e já englobava a diversidade cultural do mundo grego (Fraser, 1972, pp. 93 e 94). Tais autores entendem a cidade como uma espécie de “nova Atenas”, como uma legítima *pólis* grega instalada no Egito, mas que nada tinha de egípcia, por ter sido fundada por um estrangeiro. Ou seja, mesmo se tratando da sede de uma monarquia helenística, suas feições gregas eram preponderantes.

Outra corrente historiográfica reforça o papel da cidade como sede de uma dinastia real e, nesse sentido, qualquer tentativa de definir Alexandria como *pólis* ou acentuar sua estruturação grega e autônoma encontra grandes barreiras. Nesse sentido, o fato de o poder helenístico ter se estabelecido através de monarquias teria esvaziado significativamente o grau de autonomia das cidades em relação às antigas cidades-estado gregas.

Grafton Milne argumenta que os ptolomeus não pretendiam se legitimar apenas como um reino estrangeiro no Egito, mas como um reino que seria mais do que a incorporação do faraó egípcio e do rei macedônio, que teria algo independente de ambos, apesar das influências (Milne, 1928, p. 192). Bowman acredita que a autonomia da cidade baseada na lei

Ática (que fez com que ela se assemelhasse às antigas *pólis* gregas) foi substancialmente “esvaziada” de seu caráter democrático pela presença dos reis helenísticos no local (Bowman, 1986, pp. 211 e 212). Stuart Davis enfatiza que os ptolomeus tiveram que criar no Egito um sistema dual, que valorizasse simultaneamente a tradição oriental do reino (real) e do helenismo (autonomia). A começar pela transferência da capital de Mênfis para a cidade, o que em certa medida já representou o ideal de “emancipação” do Egito e de suas tradições antigas. Teria sido criada para rivalizar com a antiga capital e esvaziar um pouco sua importância política e seu papel como centro “nacionalista” para os egípcios (Davis, 1951, p. 99).

Com relação à política dos ptolomeus destinada à população egípcia nativa, também inúmeras são as discordâncias historiográficas. Os reis tiveram que aceitar e estimular algumas das antigas tradições nativas e destinar aos egípcios uma política conciliatória para que seu poder fosse aceito e legitimado. Assim, alguns elementos da cultura faraônica milenar foram respeitados e, inclusive, muitos de seus componentes “adotados” pelos reis para que fossem recebidos na região. A discussão é: se tais elementos foram realmente valorizados e adotados pelos ptolomeus, ou apenas “incorporados” por eles nos momentos convenientes.

Harold Bell argumenta que os últimos ptolomeus, pela decadência da dinastia e crescente dependência dos romanos, sentiram a necessidade de aliar-se aos sacerdotes egípcios. Com isso, tiveram que “egipcianizar a monarquia” e reforçar alguns elementos dessa cultura (Bell, 1971, p. 110)⁵. E mais: se comparados aos predecessores persas, a dinastia foi mais ativa em preservar a cultura faraônica. Nota-se isso pela intensa construção de templos no período, além de importantes concessões feitas a seus sacerdotes, aos quais destinariam uma política conciliatória: ao mesmo tempo em que estimulavam sua autoridade no culto, seguiam vigilantes em relação a seus direitos econômicos (controle das terras em seu poder)⁶. Momigliano não entende essa concessão aos templos como sinal de valorização da cultura egípcia, pois a civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e na consciência de si mesma, o que demonstra a suposição da superioridade de seus hábitos. Em virtude disso, o autor argumenta que a cultura egípcia nativa declinou durante o período, pois, sob controle direto dos gregos, começou a representar um estrato inferior da população (Momigliano, 1991, pp. 11 e 13). Mesmo considerando a cultura egípcia, adotando e reforçando muitas de suas tradições, é visível o esforço dos ptolomeus de tentar manter uma

⁵ John Marlowe desenvolve com ainda mais ênfase o que ele chama de tal “egipcianização” da Dinastia (1971, p. 110).

⁶ Sobre a política dos ptolomeus destinada aos egípcios, ver as reflexões de Henri Riad (Riad, 1996, pp. 29-39). Ver também: John Baines, 2004.

distância em relação aos nativos. A começar pelo fato de a língua oficial da dinastia ser o grego (apenas Cleópatra, a última representante da linhagem, aprendeu o demótico).

Alguns autores destacam ainda a existência independente de Alexandria em relação ao resto do Egito. Sua posição mediterrânea e o fato de estar mais em contato com o mundo grego do que com o resto do Egito era algo proposital e uma evidência de que a cidade não era entendida como parte integrante do Egito (Bell, 1946, p. 132). Harold Bell acredita que, mesmo que geograficamente, Alexandria fizesse parte do território egípcio, na maior parte das fontes da época observa-se grande distinção entre Alexandria e Egito, sugerindo que oficialmente a cidade era considerada independente. Naphtali Lewis argumenta que até a localização da cidade no litoral foi algo proposital, para que ela fosse considerada parte do mundo grego e não do Egito (Lewis, 2001, p. 9). No entanto, apesar de sua vivência (política, social e cultural), em certa medida independente, sua localização estimulou a realeza a incorporar elementos da antiga dinastia milenar para ser aceita no setor egípcio da população, o mais numeroso no contexto de fundação da cidade (Scheidel, 2004, p. 22).

Atualmente, há uma tendência, principalmente entre os egípcios, de entender a identidade alexandrina como algo independente e novo e não apenas o produto das tradições culturais que formaram a cidade num primeiro momento. Essa bibliografia tem discutido sobre novas temáticas e oferecido novas perspectivas de análise, contudo, nota-se um esforço excessivo por entender a Alexandria atual e reforçar sua identidade como algo “original”, como uma forma de fazer justiça a seu passado, de resgatar sua importância e consolar seus sofrimentos da história⁷. Não é nossa intenção desmerecer tal linha de pensamento, pois ela tem iluminado aspectos até então silenciados pelas fontes, mas na preocupação de firmar a originalidade das instituições, cultura e organização social de Alexandria, acaba desmerecendo os aspectos herdados de seus fundadores e das comunidades que a formaram.

Trata-se de uma discussão complexa, já que as fontes demonstram essa variedade de elementos culturais, gregos, egípcios, sincréticos, como também originais, ou seja, com muita frequência essas discordâncias historiográficas resultam apenas na ênfase maior ou menor em vestígios de uma ou outra “herança” cultural.

Devemos pensar Alexandria considerando seus diferentes elementos culturais, seu caráter cosmopolita e sua herança grega, levando em consideração que uma cidade formada nesse contexto de encontro de povos diversos, mesmo tendo como denominador comum

⁷ Ver Jean-Yves Empereur, 1998; Jean-Yves Empereur, 2002; Mark Greenberg; Kenneth Hamma; Benedicte Gilman e Nancy Moore (eds.), 1996; Gareth L. Steen (ed.), 1993 e William V. Harris e Giovanni Ruffini (eds.), 2004.

alguns aspectos do passado grego, já é por si só algo que envolve grande mistura e originalidade. Ou seja, superestimar sua herança grega seria subestimar toda sua formação populacional cosmopolita, além de se tratar da sede de um reino, o que acabaria esvaziando sua autonomia como cidade-estado. Ao mesmo tempo, negar tal influência ao extremo, procurando na cidade apenas tradições próprias e inovadoras é igualmente arriscado.

Bibliografia

- BAGNALL, Roger. *Egypt in Late Antiquity*. Jersey, Princeton University Press, 1993.
- BAINES, John. "Egyptian Elite Self-Presentation in the Context of Ptolemaic Rule". In: HARRIS, William V. & RUFFINI, Giovanni (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/ Boston, Brill, 2004, pp. 33-61.
- BARCLAY, John M. *Jews in the Mediterranean Diaspora – From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1996.
- BELL, Harold I. "Anti-semitism in Alexandria". *Journal of Roman Studies* 31, 1941, pp. 1-19.
- _____. "Alexandria ad Aegyptum". *The Journal of Roman Studies* 36, 1946. Pp. 130 - 132.
- _____. *Egypt from Alexander the Great to the Arab Conquest*. Oxford, Clarendon Press, 1948.
- BOWMAN, Alan K. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C. -A.D.642*. California, University of California Press, 1986.
- CANFORA, Luciano. *A Biblioteca Desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- DAVIS, Stuart. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London, Methuen & Co. Ltd., 1951.
- DELIA, Diana. *Alexandria Citizenship during the Roman Principate*. Atlanta, Scholars Press, 1991.
- _____. "From Romance to Rhetoric: The Alexandrian Library in Classical and Islamic Traditions". *The American Historical Review* 97, 1992, pp. 1449-1467.
- EL-ABBADI, Mostafa. "Alexandria: Thousand-Year Capital of Egypt". In: STEEN, Gareth L. (ed.) *Alexandria: The Site and the History*. New York/ London, New York University Press, 1993, pp. 35-81.
- EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria Rediscovered*. London, Harcover, 1998.
- _____. *Alexandria: Past, Present and Future*. London, Thames & Hudson Ltd., 2002.

- ERSKINE, Andrew. "Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria". *Greece and Rome* 42, 1995, pp. 38-48.
- FRASER, Peter M. *Ptolemaic Alexandria I-III*. Oxford, Clarendon Press, 1972.
- GREEN, Peter. "Alexander's Alexandria" In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 3- 25.
- GRIMM, Gunter. "City Planning?". In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 55-74.
- JACOB, Christian & POLIGNAC, François de. "The Alexandrian Mirage". In: JACOB, Christian & POLIGNAC, François de (eds.). *Alexandria, Third Century BC – The Knowledge of the World in a Single City*. Alexandria, Harpocrates Publishing, 2000, pp. 14-19.
- LEWIS, Naphtali. *Greeks in Ptolemaic Egypt: Case Studies in the Social History of the Hellenistic World*. Oakville, Connecticut American Society of Papyrologists, 2001.
- MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London, Victor Gollancz, 1971.
- MILNE, Grafton. "Egyptian Nationalism under Greek and Roman Rule". *Journal of Egyptian Archaeology* 14, 1928, pp. 702-742.
- MOKHTAR, Gamal. "Pre-Alexandria: Keys to the Rise of an Immortal City". In: Gareth L. Steen (ed.). *Alexandria: The Site and the History*. New York/London, New York University Press, 1993, pp. 21-31.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das Civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.
- PARSONS, Peter. "Facts from Fragments". *Greece & Rome* 29.2, 1982, pp. 184-195.
- RIAD, Henri. "Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria". In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 29-39.

SCHEIDEL, Walter. "Creating a Metropolis: A Comparative Demographic Perspective". In: HARRIS, William V. & RUFFINI, Giovanni (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/Boston, Brill, 2004, pp. 1-31.

STEEN, Gareth L. (ed.). *Alexandria: The Site and the History*. New York/London, New York University Press, 1993.

HOMO OECONOMICUS:
A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS METECOS ATENIENSES
NOS SÉCULOS XIX E XX¹

Fábio Augusto Morales²

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo crítico da historiografia sobre os metecos atenienses discutindo os limites e possibilidades de estudos feitos por quatro autores (Clerc, Whitehead, Román e Baslez). O artigo termina com uma análise de um discurso de Lísias chamado *Contra Filon*, acerca de um cidadão ateniense que se torna meteco em uma pólis próxima de Atenas, Oropus, durante o regime dos Trinta e a subsequente guerra de restauração democrática; esta análise é aqui apresentada como um exemplo de superação da dicotomia tradicional cidadão (*homo politicus*)/meteco (*homo oeconomicus*), mostrando ao mesmo tempo uma motivação econômica na escolha de um cidadão diante da lealdade política de metecos que lutaram nas fileiras democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Atenas; metecos; historiografia.

ABSTRACT: This article aims to give a critical account of the historiography about the Athenian metics, discussing the limits and possibilities of studies made by four central authors (Clerc, Whitehead, Román and Baslez). The article ends with a analysis of a Lysias' speech called *Against Philon*, about a Athenian citizen who become a metic in the polis of Oropus, near Athens, during the Thirty regime and the subsequent democratic restoration war; this analysis is presented here as an example of surpassing of the traditional dichotomy citizen (*homo politicus*)/metic (*homo oeconomicus*), showing in the same time an economic motivation in a citizen's choice before the political loyalty of metics who fought in democratic ranks.

KEY-WORDS: Athens; metics; historiography.

Formas e Modelos: A Reificação da Metroikia

Os estudos históricos sobre os metecos atenienses estiveram intimamente ligados às questões postas pela “questão estrangeira” no mundo (país, cidade) específico do historiador. De isoladas aldeias judaicas a bairros de imigrantes africanos com

¹ Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado do autor intitulada *A Democracia Ateniense pelo Averso: os Metecos e a Política nos Discursos de Lísias*, defendida na FFLCH-USP em 2009.

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP; membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

subempregos, a inclusão do outro no seio da sociedade dá origem a questões que são propriamente sociais: os estrangeiros podem ou não entrar? Podem ou não ficar? Devem continuar sendo estranhos ou devem ser incorporados? Se não, como tratar o “outro interior”? Se sim, por quais meios incorporá-lo sem diluir as fronteiras comunitárias? A quais direitos terão acesso? Para dar contas destas e de outras questões surgem argumentos que povoam o debate social, sejam quais forem os meios e a amplitude desse debate.

Os historiadores não estão imunes a essas questões e, em grande medida, os estudos acadêmicos sobre os metecos atenienses podem ser lidos como inserções historiográficas em debates sobre a questão dos estrangeiros, tal como ela se configura em tempos e espaços específicos – o que não exclui, vale lembrar, diversas mediações entre a *questão social* e o *estudo historiográfico*, tais como a hegemonia de determinadas correntes teóricas, circunstâncias institucionais, afeições pessoais etc. Infelizmente, um estudo histórico sobre os modos como a questão dos estrangeiros se apresentou às sociedades nas quais viveram os historiadores dos metecos atenienses é uma tarefa ampla demais para o presente artigo; não obstante, o esforço se concentrará nas imagens dos metecos atenienses que são construídas nos estudos historiográficos, e em que medida tais imagens se relacionam com a leitura das fontes e com a lógica de apresentação de cada estudo analisado. No futuro, estas imagens tais como emergem das obras poderão fazer parte de uma análise sobre a questão do estrangeiro em suas respectivas sociedades, o que certamente contribuirá para a compreensão dos mesmos valores.

A tradição de estudos históricos sobre os metecos atenienses tem mais de dois séculos: o primeiro estudo inteiramente consagrado ao tema, intitulado *Mémoire sur les métèques ou étrangers domiciliés à Athènes*, foi escrito por Guilhem de Sainte-Croix e lido na Académie des Inscriptions et Belles-Lettres da França em 1785, sendo publicado somente em 1808. Durante o século XIX, novos estudos foram realizados, em particular na Alemanha, dentre os quais se destacam a dissertação *De metoecis atticis*, de M. H. Schenkl, publicado em 1880, e um artigo metodológico intitulado *Demotika der attischen Metoeken*, de M. Ulrich de Wilamovitz-Mullendorf, publicado em 1887. Baseado fortemente nestes dois últimos estudos, aparece, em 1893, a primeira edição de *Les métèques athéniens: étude sur la condition légale, la situation morale e le rôle social et économique des étrangers domiciliés à Athènes*, de Michel Clerc, levantamento exaustivo da bibliografia e da documentação disponível à sua época.

A obra de Clerc tornou-se a principal referência para os estudos posteriores que versavam, mais ou menos tangencialmente, sobre os metecos atenienses. Durante o século XX novos estudos apontavam críticas localizadas à obra de Clerc, mas foi somente em 1977, com a publicação de *The Ideology of Athenian Metic*, de David Whitehead, que o conjunto das teses de M. Clerc foi colocado em questão. Segundo Whitehead (1977, pp. 1-5), a historiografia dos metecos, do final do XVIII ao final do XIX, foi marcada pela ênfase nas condições miseráveis dos metecos em Atenas; isso se alteraria com os estudos de M. Schenkl, U. de Wilamowitz-Mullendorf e M. Clerc, no final do XIX, que passaram a ver os metecos como “quase-cidadãos”, como grupo social privilegiado – este modelo, segundo o autor a “moderna ortodoxia”, teria predominado nos estudos históricos desde então. D. Whitehead se posiciona contra a “moderna ortodoxia”: ao questionar os “privilégios” dos metecos atenienses, o autor ressalta as exclusões e restrições impostas ao grupo.

Nas décadas posteriores surgiram visões mais nuançadas da relação entre privilégio/restrrição, como no livro de M.-F. Baslez, *L'Étranger dans la Grèce Antique*, de 1984, que enfatiza as vantagens econômicas dos metecos na democracia em certa medida postas em segundo plano no estudo de Whitehead. Mas de qualquer maneira, *The Ideology of Athenian Metic* tornou-se a principal referência para os estudos mais gerais que mencionavam os metecos, substituindo o livro de M. Clerc. Digno de nota ainda é a alternativa tanto à “moderna ortodoxia” quando à leitura de Whitehead que surgiu em 1979: trata-se da abordagem marxista de C. Román no texto *Los metecos atenienses: um punto de vista sobre las clases sociales em la Antigua Atenas*, de 1979, que via nos metecos uma classe social específica de acordo com a estruturação da sociedade ateniense; entretanto, mesmo no âmbito dos estudos marxistas, esta abordagem não conseguiu se impor.

Como relacionar a “questão do estrangeiro”, mencionada no início, com o percurso historiográfico dos estudos sobre os metecos atenienses? Como já foi dito, um levantamento exaustivo é tarefa grande demais para o presente trabalho; entretanto, parece que existe uma problemática comum a esses estudos, qual seja, a da construção dos Estados nacionais na Europa e da constituição de mercados nacionais, regionais e globais nos séculos XIX e XX. Assim, por exemplo, a Alemanha se constitui como Estado nacional apenas na segunda metade do século XIX, tendo que dar conta tanto dos dilemas de integração jurídica, econômica e cultural de regiões díspares, quanto das

comunidades que tinha uma integração complexa dentro do Estado e do mercado alemão: particularmente, as comunidades judaicas. A questão judaica certamente não é monopólio alemão, como atesta o famoso “caso Dreyfus” na França do final do XIX e a atividade da *Action Française* na primeira metade do século XX. Já no período posterior à Segunda Guerra Mundial, as transformações na divisão internacional do trabalho, em particular com o desenvolvimento da terceira revolução industrial, deram início a um processo crescente de migração de população dos países ditos “subdesenvolvidos” na direção das economias capitalistas centrais – no caso europeu, tais migrações foram dinamizadas pela crise dos impérios coloniais, por um lado, e pela crise dos países socialistas do Leste, por outro. Esse processo colocou novas questões para os Estados nacionais: como governar um país multicultural? Quais medidas tomar diante do crescente afluxo de imigrantes clandestinos, fundamentais para o mercado de trabalho porém à margem da legislação?

Pressuposto a todo esse processo está o movimento duplo de integração econômica e exclusão política do estrangeiro residente, integração e exclusão que contam com mecanismos próprios, de acordo com lógicas que variam tanto no tempo quanto no espaço. Talvez o paralelo seja forçado, mas mesmo assim vale como hipótese: esse modelo de integração econômica/exclusão política, com suas definições próprias de economia (mercantil capitalista) e de política (instituições estatais) poderia ser a matriz dos modelos dos estudos historiográficos dos metecos atenienses, que em uníssono afirmam que eles integrados nos “mercados” da sociedade ateniense, em particular com os mercados ampliados com o império no século V, e excluídos das instituições políticas monopolizadas pelos cidadãos. A variação nos estudos fica por conta de se interpretar o estatuto como um privilégio ou como uma exploração, se eles eram mais ou menos integrados socialmente, se eram bem ou mal tratados pelos cidadãos. Mas não se questionam, em tais estudos, nem o estatuto da “economia” nem da “política”: transpõem-se categorias contemporâneas, ligadas à experiência dos Estados nacionais contemporâneos, para a realidade histórica específica da pólis ateniense entre os séculos VII e III a.C.

É para encontrar os limites e possibilidades dos modelos historiográficos sobre os metecos atenienses que se empreenderá a análise a seguir, que, por conta das

dificuldades de acesso às obras mais antigas ou mesmo às mais recentes³, toma apenas quatro entre os estudos mencionados anteriormente: dois estudos exaustivos sobre os metecos atenienses baseados em amplo levantamento de fontes (Clerc, 1893; Whitehead, 1977), um pequeno ensaio sobre a questão dos metecos atenienses como classe social (Román, 1979), e um capítulo sobre os metecos que faz parte de uma obra geral sobre os estrangeiros na Grécia (Baslez, 1984).

Os Metecos Concidadãos de Michel Clerc

Grande matriz dos estudos sobre os metecos atenienses no século XX, *Les métèques athéniens: étude sur la condition légale, la situation morale et le rôle social et économique des étrangers domiciliés à Athènes*, de Michel Clerc (1893), historiador francês membro da École Française d’Athènes, traça um retrato bastante positivo tanto dos atenienses como da vida dos metecos em Atenas. Em uma abordagem que, afastando-se dos estudos limitados aos aspectos legais e institucionais, procura traçar também um quadro do tratamento dado pelos cidadãos aos metecos “na vida de todos os dias” (Clerc, 1893, p. 2), para assim chegar à situação “moral” dos metecos, o autor encontra em Atenas um ótimo lugar para o estrangeiro: discordando de toda a historiografia que não deixou de enfatizar o desprezo que os cidadãos sentiam pelos metecos, afirma que esse desprezo é proveniente da aristocracia ateniense, que também não era tão solidária com os cidadãos pobres. Assim, para Clerc,

[...] este desprezo, sincero ou afetado, dos atenienses de alto nascimento ou que tivessem, como Ésquines, uma grande situação no Estado, não influía em nada sobre a conduta de cidadãos em suas relações diárias com os metecos. De fato, cidadãos e metecos viviam da mesma vida, e, aos olhos do observador mais atento, não se distinguia nada entre uns e outros. [...] [O parecer-se com os cidadãos] não era nada junto de um outro privilégio que fazia realmente dos metecos, na vida de todos os dias, iguais aos cidadãos, privilégio que os oradores e os historiadores não deixam de fazer aparecer: é o que o autor da *República dos Atenienses* [Pseudo-Xenofonte] chama *isegoria*, isto é, a liberdade de expressão, tão absoluta quanto para os cidadãos. [...] Os metecos tinha a mesma liberdade de comportamento, de movimento, de expressão que os cidadãos, e na rua, não se distinguiam em nada. Atenas era provavelmente a única

³ Embora não seja citado, na historiografia produzida no século XXI consultada para esta pesquisa, nenhum estudo compreensivo consagrado à questão dos metecos atenienses mais recente que o de D. Whitehead, de 1977; em geral, a produção contemporânea limita-se a pequenos estudos sobre aspectos bastante restritos da questão dos metecos atenienses, tais como discussões sobre procedimentos jurídicos abertos ou não aos metecos, assim como releituras de fontes, caso do presente trabalho.

cidade (*ville*) onde, no quinto e quarto séculos, a fusão foi alcançada a tal ponto entre os cidadãos e os estrangeiros domiciliados (pp. 230-231)⁴.

Essa fusão entre cidadãos e metecos, conclui Clerc, fazia com que reinasse uma “liberdade e igualdade verdadeiramente democráticas” (p. 232) entre eles; em uma palavra, os metecos “não eram mais estrangeiros, mas concidadãos dos atenienses” (p. 235).

Nesse quadro de igualdade e liberdade (mantidas, é preciso lembrar, as condições legais), na qual metecos se tornam concidadãos dos atenienses, qual é a relação entre a pólis propriamente e os metecos? De início, Clerc aponta três fatores favoráveis à imigração (e, por extensão, favoráveis aos metecos já fixados): o espírito generoso dos atenienses (marcado por “qualquer coisa de nobreza e de desinteresse”, p. 319), a valorização do trabalho manual (considerando que os metecos são, majoritariamente, artesãos e comerciantes, p. 321) e a democracia (p. 322). Por que a democracia é favorável aos metecos? Desde Sólon, havia uma valorização da riqueza contra o valor do sangue, inferida pelo autor a partir da organização das classes censitárias solonianas (p. 334); Clístenes, por sua vez, concedeu a cidadania aos metecos e ex-escravos enriquecidos acompanhando a simetria que havia entre a propriedade fundiária e a mobiliária (p. 337). Dessa forma, na medida em que a sociedade ateniense se tornava mais “liberal” na economia (valorização do dinheiro, do comércio e da indústria), também se “liberalizava” na política (no processo de gestação da democracia), o que resultava numa melhoria da condição dos metecos. Os termos da relação entre a pólis democrática e os metecos seriam: a democracia utiliza os metecos para fins bélicos e econômicos (citando Aristóteles e Xenofonte, pp. 355-356), e os metecos defendem a democracia em troca da liberdade econômica (p. 419).

O livro de Clerc é certamente um marco nos estudos sobre os metecos atenienses, seja pela abrangência, seja pela profundidade. Entretanto, alguns problemas importantes podem ser levantados a partir de uma visão geral de sua obra (além das críticas feitas em quase todo o livro de D. Whitehead). Em primeiro lugar, exageros nas interpretações das fontes de modo a provar sua tese de que os metecos eram muito bem tratados pelos cidadãos, como por exemplo o caso citado no início da *isegoria*: os autores antigos falam da *isegoria* dos metecos, mas não que eles tinham liberdade de

⁴ Neste caso e sempre que o texto original estiver em outro idioma que não o português, a tradução é minha.

expressão nas instituições cívicas – extrair daí uma situação de “concidadania” é absolutamente infundado. Em segundo lugar, o autor por vezes se utiliza de categorias psicológicas para fundamentar sua argumentação, como a “generosidade” dos atenienses e a “cupidez” dos tiranos, naturalizando tais categorias e esvaziando, em parte, a explicação histórica. Em terceiro lugar, e oposta à explicação psicologizante, está a leitura economicista das relações entre a pólis e os metecos, no sentido de que o comércio e a produção são os vetores fundamentais: é à valorização da propriedade mobiliária que responde o desenvolvimento da democracia; é para desenvolver o comércio e a indústria e por valorizar o trabalho que a cidade atrai os estrangeiros; é por liberdade econômica que os metecos defendem a democracia; assim, não apenas os metecos agem como *homines economici*, mas toda a cidade – a economia mercantil é transposta para a realidade ateniense, e as relações entre trabalho e propriedade, economia e política não são problematizadas.

Os Metecos A-políticos de Whitehead

Detalhado no tratamento de uma ampla gama de questões, o livro do historiador inglês David Whitehead, *The Ideology of Athenian Metic*, de 1977, tornou-se referência obrigatória aos estudos de História e outras disciplinas que se aproximam de questões ligadas aos metecos atenienses. Escrita como tese para obtenção do PhD., sob a orientação de M. Finley, o livro aborda controvérsias que vão desde as restaurações epigráficas à sociologia dos metecos atenienses, realizando um extenso levantamento documental associado a uma incisiva crítica da historiografia; o objetivo é construir o que seria a “ideologia do meteco ateniense”: após uma breve definição do conceito de ideologia como “modo característico de pensar de uma classe ou indivíduo”, o autor afirma que a ideologia do meteco ateniense é, em primeiro lugar, uma ideologia *sobre* o meteco ateniense criada por não-metecos, ou seja, por cidadãos e, em segundo lugar, que essa ideologia não se limita a ser formulada e propagada, mas que é implementada pela tomada real de decisões políticas:

Em uma polis democrática, os *politai* legislam um estilo de vida para si mesmos, mas a polis não vive somente de *politai*: forasteiros chegam, e a menos que vão embora, entram na comunidade. E eles, os *metoikoi*, põem um problema central e contínuo para os *politai*: se os *politai* resolvem que a demarcação deve ser mantida eles têm de regular não somente um mas dois estatutos de pessoas livres e determinar as diferenças e semelhanças precisas entre eles. Em tal situação, e especialmente se o grupo excluído do

monopólio político começa a fazer uma significativa contribuição econômica, intelectual ou artística para a comunidade, sentimentos serão fortes e (frequentemente) conflitantes [...]: ambos os grupos desenvolverão uma percepção de si e do outro, e no caso dos *politai* isto irá interagir com as decisões concretas que eles tomam como as relativas ao modo como os *metoikoi* viverão (Whitehead, 1977, p. 3).

Assim, o autor procura ver a ideologia do/sobre o meteco ateniense tanto nas manifestações pessoais de cidadãos e metecos, quanto, e principalmente, na regulações que a pólis faz sobre a questão. É isto que o autor faz na primeira parte do livro, “Analysis”, que se dedica a questões de definição do termo “meteco” e de outros próximos (*xenos*, *proxenos*, *isoteleis*, *parepidemos*), as fontes para sua história, os direitos e deveres dos metecos e as construções ideológicas (particularmente Platão e Xenofonte) sobre o lugar dos metecos em Atenas. A tônica desta parte do livro é a crítica ao que o autor chama de “moderna ortodoxia”, fundada no século XIX por historiadores alemães e franceses, como Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff e Michel Clerc e, em larga medida, reproduzida nos estudos do século XX. Segundo a moderna ortodoxia, o estatuto de meteco era um privilégio que o estrangeiro recebia da pólis, podendo ter uma participação na vida econômica, intelectual e religiosa ao lado dos cidadãos – na expressão de Wilamowitz, os metecos atenienses seriam “quase-cidadãos”. Contra isso, D. Whitehead faz um levantamento exaustivo das fontes que abordam a relação dos metecos com o sistema tributário, com o serviço militar, com o sistema jurídico; a conclusão é a de que a *metoikia* não era um privilégio, pois: 1. enquanto o *xenos*, ou estrangeiro antes de ser listado como meteco, era totalmente isento de qualquer imposto ou serviço militar, os metecos deviam pagar o *metoikion*, (se capazes) pagar as *eisphorai* e servir como hoplitas; 2. a vida dos metecos, para o direito penal, tinha o mesmo valor que a do *xenos*, ou seja, menos que a de um cidadão; 3. assim como os *xenoi*, os metecos eram livres para promover cultos de seus locais de origem, mas estavam proibidos de participar na observância de cultos cívicos, exceto provavelmente pela participação (somente) na procissão do festival panatenaico e em alguns cultos locais do *demos* de residência; 4. como os *xenoi* estavam impedidos do acesso à propriedade de terra ou de uma casa, a menos que recebem o privilégio da *enktesis* (provavelmente concedido junto da *isotelia*); 5. nas dedicatórias fúnebres, os não-atenienses são referidos não por sua condição de metecos, e sim pela *ethnikon*, ou seja, o nome relativo ao local de nascimento e, além disso, a designação de *isoteleis* (meteco privilegiado, honrado pela cidade) pode suplantar o *ethnikon*.

A segunda parte, “Historical Studies”, é uma apresentação da história dos metecos atenienses entre os séculos VII e III, a partir da diferenciação e diálogo entre sua existência *de facto* e seu reconhecimento *de iure*: no período que vai do final do século VII ao final do V, a população meteca aumenta na medida do crescimento econômico da cidade, impulsionado seja pelas reformas urbanas das tiranias, seja pelo estabelecimento do império ateniense após as guerras médicas. O estatuto legal de meteco, ou seja, estrangeiro residente, diferenciado tanto de cidadãos quanto de escravos e estrangeiros de passagem, tem como marco fundamental as reformas cliestenianas do final do século VI, momento no qual uma definição mais clara dos direitos e deveres dos cidadãos dá a tônica para uma definição semelhante dos estrangeiros residentes, culminando na lei pericleana de 450, que determinava que apenas os filhos de pais e mães atenienses (dupla endogamia) seriam listados entre os cidadãos. Tal processo seria intensificado na Guerra do Peloponeso, quando as perdas de rendimentos imperiais teriam feito com que Atenas passasse a taxar os metecos, instituindo o *metoikion* (que o autor sugere tenha sido instituído na década de 410 ou antes) e outras medidas de controle sobre esta população. Com a derrota ateniense, a população meteca diminui em relação ao período pré-432, mas mesmo assim continua fundamental para a vida econômica ateniense; a crise dos anos 404-401 gera um intenso debate sobre qual a atitude da cidade diante dos metecos que apoiaram a democracia, mas, de todo modo, o estatuto de meteco continua estável (não se discute conceder a cidadania a todos os metecos). Durante o século IV, a população estrangeira de Atenas passa por uma alteração relativa à permanência, pois, se no século anterior predominavam os estrangeiros residentes, lentamente ganhariam maior presença os estrangeiros que não se fixavam pelo tempo mínimo para se tornar metecos (os *parepidemoi*) – assim, no mesmo momento em que, legalmente, o estatuto de meteco se torna mais definido, a cidade inicia um movimento na direção de regular os *parepidemoi*, como atesta a criação da *dike emporike*, procedimento jurídico para o qual não importa o estatuto do litigante. Por fim, a *metoikia* como instituição começa a desaparecer das fontes entre os séculos IV e III, diante do que o autor argumenta que, ao invés de um enfraquecimento da distinção entre cidadãos/metecos (que a historiografia associou à crise da cidadania do período helenístico), foi a distinção entre *metoikos/parepidemos*, ou seja, estrangeiro residente/estrangeiro de passagem, que se

enfraqueceu no século III, de acordo com as transformações econômicas e sociais da Atenas helenística.

Após este percurso, podemos questionar: qual é a ideologia sobre o meteco ateniense segundo D. Whitehead? Segundo o autor, quando o estrangeiro chega em Atenas, a decisão fundamental é recebê-lo; porém, quando a questão é admiti-los como igual, opta-se por não fazê-lo (p. 69). A criação de um terceiro estado, entre cidadão e escravo, faz com que o meteco, ainda que como o cidadão, seja livre, esteja excluído das *timai* (honras, dignidades) dos cidadãos, quais sejam: *to archein*, a participação na assembleia e nas magistraturas, *to dikazein*, o direito de ser jurado em tribunal, e *he hierosyne*, o direito de exercer o sacerdócio. Segundo o autor:

Nenhuma quantidade de concessões menores compensa estas exclusões básicas. Um apelido mais apto que “quase-cidadão” seria “anticidadão”, a imagem negativa, sugerindo não tanto uma dicotomia *homo politicus/homo oeconomicus* quanto uma *homo politicus* e (se o solecismo me é permitido) *homo apoliticus*: se o meteco realmente era, ou se pensava ser, *homo oeconomicus*, isto é em grande medida porque importantes esferas de atividade estavam fechadas para ele (Whitehead, 1977, p. 70).

O meteco como *homo apoliticus* seria o resultado da ideologia do meteco ateniense tal como construída pelos cidadãos. Mas como explicar a participação política ativa dos metecos na restauração democrática de 403? Para Whitehead, a “ideologia oligárquica” era contrária ao estrangeiro (Esparta e a *xenelasia* como paradigma), e a oligarquia dos Trinta significou uma grave ameaça à segurança dos metecos, e isto explica a atuação dos metecos: o meteco é normalmente um *homo apoliticus*, tornando-se *politicus* somente diante do perigo – participação política ativa dos metecos na restauração é a exceção que prova a regra.

Mas, pode-se questionar como se dá esta transição. O que seria exatamente um estado apolítico e outro político? Afinal, o que é política para o autor? Ora, D. Whitehead define a política citando Aristóteles por meio das *timai*, das dignidades dos cidadãos: ser membro da assembleia, ser magistrado, júri, sacerdote; isto gera um raciocínio circular: política é aquilo que o cidadão faz, *logo* só o cidadão faz política. O autor, apesar de fazer um brilhante levantamento da “ideologia dos cidadãos atenienses a respeito do meteco ateniense”, não faz sua crítica, e concorda com seus pressupostos. Nesse sentido, não há qualquer conflito: cabe aos metecos, aos bons metecos aliás, aceitarem a ideologia que os coloca como *homines apolitici*. A única contestação

possível está no desrespeito às leis: a infiltração dos metecos nas instituições – mas a pólis já está preparada, como prova a *graphe xenias*, o procedimento jurídico que leva à morte o meteco que fingir-se cidadão. Essa construção impede que Whitehead perceba como o conceito de política, assim como os parâmetros da cidadania, também seja parte de uma disputa que pode se dar seja nos níveis discursivos, seja nos níveis da ação prática. Política é o que o cidadão considera que é política: a ideologia cívica sobre o meteco se torna premissa da pesquisa historiográfica.

Entretanto, um item no sumário do livro pareceria indicar uma reviravolta nessa construção: “the metic viewpoint”. Seria então uma análise do ponto de vista dos próprios metecos em relação a si mesmos, à cidade, à democracia? De um livro de duzentas páginas, a análise do “metic viewpoint” conta com magras três. Trata-se de uma brevíssima discussão da noção de *metoikia* presente nos discursos de Lísias e nos livros de Aristóteles: quanto ao primeiro, limita-se a observar o modelo contratual das relações entre a pólis e os metecos, além do uso valores presentes em outras fontes, como a disciplina (*kosmios*) e o bom comportamento (*sophrosyne*); quanto ao segundo, nota a falta de envolvimento emocional de Aristóteles sobre o tema e o paradoxo de se estudar a comunidade de cidadãos diante da importância da comunidade meteca de seu tempo, além de breves considerações sobre a psicologia dos metecos que “não querem o que não podem”. O que é a pólis para Lísias e para Aristóteles? E mais fundamentalmente: a política em Aristóteles, como os conhecimentos relativos à pólis, se limitam às dignidades dos cidadãos? D. Whitehead limita-se a reproduzir o discurso cívico (presente em Aristóteles!) sem questionar se os autores fazem no texto o que enunciam como pressupostos, evitando assim as contradições que poderiam abrir análises mais detidas sobre o “ponto de vista meteco”. A política mantém monopólio dos cidadãos, não porque era, mas porque os cidadãos diziam que era – a ideologia se torna evidência.

Os Metecos (às vezes) Alienados de C. Román

Uma interessante apropriação de algumas hipóteses de Clerc, tomadas sob um ponto de vista marxista, é realizada por C. G. Román (1979), no texto *Los metecos atenienses: un punto de vista sobre las clases sociales en la Antigua Atenas*. Nesse texto, o autor trata do estatuto social dos metecos e, a partir de textos como os de K. Marx e de G. Lukács, conclui que os metecos constituíam-se como uma classe social, na

medida em que, no modo de produção específico da formação social ateniense, pré-capitalista, era o critério político que determinava as classes sociais, e não o econômico, específico do capitalismo; por consequência, é a dominação política (restrição da política aos cidadãos) que fundamenta a exploração econômica (proibição da propriedade fundiária aos não cidadãos). As classes sociais são definidas em suas relações políticas e, em Atenas, a partir do pertencimento ou não ao corpo cívico: a democracia é instrumento de dominação dos cidadãos sobre os não cidadãos.

Dominação política, desigualdade social, exploração de classe – nada mais oposto ao modelo de M. Clerc. No entanto, é ao discutir as possibilidades da consciência de classe dos metecos que ocorre uma aproximação com as teses de Clerc. Citando Lukács, o autor afirma que os metecos não tinham uma consciência de classe clara e definida, posto que se tratava de uma estrutura pré-capitalista; exemplo disso é o apoio meteco à restauração democrática: citando Clerc, o autor afirma que os metecos defenderam a democracia (instrumento de dominação dos cidadãos) pois esta permitia sua atividade econômica, enquanto a oligarquia não (p. 147). Ou seja: os metecos tinham consciência de classe para derrubar a oligarquia em nome de seus interesses econômicos, mas não a tiveram para derrubar também a democracia, instrumento de dominação dos cidadãos. Qual seria o limite da consciência de classe? Ou: por que a economia se autonomizou como pensamento e prática no primeiro caso (contra a oligarquia), mas não no segundo (contra a democracia)? O economicismo de Clerc é retomado, e as incoerências deste esquema são atenuadas com a ideia de “falta (ou excesso) de clareza” na consciência de classe dos metecos, de acordo com a situação escolhida pelo autor.

Os Metecos Contratualistas de Baslez

Diversa da abordagem marxista, a interpretação da questão dos metecos atenienses do livro *L'Étranger dans la Grèce Antique*, da historiadora francesa Marie-Françoise Baslez, rediscute a relação privilégio/exploração dando uma ênfase especial às vantagens econômicas, ao lado das exclusões políticas. O livro se propõe a ser uma história geral das relações cidade/estrangeiro na Grécia Antiga dividida em três partes: “as tradições de hospitalidade” (que corresponde aos períodos homérico e arcaico), “o cidadão e o estrangeiro (período clássico)”, e o “cosmopolitismo da cidade” (período helenístico); o método dessa história geral seria o estudo diacrônico tanto da política quanto das mentalidades e do cotidiano.

O dilema da cidade, segundo a autora, é “mais ou menos aquele de um Estado moderno”: conjugar, de um lado, a necessidade de fechamento da cidade resultante da estruturação da cidadania e, de outro, a necessidade de abertura da cidade que atrai os imigrantes devido à sua prosperidade econômica e que necessita deles para executar as tarefas das quais os cidadãos, com a estruturação da vida política, estão liberados (p. 90). Associando a democracia ao fechamento, a relação da cidade com os estrangeiros em Baslez é contratual: em troca da proteção e da permissão à atividade econômica, o estrangeiro deve ser fiel ao regime, e principalmente não praticar fraudes para participar politicamente (pp. 99-101). Esse contrato garantiria para o meteco as imensas vantagens de se estabelecer no centro de diversos fluxos mercantis, em particular durante o apogeu do império ateniense em meados do século V.

Sendo esse contrato (“proteção econômica/fidelidade política à *distância*”) a referências das relações entre os metecos e a cidade, surge uma oposição moral entre o bom e o mau meteco. A autora utiliza como exemplos Lísias, o bom meteco, e Atenógenes, o mau. Enquanto o primeiro é fiel à democracia e prospera economicamente mantendo-se à margem da cidade, o segundo é caracterizado como um escroque tanto na vida privada como na pública: tentou vender uma loja endividada, não cumpria seus deveres familiares e, além disso, fugiu de Atenas durante a batalha de Queronéia, tentando voltar quando a paz foi restabelecida.

Neste ponto, exatamente, aparecem as limitações da análise de Baslez, pois é sempre do ponto de vista da “cidade” que se fala dos metecos. A noção de “utilidade para a cidade” (p. 90) é ilustrativa. Mais do que isso, os documentos para a definição do bom ou do mau meteco não passam por qualquer crítica: para o bom meteco Lísias, o documento utilizado é de autoria do próprio Lísias (*Contra Eratóstenes*) e, portanto, dificilmente ele se autodefiniria negativamente; para o mau meteco, o documento é um discurso do orador Hipérides “contra Atenógenes”, sendo também difícil conceber que o orador definiria seu oponente positivamente, seja como meteco ou como qualquer outra categoria. Os documentos, que são discursos retóricos, se tornam reflexos da verdade, e as tensões e contradições são anuladas em nome da construção das noções de bom e mau meteco, sempre do ponto de vista da cidade.

Além disso, está o economicismo da definição do meteco como *homo oeconomicus* (p. 128), fundada em uma concepção de que a política (tanto prática quanto representação) está restrita aos cidadãos, como se, ao deixar sua cidade, o

meteco deixasse também sua característica fundante como grego, a saber, a de ser antes membro de uma família e de uma cidade (p. 18), para tornar-se um indivíduo guiado por motivações econômicas, exercendo apenas um papel secundário nas atividades propriamente cívicas (pp. 132-139); sobretudo, quanto aos destinos das migrações de metecos, “o critério étnico ou político não exerceu nenhum papel” (p. 146). Mas como explicar as tentativas de fraude para ingresso no corpo cívico? Seria influência dos maus metecos? Ou, ainda, como explicar o apoio meteco à restauração democrática de 403, ou seja, a mesma democracia que dirigiu os processos de fechamento do corpo cívico? Notavelmente, Baslez, citando inclusive Lísias, afirma que “o meteco ateniense não tinha qualquer interesse particular à democracia” (pp. 147-148). Mas quais características “gregas” estariam ainda presentes no meteco oriundo de outra cidade grega? “O devotamento à coisa pública e sua generosidade. Deste ponto de vista, o contrato proposto ao meteco [...] se endereça a um grego” (p. 149). Assim, transpondo à Grécia Antiga uma ideologia cara aos “Estados nacionais modernos” diante do afluxo de imigrantes pobres, a autora faz com que a submissão e a redução às atividades produtivas sejam as características “gregas” dos metecos – ou seja, é ao tornar-se não grego (apolítico) que o meteco demonstra que é grego (devotado à pólis).

O Abandono da Liberdade: Cidadãos e Metecos em Contra Filon (Lys.31)

Aqueles que abandonam uma fortificação, um navio ou um campo militar (se acontece de ter cidadãos nele), sofrem as mais severas punições; este homem [Filon], que abandonou a pólis inteira, procura obter não somente a impunidade, como também a honra! Aquele que visivelmente abandonou a liberdade, como ele o fez, deveria ser premiado, não com a exclusão do Conselho, mas com a escravidão e a privação total de direitos (31.26).

O discurso *Contra Filon* conta a história de um cidadão ateniense que se tornou meteco em outro lugar, no momento mesmo em que sua pólis estava em risco: por essa razão, seria monstruoso que Filon, o cidadão em questão, assumisse um assento no Conselho dos Quinhentos, ou seja, que ocupasse um cargo de comando na pólis. O discurso 31 do *Corpus* é parte de uma *dokimasia*, ou seja, um exame prévio de admissão de candidatos a algum cargo público (no caso, um assento no Conselho) – em tal

procedimento, a única punição é a desonra pela não admissão do candidato. A datação mais provável é o início do século IV, não muitos anos depois da restauração de 403⁵

Habitual nos discursos de *dokimasiai* do *corpus* de Lísias, a base da argumentação é o comportamento do candidato durante o regime dos Trinta. Não se trata aqui, todavia, de demonstrar que Filon era um apoiador ativo da oligarquia (como em *Contra Evandro*, Lys. 26), ou que, permanecendo na pólis, agiu como um democrata do Pireu agiria (como em *Defesa a uma Acusação de Subverter a Democracia*, Lys.25): Filon é acusado de não ter tomado parte no conflito, ou seja, de não ter se posto nem ao lado dos oligarcas, nem dos democratas, preferindo permanecer *fora* de Atenas durante os conflitos.

Segundo o orador, Filon, ao não ser listado entre os Três Mil (cidadãos com plenos direitos) pelos Trinta, foi banido da *asty*, indo se fixar no interior da Ática. Quando os exilados retornaram a File e depois partiram para o Pireu, dando início às lutas pela restauração da democracia contra os oligarcas “que permaneceram na *asty*”, Filon reuniu sua propriedade e partiu para Oropus⁶, para lá se fixar como um meteco, sob a responsabilidade de um *prostates* e pagando o *metoikion*, a taxa dos metecos; segundo o orador, Filon preferiu “ser meteco [entre os cidadãos de Oropus] a ser cidadãos entre nós” (31.9). Em Oropus, Filon teria aumentado sua propriedade, e só retornou a Atenas quando a paz já havia sido estabelecida entre os oligarcas e os democratas.

Mas seria crime não participar de uma guerra civil na pólis? Uma lei soloniana do século VI a. C., citada na *Constituição de Atenas* de Aristóteles, prescrevia: “aquele que, quando houver dissensões na pólis, não dispor de suas armas com nenhum dos lados, perde as prerrogativas e não participa da polis” (viii.5). No entanto, o discurso não faz menção a esta lei⁷ e, mais do que isso, diz expressamente que não há lei contra

⁵ O discurso não menciona nenhum evento conhecido posterior à restauração, no entanto, ao desculpar-se da falta de testemunhas para uma das acusações a Filon, a saber, de ter assaltado camponeses idosos ainda na época da oligarquia, o orador diz que estes não compareceram ao julgamento em função de sua idade e fraqueza, e não da eventual morte de alguns – isso faz com que, por exemplo, C. Carey afirme que o caso não teria ocorrido muitos anos após 403, pois se assim o fosse, o orador teria usado a morte de alguns como argumento (Carey, 1989, p. 179).

⁶ Oropus, cujo porto era usado pelos atenienses para o recebimento do trigo produzido no mar Negro (substituído pelo Pireu durante a guerra do Peloponeso), era uma área de disputa entre Atenas e Tebas, mas, ao que parece, entre 404-403 era, talvez apenas formalmente, uma pólis separada tanto de Tebas quanto de Atenas (Todd, 2000, p. 308, n.2).

⁷ O que fez com que alguns estudiosos duvidassem da existência dela (seria uma construção do século IV?), ou mesmo que, se ela fosse genuína, estaria já obsoleta na época do discurso *Contra Filon*. Cf. a discussão bibliográfica sobre a lei soloniana em C. Carey (1989, pp. 198-200).

tal conduta. Mas essa ausência legal se torna a base para um interessante argumento de antecipação:

Ouçõ ele falar que, se fosse um crime não se envolver neste momento crítico, existiria uma lei visando a isso expressamente, como existem para outros crimes. Ele não prevê que vocês perceberão que foi a enormidade do crime que impediu a formulação de uma lei sobre ele. Qual orador teria imaginado ou qual legislador teria previsto que um cidadão seria culpado de tal crime? Se alguém deserta de seu posto quando a polis não está em perigo, mas ao contrário põe em perigo um outro povo, uma lei teria sido estabelecida contra isto que se julgaria um crime; e se alguém deserta a própria polis quando ela mesma está em perigo, tal lei não seria estabelecida! Além disso, tal lei teria sido estabelecida, se alguém tivesse previsto que um cidadão cometeria tamanho crime (31.27).

Desse modo, a ausência da lei, em vez de significar a ausência do crime, indica na verdade sua enormidade – abandonar a polis quando ela própria está em perigo (ou seja, durante uma *stasis*, uma guerra civil) é um crime que está *aquém* da legislação. Partilhar a sorte da polis é o acordo prévio da cidadania, a partir do qual as leis podem ser feitas – as leis punem os crimes cometidos pelos cidadãos, mas não há lei para o cidadão que nega sua condição, ou seja, que não toma posição em uma *stasis*. Em diversos momentos do discurso o orador busca o ressentimento, especialmente dos exilados – Filon não contribuiu com a causa democrática (Carey, 1989, pp. 181-182) –, mas também enfatiza que ambos os lados, oligarcas e democratas, devem ficar ressentidos contra o acusado, pois ele, sem qualquer impedimento físico ou financeiro, não se associou a nenhum dos dois (31.13).

Este não é o único motivo para que Filon seja recusado ao cargo de membro do Conselho: o orador dirige mais duas acusações contra Filon. Durante sua permanência como meteco em Oropus, Filon, à frente de outros “que transformavam em boa sorte a desgraça” da polis (31.17), realizou roubos contra a propriedade de camponeses pobres e idosos no interior da Ática. Além disso, sua própria mãe, no fim da vida, não confiou nele para cuidar de seus rituais fúnebres: com medo que Filon tomasse para si o dinheiro, sua mãe entregou as três minas de prata necessárias para seu enterro a um certo Antifanes, que nem era seu parente – segundo o orador este era um indício do comportamento criminoso de Filon, pois, se normalmente as mães são bastante tolerantes com os filhos, o que o júri deveria pensar se a própria mãe de Filon “esperava que este homem a roubaria mesmo depois de sua morte?” (31.22).

Dessa maneira, Filon se torna o responsável por três níveis de crimes: não se posicionar durante a *stasis* (indiferença contra a pólis); assaltar camponeses (roubo contra os cidadãos); não ser confiável na garantia de enterro de sua mãe (impiedade contra o *oikos*). Nesses três níveis, na argumentação do orador, foram o valor à sua segurança pessoal ou o desejo de aumentar sua propriedade privada (acima dos deveres com a pólis, com os cidadãos, com a família) as bases da ação criminosa de Filon – estas duas razões justificam, para o orador, a recusa de Filon para o Conselho.

No entanto, o que está em questão no discurso não é apenas a admissão ou recusa de Filon, mas a própria definição da ética do cidadão, e da adequação dessa ética a um cargo de comando na pólis. Filon é um cidadão que coloca a segurança pessoal e a propriedade privada acima dos deveres coletivos, e um cidadão com tal ética não pode ser admitido no Conselho. Este pressuposto é enunciado no discurso antes mesmo da apresentação dos crimes, quando o orador diz:

Eu simplesmente digo que somente têm o direito de deliberar [ser conselheiro] sobre nossos assuntos aqueles que não apenas tem o título de cidadãos, mas que também o são realmente. Pois, para estes, existe uma grande diferença se a polis é próspera ou não – eles se sentem obrigados a participar de suas desgraças assim como de seus benefícios. Mas aqueles que, cidadãos de nascimento, têm por princípio que a pátria está em todo lugar onde eles possuem negócios, estes serão evidentemente os que trairão os bens coletivos da polis em nome de suas vantagens privadas: aos olhos destes, não é a polis a pátria, mas sua propriedade. Eu portanto mostrarei que Filon pôs sua segurança pessoal acima do perigo comum, e que preferiu bem mais passar a vida sem risco que enfrentar o perigo pela salvação da polis, como fizeram os outros cidadãos (31.5-7).

De um lado, o bom cidadão que partilha a sorte da pólis; de outro, o cidadão que considera a propriedade como sua pátria: eis o *homo oeconomicus* e, justamente, ele está entre os cidadãos. O que é a pólis para o cidadão que submete seus deveres ao *idios kerdos*, à vantagem privada? A pólis é um espaço para a realização de sua propriedade, que, aliás, pode ser realizada em qualquer outra pólis (Oropus): o conteúdo político da pólis desaparece quando ela se torna apenas continente da ação privada – o fim da diferença política das pólis dá origem ao cidadão indiferente à pólis, e o “patriotismo das coisas” fundamenta um “cosmopolitismo apolítico”. A consequência para a comunidade cívica é o enfraquecimento de seus laços, posto que o cidadão indiferente, apolítico, não partilha de sua sorte, podendo se tornar meteco em qualquer lugar onde tenha negócios. A riqueza, portanto, dissolve as fronteiras políticas por meio da criação

de um espaço que só não se diferencia do ponto de vista da realização da propriedade – trata-se da diluição do espaço cívico pela criação do espaço da propriedade⁸: a passagem de um espaço a outro é marcada, no discurso, com a transformação de Filon de cidadão em Atenas a meteco em Oropus: o meteco é por excelência o habitante deste espaço da propriedade.

“O cidadão grego é o *homo politicus*” e “o meteco é um *homo oeconomicus*” são duas das frases basilares da historiografia sobre a pólis e sobre os próprios metecos. O argumento é bastante simples: os cidadãos monopolizam as instituições políticas; os metecos ficam de fora da política; *logo*, aos metecos resta a atividade econômica. Daí que os metecos apareçam nos estudos sobre a pólis ateniense de duas maneiras principais: ou ao lado dos outros excluídos (mulheres, escravos), ou dentro do quadro do crescimento econômico da pólis (artesanato e comércio, pois somente os cidadãos podem ser proprietários fundiários). Se alguma relação é feita entre a política e os metecos, são os modos como a democracia ou a oligarquia trata os metecos, a legislação sobre o comércio e sobre o artesanato etc., raramente sobre as atitudes dos metecos diante da democracia.

No entanto, o discurso *Contra Filon* apresenta uma visão mais complexa da questão metecos/economia e cidadãos/política. Filon é um cidadão de nascimento, na época do discurso acima de trinta anos e, portanto, apto a pleitear um assento no Conselho. No entanto, sua conduta anterior, segundo o orador, demonstra que ele coloca a propriedade privada acima da pólis, ou seja, que ele guia sua conduta em nome de interesses econômicos, privados, indiferente para deveres cívicos, comunitários, familiares. A partir dessa condição, para Filon independe seu *status*: cidadãos ou meteco, ele estará onde seus interesses econômicos o levarem. Portanto, Filon é antes *homo oeconomicus*, e depois meteco e mau cidadão.

Filon prioriza a propriedade privada por qualquer motivo, menos por estar impedido de participar das instituições políticas de Atenas. A dualidade cidadão/política e meteco/economia aparece aqui como prescrição (o dever-ser), não como fato, como considerou tradicionalmente a historiografia. No discurso existem indícios de que a priorização da economia (ou o “abandono da liberdade”) existia entre os cidadãos, o que criava a indiferença quanto à pólis e quanto ao estatuto que ela confere ao indivíduo

⁸ O termo espaço econômico está sendo evitado por conta das questões postas pelo próprio discurso, que opõe a vantagem privada também ao *oikos*, haja vista a desconfiança da mãe de Filon a respeito de seu funeral.

(cidadão, meteco). Mas estaria o outro termo da dualidade, metecos/economia, também em questão no discurso? Após discutir a questão da ausência de lei contra a indiferença política, diz o orador:

Todos teriam razão em criticar vocês [membros do Conselho], se, tendo recompensado os metecos de uma maneira digna da polis por terem auxiliado a democracia além de seu dever, vocês não punirem meu oponente por ter traído a polis em oposição ao seu dever, ao menos com o tipo de desonra disponível hoje, se não mais severamente (31.29).

Neste trecho fica clara a relação entre prescrição e fato: não fazia parte dos deveres dos metecos a defesa da democracia, no caso, a luta contra o regime dos Trinta; ao passo que este seria um dever dos cidadãos. Os metecos fizeram mais do que lhes foi determinado, Filon fez menos: essa dissociação se dá pela concessão de honra pela pólis, honra aos que foram além, desonra aos que ficaram aquém. Mas qual é este além dos metecos que apoiaram a democracia? Ora, dificilmente o mais moderado dos estudiosos classificaria o apoio à restauração de um regime político como uma atividade econômica – não seria o caso de classificar essa atividade como política, mesmo que ultrapasse as instituições cívicas? Dessa maneira, ao lado da participação política dos metecos atenienses, estaria a própria definição de pólis sendo posta como objeto de uma nova leitura.

O apoio meteco à restauração democrática de 403 foi um ato além do determinado pela pólis, o que, a meu ver, levanta duas questões centrais: em primeiro lugar, em que medida e por quais meios as prescrições da pólis sobre os habitantes são impostas e são questionadas e, em segundo lugar, quais as possibilidades de ação política dos não cidadãos para além dos limites institucionais. Uma resposta para tais questões demandaria uma pesquisa bem maior do que a presente, mas de qualquer modo fica indicada a crítica a uma visão reificada dos metecos como *homines oeconomici*, predominante na historiografia, que toma as prescrições cívicas como informações imediatas da realidade social. Trata-se, antes de tudo, de analisar os discursos de modo a expor suas contradições, fraturas e brechas, para, desse modo, se construir uma nova historiografia que, em primeiro lugar, compreenda a pólis não como uma coisa em si, mas como (entre outras dimensões) uma constante construção discursiva (Andrade, 2002), da qual temos apenas alguns vestígios materiais e textuais; e, em segundo lugar, que possa revelar as tensões e lutas que envolveram a imposição e a contestação de uma

determinada ordem a uma determinada prática social, tomando a vida cotidiana como via analítica privilegiada (Guarinello, 2004).

Bibliografia

Fontes

ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas (Athenaíon Politeía)*. Trad. F. M. Pires. São Paulo, Hucitec, 1995.

LÍSIAS. *Discours*. 2 vols. Trad. L. Gernet e M. Bizos. Paris, Les Belles Lettres, 1924.

Obras Gerais

ANDRADE, M. M. de. *A Vida Comum – Espaço, Cotidiano e Cidade na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

BASLEZ, M.-F. *L'étranger dans la Grèce Antique*. Paris, Les Belles Lettres, 1984.

CAREY, C. (ed.). *Lysias, Selected Speeches*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

CLERC, M. A. E. A. *Les Métèques athéniens: étude sur la condition légale, la situation morale et le rôle social et économique des étrangers domiciliés à Athènes*. Paris, Thorin & fils, 1893.

GUARINELLO, N. L. “História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana”. *Revista Brasileira de História*, 24 (48), 2004, pp. 13-38.

ROMÁN, C. G. “Los metecos atenienses: un punto de vista sobre las clases sociales en la Antigua Atenas”. In: MOSSÉ, C. & VIDAL-NAQUET, P. *Clases y lucha de clases en la Grécia Antigua*. Madrid, Akal, 1979, pp. 129-159.

TODD, S. C. (trans.). *Lysias (The Oratory of Classical Greece, v. 2)*. Austin, University of Texas, 2000.

WHITEHEAD, D. *The Ideology of the Athenian Metic*. Cambridge, The Cambridge Philological Society (Supplementary Volume n. 4), 1977.

A INTERAÇÃO ENTRE HERÓI E MULTIDÃO NA *ILÍADA*

*Gustavo Junqueira Duarte Oliveira*¹

RESUMO: Com este artigo pretende-se discutir a relação entre herói e multidão na *Ilíada* sob o ponto de vista do conceito de identidade relacionado à metáfora teatral sugerida por Goffman para a análise das interações sociais. Privilegiou-se o estudo de alguns discursos dos personagens acerca do papel que se espera dos heróis, bem como de cenas em que a relação ator/plateia tem maior ênfase. Por fim, propõe-se uma análise das repercussões materiais das disputas identitárias no interior da sociedade apresentada no poema.

PALAVRAS-CHAVE: *Ilíada*, Identidades, Interações sociais, História das multidões.

ABSTRACT: This paper presents a study of the relation between hero and crowd in the *Iliad*. The merge of the concept of identity with the theatric metaphor suggested by Goffman to the study of social interaction is the leading point of view. The focus of analysis was given to the characters speeches regarding the expected role of the heroes, as well as the scenes that gives emphasis to the actor/audience relation. Finally, a discussion of the material repercussions of the identitary disputes in the interior of the society pictured by the poem is presented.

KEY-WORDS: *Iliad*, Identities, Social interactions, History of the crowds.

Introdução

A maneira como o herói aparece destacado e à frente da coletividade na *Ilíada* sugere uma relação especial entre as duas entidades. O herói, nesse sentido, pode ser lido como um ator que representa um papel esperado para uma plateia observadora, a “multidão”. A maneira como a definição da identidade heroica funciona no interior da obra requer uma relação desse tipo. A multidão oferece, contudo, não só um ponto de oposição em relação ao qual o herói é definido, ela também opera como plateia para a ação heroica. Diante de concepções de glória e honra como as homéricas, os feitos dos grandes homens não podem ser realizados às escondidas, e sim à vista de todos, recebendo a publicidade que merecem. Uma das características da identidade heroica é

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP sob a orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. É bolsista da Fapesp e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

definida pelas ações realizadas. Elas devem ser de conhecimento geral e observadas de modo a garantir a posição e a identidade daqueles que a buscam manter.

A Metáfora Teatral de Goffman

No livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Erving Goffman apresenta uma perspectiva sociológica aplicada a qualquer estabelecimento social concreto, relacionando a vida real com a representação teatral. Na vida real, como no teatro, o papel que o indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis que os outros desempenham. Contudo, no teatro a plateia configura-se como um terceiro elemento, ao passo que na vida real os outros também constituem uma plateia (Goffman, 2007, p. 9).

Quando um indivíduo se coloca diante de outros, estes procuram obter dele informações a seu respeito, ou acessam as que já possuem. A informação serve para definir a situação, explicitando o que cada um poderá esperar do outro. Para indivíduos que não se conhecem, são usados comparações e estereótipos. Se, em virtude de uma experiência anterior o indivíduo é conhecido, pode-se supor, para prever os comportamentos presente e futuro, que traços psicológicos persistem. Durante a interação, o indivíduo terá de agir de modo a se expressar, ao mesmo tempo em que os outros terão de ser, de algum modo, impressionados por ele. A expressividade do indivíduo envolve comunicação tradicional e ações consideradas sintomáticas do ator (Goffman, 2007, pp. 11-12).

Os sujeitos agem baseados em inferências de como os outros agirão. É de interesse do indivíduo tentar regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. O jogo de interações se dá justamente na maneira como a impressão é recebida. A expressão pode ser consciente e seguir estratégias, ou ser inconsciente e tradicional. Os outros podem receber do indivíduo respostas diretas e controláveis (verbais), ou ler aspectos não governáveis do comportamento expressivo. (Goffman, 2007, pp. 13-17).

Os participantes de uma interação contribuem, em conjunto, para uma única definição geral da situação. Não se trata de um acordo real sobre o que de fato existe, e sim um que se refere às pretensões pessoais, temporariamente acatadas. Trata-se de um consenso operacional, que varia segundo cada cenário. A projeção inicial dos indivíduos os prende àquilo que estão tentando ser, exigindo que abandonem outras pretensões. Modificações acontecem, mas devem seguir a proposição inicial para continuar a serem aceitos. A primeira impressão é de muita importância. Quando o indivíduo passa a agir

de maneira contrária à que havia projetado aos outros, todos se veem envolvidos em uma interação para a qual a situação havia sido definida erroneamente. Ela se torna, assim, não definida (Goffman, 2007, pp. 18-21).

As projeções possuem também um caráter moral. A sociedade se organiza de forma a ter como base o princípio de que qualquer indivíduo que possua essas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Analogamente, espera-se que os indivíduos sejam o que pretendem ser. Quando um indivíduo projeta uma definição da situação, ele obriga os outros a tratá-lo como tal, ao passo que abdica de pretender ser o que não projeta. Existem preocupações em manter essa projeção, e quando ela cai, compensações são esperadas (Goffman, 2007, pp. 21-22).

Ao desempenhar um papel, o indivíduo solicita que seus observadores o levem a sério, que acreditem que o personagem tem os atributos que aparenta possuir, que trará as consequências que pretende. De modo geral, ele pretende que as coisas sejam o que parecem ser (Goffman, 2007, p. 25). Ser uma espécie de pessoa não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ele. Uma condição, posição ou lugar social não são coisas materiais passíveis de posse e, em seguida, exibidas. São modelos de conduta apropriadas, coerentes, adequados e bem articulados. A representação não é uma simples extensão expressiva do caráter do autor. Ela serve, frequentemente, para expressar as características não dele, mas da tarefa que executa (Goffman, 2007, pp. 74-76).

As ideias apresentadas por Goffman são úteis para a compreensão da definição identitária. É preciso ter em mente, todavia, que o uso desses pressupostos para a análise do texto homérico não implica uma crença de que eles reflitam um contexto histórico inequívoco. Trabalha-se com a noção de que os textos são testemunhos de uma tradição, podendo absorver elementos de contextos históricos diversos, que se relacionem com ela. Uma explicação mais aprofundada pode ser encontrada em “Homero: Oralidade, Tradição e História” (Oliveira, 2008). A utilização de conceitos, teorias e métodos modernos, tal como é realizada aqui, não envolve a construção de modelos de funcionamento de uma sociedade homérica histórica. Pelo contrário, tais ferramentas fornecem chaves de leitura, que permitem ler o passado por meio de um olhar do presente.

A Identidade Heroica nos Discursos dos Personagens

Os heróis devem agir, ou atuar, de uma forma específica porque toda uma plateia, formada pela multidão anônima de combatentes, o está observando e espera que ele aja em conformidade com sua identidade. O papel que os heróis exercem os obriga a tais ações, a partir dos modelos de conduta esperados de tal categoria de homens. A relação entre tais atores e a plateia, formada pela multidão, exige tal comportamento, tratando-se de uma exigência moral. Por atuarem nesse papel, garantem o direito de serem tratados de forma adequada, segundo a posição social e a identidade que desejam manter.

Um episódio narrado no decorrer do canto XIII da *Ilíada* mostra o encontro de dois guerreiros, Idomeneu e seu companheiro Meríones, do lado de fora da batalha, em meio aos navios. No intuito de se afirmarem como guerreiros valorosos e justificarem que não estavam fugindo do combate, deixam evidentes elementos importantes da identidade heroica que se esforçam por manter. Apresentam-se também como atores compenetrados em seu papel, de modo a tornar real para uma plateia a imagem que têm de si mesmos. São, ao mesmo tempo, atores e plateia de suas próprias ações e de outros heróis.

Meríones havia retornado ao acampamento em busca de uma nova lança, pois perdera a sua em uma tentativa de matar Deífobo (XIII, 159-168)². Já Idomeneu retornara para entregar aos médicos um guerreiro ferido. Logo que se encontram, o rei de Creta questiona o motivo de Meríones estar fora do combate, afirmando que ele, Idomeneu, está ansioso para voltar para a guerra (XIII, 249-253). Ao explicar que viera em busca de uma lança, Meríones recebe como resposta uma afirmação da valentia do rei: “Lanças, se é isso que queres, encontrarás – uma ou vinte! – / dispostas em pé na tenda junto à reluzente entrada: / lanças troianas, que arbatei aos mortos. Pois não penso / em lutar contra homens inimigos posicionando-me ao longe” (XIII, 260-263).

Tal afirmação apresenta dois elementos daquilo que será estabelecido, neste texto, como características de uma identidade heroica do guerreiro. Em primeiro lugar, a preocupação com a representação material da glória conquistada, na forma de espólios de guerra. Essa preocupação demonstra uma prática que tem como objetivo comprovar o pertencimento do guerreiro herói a um grupo identitário. Em seguida, Idomeneu se refere a outra prática. Os membros desse grupo particular não lutam com seus inimigos

² Neste artigo as citações da *Ilíada* serão apresentadas com os cantos indicados em algarismos romanos, seguidos da indicação dos versos.

posicionando-se de longe, mas em combate direto. Tal afirmação condiz com uma valorização geral na *Iliada* do combate corpo a corpo e uma desvalorização daquele realizado à distância, com arco e flecha, associado a figuras de covardes como Páris.

Meríones é rápido em responder a seu rei, afirmando, semelhantemente, que também possui suas presas de guerra, justamente em função de uma postura combativa: “Também eu tenho na tenda e na escura nau muitos despojos / troianos. (...) / Pois afirmo que nem eu me esqueço da bravura, / mas entre os dianteiros me posiciono na luta / exaltadora de homens (...)” (XIII, 267-271). Ambos os heróis utilizam, nesse caso, o mesmo recurso de afirmação de sua identidade heroica. Recorrem à comprovação material da glória conquistada como indicação de uma postura condizente com tal identidade.

Idomeneu, na continuação do diálogo, vai além. Estabelece uma diferença entre a morte enfrentada por um homem que compartilha da identidade que os dois estão tentando manter, ser atingido pela frente lutando entre os dianteiros, e a morte de um covarde, atingido por trás ou no pescoço enquanto fugia (XIII, 288-291). O diálogo entre os dois heróis estabelece, portanto, o tipo de ação que mantém a identidade desejada e a comprovação necessária para tal manutenção, bem como opõe o tipo de ação contrária, típica de outra categoria de homens.

À medida que os atores usam identidades para categorizar a si mesmos, com objetivos de interação, é preciso notar que as características levantadas não são a soma das diferenças objetivas entre os grupos, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes. Somente os fatores socialmente relevantes são próprios para diagnosticar o pertencimento a um grupo específico, independentemente de outro conjunto de diferenças (Barth, 1998, p. 194-195).

A identificação de outra pessoa como pertencente ao grupo depende de um compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento, em que esteja claro que se está jogando um mesmo jogo. Quando o que ocorre é a dicotomização, evidenciam-se as limitações na compreensão comum, diferenças de critério de julgamento, de valor e de ação. Uma identidade implica uma série de restrições sobre os papéis que podem ser assumidos, além de parceiros e transações a escolher. Isto porque a identificação envolve a aceitação no interior do grupo que a toma para si. Por isso, um indivíduo deve se submeter às regras e restrições desse grupo. Restrições são exercidas de tal modo que os indivíduos relutam em adotar novos comportamentos, com receio de serem inadequados para uma pessoa com uma identidade particular (Barth, 1998, p. 196-199).

O principal é apontar os limites entre “eles” e “nós”, estabelecer e manter fronteiras simbólicas, que assinalam disputas entre o que um grupo pretende marcar e o que os outros querem designar. Essa disputa depende da força de cada grupo nessa negociação (Cuche, 2002, p. 200).

Dentro dessa lógica, o temperamento guerreiro de homens como Idomeneu, Meríones, ou Heitor, o impelem a pelejar onde a luta é mais grossa, buscando o contraponto direto em relação a uma multidão de combatentes, ou um embate contra um oponente sabidamente mais poderoso. É também o caso de Sarpédon, que repreende seus companheiros lícios por fugirem. Ele estabelece as características de seu próprio comportamento, ao propor combater sozinho Pátroclo (XVI, 419-425). O mesmo pode ser dito de Heitor, descrito como o único baluarte da defesa de Troia, sozinho defendendo sua cidade (XXII, 506-507; XXIV, 499-500), ou como um homem valoroso que não foge nem busca abrigo (XXIV, 214-216). No canto XX, verso 371, o príncipe troiano afirmava que sairia para enfrentar Aquiles e, de fato, no canto XXII, permanece a fim de combatê-lo. Antes disso, anunciava que não fugiria diante do Pelida (XVIII, 305-309).

Tal padrão de comportamento demonstra uma aceitação das regras e restrições de maneiras de agir impostas por um processo de identificação. Esse processo de identificação também pode ser reconhecido na maneira como Goffman lê a sociedade. O referido padrão de comportamento seria, portanto, além de um processo de identificação, uma relação entre ator e plateia, na qual um papel específico é esperado dos protagonistas.

Poder-se-ia argumentar que as especificidades do combate entre o príncipe troiano e Aquiles são de outra natureza. Por mais que seja identificado como o mais poderoso e destacado de seu exército, e por mais que tenha afirmado que enfrentaria e não fugiria do Pelida, Heitor decide lutar contra Aquiles, em parte, por receio do que os outros, a plateia, diriam acerca de sua fuga. Ele temia que alguém pior do que ele o culpasse, pois teria sido o próprio Heitor quem decidiu que o exército deveria permanecer e não retornar às muralhas no dia anterior (XXII, 99-130). Logo após considerar a situação, no entanto, Heitor se depara com a figura terrível de Aquiles e, dominado pelo medo, põe-se a fugir (XXII, 131-138). Ele só cessa a fuga quando acredita ter a ajuda de seu irmão, após ter dado três voltas ao redor dos muros de Troia.

Entretanto, justiça seja feita ao herói troiano. Percebido o engodo de Atena, que se passava por Deifobo, Heitor se resigna e declara a Aquiles que não mais fugirá. Seu

espírito o incita a não ceder, quer ele mate, quer seja morto (XXII, 250-253). Neste momento o herói opõe dois tipos de morte, uma oposição comum na *Ilíada*, também feita por Idomeneu na passagem já citada: a lança recebida nas costas, do covarde, e a recebida pela frente, digna do herói, a qual certamente prefere (XXII, 283-285). Por fim, a despeito de sua fraqueza inicial, Heitor volta a agir em conformidade com um homem de sua posição, portador de uma identidade heroica e ator de um papel específico. Enfrenta a morte em combate destacado, contra um oponente sabidamente mais poderoso, sem se esconder e sem pensar em fuga, diferenciado de um homem em meio à multidão, escondido em Troia.

A Plateia na Ilíada

Na *Ilíada*, a relação ator/plateia é exagerada a tal ponto em algumas passagens que a coletividade cessa todo e qualquer tipo de ação direta para poder observar o que transcorre, em dado momento, entre dois dos mais destacados homens. Nessas ocasiões a relação entre ator e plateia deixa de ser somente uma metáfora útil para se entender analiticamente a representação do indivíduo na vida cotidiana. Torna-se mais do que isso, pois a metáfora se materializa. Para o centro vão os heróis se destacar. À volta, a multidão permanece inativa, mas exercendo uma função essencial para a sociedade homérica. Ela observa os feitos dos heróis, certificando-se de que são dignos das posições, ou melhor dizendo, dos papéis ocupados.

Vale apontar, em primeiro lugar, as plateias de fato. Aparecem, sobretudo, na ocasião dos jogos funerários em honra a Pátroclo. O fato de os competidores duelarem no meio da assembleia é ressaltado algumas vezes (XXIII, 685-686, 710, 813-814). A plateia é também descrita da seguinte maneira: “As hostes olhavam para o que se passava, cheias de espanto.” (XXIII, 728). A posição dos destacados fica evidente no convite de Aquiles, que chama aqueles que desejam para “à prova se porem à frente da multidão” (XXIII, 802-804). Dessa forma, a relação entre os competidores destacados e a multidão necessariamente observadora é estabelecida. De maneira semelhante, em uma cena no escudo é descrita uma plateia: “Uma multidão numerosa observava a dança apaixonante / deslumbrada; e os dois acrobatas no meio deles rodopiavam [...]” (XVIII, 603-605).

No interior da guerra, o espaço entre os dois exércitos, o meio, ou à frente deles, também é o lugar onde os grandes heróis se encontram. A fórmula que segue resalta esse aspecto: “encontraram-se no meio das duas hostes, desejosos de combater.” (VI,

120; XX, 159). Com os heróis no centro e o exército em volta, a relação ator e plateia também pode ser observada.

Outro trecho interessante é o da batalha entre Heitor e Aquiles, com a subsequente morte do príncipe troiano. Primeiramente, Aquiles persegue seu inimigo sem deixar que seus aliados interfiram, para não roubarem sua glória (XXII, 205-207). Eles podiam somente observar. Quando Heitor finalmente é morto, uma multidão é descrita nos muros de Troia, funcionando como uma plateia para a cena (XXII, 462-464).

Diferentes dos episódios já citados são os duelos entre campeões dos dois exércitos. Nesses casos, a relação entre plateia e ator se aproxima mais daquela descrita nos jogos ou na dança no escudo. Quando Páris sugere um duelo entre ele e Menelau, o faz nos seguintes termos: “manda sentar os demais Troianos e todos os Aqueus; / coloca-me no meio, assim como Menelau dilecto de Ares, / para combatermos por Helena e por tudo o que lhe pertence.” (III, 68-70).

A guerra deve parar para os dois combatentes se destacarem à vista de todos. A mesma ideia se repete no duelo entre Heitor e Ajax. Em ambos os casos os guerreiros são mostrados sentados ou parados, sem combater (III, 132-135, 326-327; VII, 49, 55-57), e os dois duelantes em destaque (III, 136-138, 340-345; IV, 156, VII, 74-75). Nesse caso, mais do que a simples menção dos guerreiros batalhando no espaço entre os dois exércitos, a relação estabelecida se torna mais relevante. A sugestão de análise social de Goffman pode ser aplicada com maior utilidade, pois os papéis de ator e plateia ficam bem estabelecidos, cada qual exercendo sua função na sociedade homérica.

A glória dos heróis necessita desse mecanismo que coloca a atuação dos grandes homens de frente a uma plateia inativa. Essa plateia, uma multidão anônima, serve justamente para, em primeiro lugar, colocar o herói em evidência e, por fim, para policiar os feitos desses homens, elementos que garantem as honras especiais que recebem e os diferenciam dos demais. Somente com esse ato de observação da atuação do herói pela plateia, formada pela multidão, pode-se garantir que as glórias publicamente conquistadas sejam revertidas nas honras devidas.

Consequências Materiais de uma Disputa Identitária

Tanto o conceito de identidade, quanto a ideia de se entender as interações sociais por meio da metáfora teatral, com atores e plateia, se estruturam a partir de um movimento relacional. A identidade é uma construção, e não um dado. No entanto,

também não se configura como uma ilusão que depende exclusivamente da subjetividade. A construção da identidade acontece no interior de contextos sociais que determinam a posição de seus agentes, orientando representações e escolhas. Tais fenômenos são dotados de eficácia social e produzem efeitos sociais reais, estando longe de serem ilusões (Cuche, 2002, p. 182). A construção da identidade, em outras palavras, é simbólica e social, e as lutas para afirmar as diferentes identidades têm causas e consequências materiais (Woodward, 2000, p. 10). Ambos os processos, o simbólico e o social, são necessários. A marcação simbólica é o meio no qual o sentido é dado a práticas e a relações sociais, no qual fica definido quem é excluído ou incluído. Na diferenciação social, essas classificações são “vivas” nas relações sociais. Um grupo socialmente marginalizado, por exemplo, sofre efeitos reais, seguidos de desvantagens materiais (Woodward, 2000, p. 14).

O diálogo entre Idomeneu e Meríones, que introduziu os problemas até aqui tratados, já aponta para uma prática que tem como intuito o estabelecimento e a manutenção da identidade heroica, bem como das fronteiras que a cercam. Trata-se da preocupação com os espólios, colocada naquele diálogo tanto por Idomeneu quanto por Meríones. É o primeiro ponto a ser analisado no que se refere às consequências materiais dessa disputa identitária.

No diálogo em questão, os espólios referidos correspondem às armas e armaduras de vários combatentes mortos. A preocupação de Idomeneu e Meríones não é incomum na *Ilíada*, sendo a prática de levar as armas dos guerreiros derrotados como troféu uma comprovação da glória conquistada, amplamente difundida. Os exemplos são inúmeros. Por isso, para enfatizar a questão, vale citar uma passagem muito reveladora. A preocupação com essa comprovação era tal que Nestor viu a necessidade de exortar o exército com as seguintes considerações: “Que ninguém fique para trás, ávido de despojos, / para que maiores quantidades possa levar as naus, / mas chacinemos homens! Depois, já tranquilos, podereis / despir das armas os cadáveres que jazem na planície” (VI, 68-71).

As diretrizes traçadas por Nestor referem-se ao esforço de materializar as glórias conquistadas, presente já no diálogo de Idomeneu e Meríones. Nestor parece temer que a essa prática seja dada mais atenção que ao combate em si, tal a importância dada a ela.

No entanto, o despojo das armas dos cadáveres é só uma das formas dessa materialização. O problema central é justamente a comprovação e a preocupação com a comprovação das glórias que mantêm a identidade heroica dos melhores homens. Para

tal, os heróis, os atores da guerra, agem de acordo com práticas afirmativas, e atribuem aos despojos a comprovação dessas práticas. Essa comprovação, a materialização das glórias conquistadas, aparece de formas diversas, no interior dos discursos dos personagens. Na *Ilíada*, todavia, isto aparece abundantemente. Mais importantes do que o que os homens são, como eles parecem era o índice que media o valor guerreiro. Por isso a ênfase na aquisição de riquezas pela lança, pois tais bens materiais funcionam como prova tangível de excelência, bem como como um meio de ampliação da reputação (DONLAN, 1999, p. 4-5). A análise de outras maneiras de o grande guerreiro ser honrado por outros, em função de práticas que garantem o pertencimento ao grupo identitário dos heróis, passa a ser agora o objeto da discussão.

Após muitos feitos gloriosos, Belerofonte foi de tal forma honrado pelos lícios como herói:

Mas quando o rei reconheceu que ele era filho de um deus, / reteve-o lá e deu-lhe sua filha em casamento; / deu-lhe ainda metade de toda a honra de seu reino. / E os Lícios demarcaram-lhe um domínio senhorial superior / a todos: terra de pomares e lavoura, para que nela habitasse. (VI, 191-195).

O herói recebe em casamento uma filha da realeza, além de poder e terras. Tudo isso em função de uma capacidade de conquistar e manter a identidade heroica por meio de seus feitos. Manteve seu papel dentro das expectativas da plateia.

Tais honras não são incomuns. Certo Otrioneu pede a Príamo a mais bela de suas filhas, Cassandra, para afastar de Troia os aqueus, o que seria concedido, não tivesse ele sido morto (XIII, 363-373). Em outra cena, Aquiles pergunta a Eneias se o motivo de o troiano se arriscar é por causa de uma promessa de terras por parte de Príamo, caso Eneias matasse o Pelida (XX, 178-186)³. Terras também são prometidas a Meleágro, na tentativa de fazer cessar sua ira e trazê-lo para a luta (IX, 575-580).

Aqueles que se destacam, portanto, tomam, recebem, ou ao menos esperam receber, uma contrapartida material pelo destaque. O ator que estabelece seu papel corretamente diante da plateia garante para si esse direito. A afirmação identitária acaba tendo efeitos sociais palpáveis no interior da narrativa. Toda a querela central da *Ilíada* acaba por girar em torno desse tema. Aquiles foi privado por Agamêmnon de sua presa de guerra, Briseida, conquistada por sua lança.

³ Para uma discussão acerca da concessão de terras, em especial o *Ilíada* homérico, ver Donlan (1999, pp. 303-320). Este autor também defende o reconhecimento material da posição e das responsabilidades do chefe (pp. 345-357).

Em determinado momento, o Pelida reclama que os prêmios distribuídos não são em função da maior ou menor participação nos combates, em uma cena que mostra com clareza a importância dada a esse elemento (I, 161-169). Em outro momento, Aquiles expõe que as honras devidas a quem se destaca não estão sendo respeitadas, novamente afirmando que, mesmo realizando maiores feitos, não é ele quem recebe os maiores prêmios, e sim Agamêmnon (IX, 317-345). A crítica de Aquiles associa os feitos aos prêmios recebidos. Essa associação é quebrada pela interferência do poder de Agamêmnon sobre o exército, pois ele detém o título de comandante supremo, por comandar mais homens.

Contudo, o resultado da querela entre os dois acaba indicando que a posição de Aquiles prevalece. Entre o poder de comandar muitos guerreiros e a necessidade dos feitos especiais de um único guerreiro para o desenrolar da guerra, o direito de maiores prêmios acaba tendendo para o segundo. Por de trás dessa constatação, também está implícita a noção de que o indivíduo poderoso conta mais do que a coletividade bélica. Nesse, sentido, o herói é mais importante para o desfecho da guerra do que a multidão.

A retratação pública de Agamêmnon oferecida ao Pelida, recheada de tesouros, mulheres, cidades, terras, incluindo até mesmo uma proposta de casamento com uma das filhas do Atrida (IX, 119-157), indica justamente a força da posição defendida por Aquiles, de que os prêmios são devidos em função dos feitos realizados. Agamêmnon chega a dizer ter desvairado e cedido a funestos pensamentos (IX, 119), reconhecendo seu erro.

Dentre as formas de destaque que marcam a identidade heroica a partir do ponto de vista da materialização das glórias alcançadas, a participação nos banquetes não pode ser negligenciada. Contudo, não só a participação em si merece atenção. Também são importantes seus contornos observáveis, ou seja, a maneira como tal participação se manifesta. Ájax, por exemplo, recebe os frutos por ter sido valoroso no duelo contra Heitor. No banquete, ele é honrado com a melhor parte da carne (VII, 321-322). Em outro exemplo, Menelau afirma que os regentes e comandantes dos aqueus, a quem recai o comando sobre as hostes e as glórias de Zeus, bebem o vinho do povo, indicando a participação honrada nesses eventos. Em função de tais elementos, devem sentir vergonha caso percam a disputa pelo cadáver de Pátroclo (XVII, 248-255).

Outros, quando deparados com a própria fuga, são lembrados que tal comportamento não condiz com a presença nos banquetes, onde têm garantido lugar de honra, carnes e taças cheias. Heitor faz questão de ressaltar isso a Diomedes (VIII, 161-

165), bem como Agamêmnon (VIII, 228-235) ou Heitor (XVII, 220-232), que declaram algo semelhante a todo um exército.

Seriam a censura de Agamêmnon e a exortação de Heitor momentos em que as identidades se sobrepõem? A maneira como a identidade heroica é construída, algo que depende de um papel específico para ser mantida, não possibilita justificar a exortação de todo o exército com esses termos? Todos se banqueteiavam no exército aqueu, mas os lugares de honra é que são realmente disputados. Pela ação destacada, estariam esses lugares à mão de qualquer um que fosse bem-sucedido? As consequências materiais da disputa identitária estariam ao alcance de todos os que pudessem reclamar para si tal identidade. Estariam ao alcance de todos os atores que conseguissem manter tais papéis diante de uma plateia observadora.

É o que pode ser sugerido pela proposta de Nestor ao corajoso homem que se sobressair em missão de espionagem:

Grande seria sob o céu o seu renome / entre todos os homens, e sua seria uma dádiva honrosa. / Pois todos quantos detêm o poder sobre as naus, / destes cada um lhe daria uma ovelha negra a amamentar / o seu cordeiro: prenda não há que com esta se assemelhe. / E para sempre ele estará presente nos banquetes e festins. (X, 212-217).

É verdade que o discurso é proferido em um conselho fechado, entre os guerreiros já consagrados, mas seu conteúdo demonstra a maneira com que se delimitam as fronteiras da identidade heroica. A entrada, e a própria permanência, no interior dessas fronteiras, dependem de determinadas práticas.

No caso da exortação de Heitor aos aliados, ele termina por afirmar que, ao homem que conseguir arrastar o cadáver de Pátroclo para os troianos, serão devidas glórias iguais às dele (XVII, 229-232). A exortação é para a coletividade e tem como propósito ressaltar que qualquer homem pode se igualar em glórias ao mais consagrado dos defensores troianos, mantendo, ou tendo acesso, à possibilidade de conclamar para si a identidade heroica.

Por fim, mais algumas passagens devem ser analisadas. A primeira parte do famoso discurso de Sarpédon a Glauco retoma várias das questões abordadas anteriormente:

Glauco, por que razão nós dois somos os mais honrados / com lugar de honra, carnes e taças repletas até em cima / na Lícia, e todos nos miram como se fôssemos deuses? / Somos proprietários de

um grande terreno nas margens do Xanto, / belo terreno de pomares e searas dadoras de trigo. / Por isso é nossa obrigação colocarmo-nos entre os dianteiros / dos Lícios para enfrentarmos a batalha flamejante, / para que assim diga algum dos Lícios de robustas couraças: / ‘ignominiosos não são os nossos reis que governam / a Lícia, eles que comem as gordas ovelhas e bebem / vinho selecto, doce como mel; pois sua força é também / excelente, visto que combatem entre os dianteiros dos Lícios. (XII, 310-321).

Sarpédon afirma ser obrigação dos que são honrados realizar os feitos pelos quais são honrados. Se já recebem as honras que lista, devem merecê-las⁴. Donlan sugere uma leitura segundo a qual o posto dos grandes homens e as honras subsequentes eram dados pela comunidade e, por isso, existe uma reciprocidade que exige do líder o cumprimento do seu dever (Donlan, 1999, p. 20). Ideia semelhante é expressada por Agamêmnon, quando repreende Odisseu e Menesteu. Ele diz que esses heróis deveriam estar entre os primeiros a agir na batalha, pois estão entre os poucos privilegiados com as inúmeras honras dos banquetes dos anciãos (IV, 340-348).

A marca do pertencimento à identidade heroica, do ponto de vista material, só faz sentido se os feitos realizados estiverem à altura das honras recebidas. A relação, portanto, é de mão dupla: realizam-se grandes feitos para ter acesso às honras que materializam a glória conquistada, e se mantêm essas honras pelos feitos realizados.

A identidade heroica, entretanto, não é um fluxo que depende somente da auto-identificação. Existe, de fato, espaço para entrada e saída do grupo identitário. Alguns exemplos citados, em particular o de Belerofonte, apontam para essa possibilidade. No entanto, em geral seus membros são encontrados entre os líderes do povo. Eles devem agir de acordo com as práticas afirmativas que os garantem nas posições que foram a eles, a princípio, atribuídas. Sarpédon ressalta isso a Glauco, salientando que devem agir de maneira a se destacarem para garantirem que os lícios os identifiquem como heróis verdadeiros. O reconhecimento dos outros também tem força no jogo das classificações identitárias. O olhar escrutinador de uma plateia social exige que um ator, pertencente a determinada posição, aja de acordo com o que é esperado de seu papel. Apenas assim pode gozar das consequências materiais de sua posição, ao demonstrar publicamente, diante de uma plateia, que de fato é aquilo que pretende ser. Os outros guerreiros, os que não são os melhores, não eram, portanto, uma massa insignificante. São uma plateia, sempre atenta, capaz de julgar os atores em cena, ou seja, capaz de julgar seus líderes.

⁴ Para uma análise completa do discurso ver Assunção (2008).

Bibliografia

Edição e Tradução da *Ilíada*

LOURENÇO, F. (trad.). *Ilíada*. Lisboa, Cotovia, 2005.

WEST, M. L. (edição crítica). *Ilias* Vol. I. Stuttgart & Leipzig, Bibliotheca Teubneriana, 1998.

_____. *Ilias* Vol. II. Munchen & Leipzig, Bibliotheca Teubneriana, 2000.

Obras Gerais

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. “Boa Comida como Razão para Arriscar a Vida: O Discurso de Sarpédon a Glauco (*Ilíada* XII 310-328)”. *Nuntius Antiquus*, n. 1, 2008.

BARTH, F. “Grupos Étnicos e suas Fronteiras”. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FERNART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Edunesp, 1998.

CUCHE, Dennys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru, Edusc, 2002.

DONLAN, Walter. *The Aristocratic Ideal and Selected Papers*. Wauconda, Bolchazy-Carducci, 1999.

GOFFMAN, Irving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVIERA, Gustavo J. D. “Homero: Oralidade, Tradição e História”. *Nau Literária*, vol. 4, n. 1, Porto Alegre, 2008.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 7-72.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A *GEOGRAFIA*, DE ESTRABÃO

*Bruno dos Santos Silva*¹

RESUMO: Este artigo visa a oferecer um sumário de tudo quanto se produziu a respeito de um dos mais completos documentos escritos que a Antiguidade nos legou, a *Geografia*, de Estrabão. O objetivo é apresentar determinadas informações importantes sobre esta fonte, tais como história dos manuscritos, edições existentes e traduções disponíveis. Além disso, apresentarei alguns dos estudos que pesquisadores de várias nacionalidades têm realizado, especialmente no Brasil. Para finalizar, apontarei de forma sucinta a proposta de trabalho que deverá resultar em minha Dissertação de Mestrado, a qual envolve Estrabão e sua relação com a península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Estrabão, Geografia, Península Ibérica, Roma, Historiografia.

ABSTRACT: This article aims to provide a summary of all that is written about one of the most complete written documents that had come to us, Strabo's Geography. The goal is tried to present certain important information about this source, such as the manuscript's history and editions and translations available. Furthermore I will present some of the studies that researchers from various nationalities have done, including Brazil. Finishing, I will indicate briefly my proposal of work that should result in my dissertation, which involves Strabo and his relationship with the Iberian Peninsula.

KEY-WORDS: Strabo, Geography, Iberian Peninsula, Rome, Historiography.

Introdução

Os estudos sobre a Antiguidade² têm ganhado fôlego no meio acadêmico brasileiro nos últimos anos. Mesmo com inúmeros problemas – tais como estruturas universitárias de baixa qualidade, pouco acesso à bibliografia internacional e falta de incentivo à pesquisa nas ciências sociais – a quantidade de pesquisas na área de história antiga tem crescido exponencialmente (Gonçalves, 2000, pp. 1-7). O aumento da produção historiográfica desta área apresenta alguns elementos interessantes, especialmente no que se refere à diversidade de fontes hoje utilizadas.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo; membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

² Neste artigo, Antiguidade possui uma delimitação espacial e temporal: Europa, Ásia e África antes do século VII d.C. Não aprofundarei discussões sobre Antiguidade nas Américas, nem acerca de marcos temporais.

Fontes escritas ainda são os principais documentos estudados. As tão importantes fontes materiais, provenientes da também crescente pesquisa sobre arqueologia clássica no Brasil, aparecem como objetos de estudo ainda pouco aproveitados pelos estudos históricos. Temos observado, entretanto, trabalhos riquíssimos em que fontes escritas e arqueológicas são trabalhadas de forma bastante articulada. Exemplo disso é a Dissertação de Mestrado de Fábio Augusto Morales (FFLCH-USP), intitulada *A Democracia Ateniense pelo Averso: A Pólis e a Política nos Discursos de Lísias*, em que o autor trabalha, dentre outros assuntos, questões referentes às polis, tanto nos discursos do meteco Lísias, quanto em pesquisas arqueológicas.

A quantidade de grupos de pesquisa e laboratórios de estudos sobre a Antiguidade que pululam hoje nas universidades brasileiras também é uma prova desse crescimento. No caso do Laboratório de Estudos do Império Romano (Leir), há estudos sobre fontes e temas diversos, tais como Tácito, Nero, baixo império etc. No Leir-USP, a variedade é ainda maior – este é o motivo pelo qual o braço “uspiano” do Leir tem um acréscimo no nome, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo (Leir-MA). Os *metecos*, Homero, as *bagaudae*, as termas pompeianas, Alexandria, Estrabão, dentre outros, compõem a gama de temas analisados.

Muitos destes objetos e fontes são total ou parcialmente desconhecidos do meio acadêmico nacional. Um caso específico interessa a este artigo e à minha pesquisa de mestrado: Estrabão e seus escritos.

Mesmo sendo uma das fontes mais bem conservadas da Antiguidade, quase não há trabalhos sobre este autor no Brasil, salvo honrosas e solitárias pesquisas, tais como a dissertação de Fabiana de Mello Zuliani, cujo título é *Passado e Presente em Estrabão. As Estruturas Espaço-temporais da Geografia e suas Relações com o Império Romano*, e textos esporádicos (como o de Mendes, 2003, pp. 305-314). Esses trabalhos são de extrema valia, mas não se caracterizam pelo estudo sistemático da obra, de seu autor e das questões que a partir dela se pode levantar.

Este artigo procurará sumarizar o que, em pesquisa de iniciação científica³, foi apreendido da produção nacional e internacional sobre este geógrafo grego. Para tanto, apresentarei sucintamente o que se sabe a respeito dos manuscritos da *Geografia*: as

³ Cujo título é *Mudanças Culturais na Península Ibérica: A Visão de Estrabão*, sob a orientação do prof. dr. Norberto Luiz Guarinello.

diversas traduções e os problemas delas decorrentes; as discussões historiográficas existentes sobre a relação entre a *Geografia* de Estrabão e o Império Romano; e, finalmente, a visão do geógrafo sobre a península Ibérica. É necessário, todavia, fazer uma breve exposição a respeito do autor, conforme segue.

Quem foi Estrabão?

Todas as informações que se tem sobre Estrabão foram retiradas da própria *Geografia*. Não há menções diretas sobre sua vida, como, por exemplo, o local e a data de seu nascimento. Essas brechas são, nos estudos “estrabonianos”, campos férteis para as principais contendas entre os pesquisadores. Há, no entanto, citações autobiográficas que permitem algumas conjecturas sobre os ancestrais do geógrafo. A construção de um cenário anterior a seu nascimento ajudará a entender e a formular uma biografia a seu respeito.

Estrabão se refere à cidade de Amaseia (hoje Amasya, na Turquia) como “nossa cidade” e, a partir disso, deduz-se que esta seja sua cidade natal⁴. Amaseia fora capital do antigo reino do Ponto, região do norte da península da Anatólia, ao sul do mar Negro. A história de sua família está constantemente atrelada às histórias dos governantes desta região, tanto nos momentos de glória, quanto nos de traição e mudanças.

O ancestral mais antigo ao qual Estrabão se refere fora um dos principais generais do rei Mitríades V (150-121 a.C.), Dorilau, o Tático. Este homem, bisavô materno da mãe de Estrabão, comandara as campanhas de anexação de Cnossos pelo reino do Ponto e obtivera grande prestígio nos círculos dirigentes. Seu filho e seu sobrinho, Lagetas e Dorilau (nome dado em homenagem a ele), também se tornaram figuras muito próximas ao sucessor e filho de Mitríades V, Mitríades VI. O sobrinho de Dorilau, entretanto, auxiliara Pompeu a invadir o Ponto em 66 a.C., entregando uma série de fortalezas aos romanos, em troca de privilégios quando de sua ocupação.

Ainda por parte de mãe, mas agora do lado paterno desta, havia um homem chamado Moafernes, também muito bem conceituado perante Mitríades VI e as autoridades do reino. Este ficaria até o fim ao lado do rei no momento de chegada dos exércitos de Pompeu.

⁴ Estas e outras conjecturas biográficas foram retiradas da tese de doutorado de Sarah Potheary, *Strabo and the Inhabited World*, defendida na universidade de Toronto, Canadá, 1995.

O que gostaria de ressaltar a partir dessas passagens, é que o geógrafo pertencera a uma família ilustre, da aristocracia regional do Ponto e de extrema influência nas instâncias de poder. Tal pertencimento proporcionou-lhe condições para viajar para várias regiões, principalmente para o Mediterrâneo Oriental – o local mais ocidental que visitou fora a Sardenha. Também esteve em Roma por quatro vezes.

Como frisado anteriormente, essas informações foram obtidas a partir da própria *Geografia*, e são quase lugares-comuns para os estudiosos de Estrabão. Porém, é quando se trata de definir marcos cronológicos e espaciais – tais como datas e locais de nascimento e produção/finalização de seus trabalhos – que começam os problemas.

Estrabão e a Historiografia

Se não há um debate historiográfico declarado, ao menos várias divergências permeiam os escritos sobre este autor. Há um consenso geral sobre sua predisposição ao estoicismo – ele próprio se declara estóico (livro 7, capítulo 3, parte 4) – entretanto, quando se trata de suas opiniões e visões de mundo, as interpretações de sua obra tomam rumos distintos.

Começando pelo nascimento de Estrabão. Autores revisionistas, como a canadense Sarah Pothecary (2002, pp. 387-438) e a americana Katherine Clarke (1997), propõem um recuo de 63 a.C. para cerca de 50 a. C – fato que tornaria possível estender a morte de Estrabão para o final da década de 20 d.C. Autores consagrados, como Claude Nicolet (1988), François Lassere (1983, pp. 867-896) e Benedict Niese (1883, pp. 567-602) fixam como datas prováveis os anos de 64-63 a.C. Essas últimas foram inferidas a partir da interpretação de expressões utilizadas pelo próprio autor ao longo dos livros: “no meu tempo” (καθ’ ἡμέρας) ou “pouco antes do meu tempo de vida” (ὀκροντιπο ἡμέων). É exatamente na releitura e na análise de toda a *Geografia* que aquelas primeiras autoras sustentam suas teses de recuo. Ao reinterpretarem essas expressões, isto é, ao afirmarem que elas não se referem ao período de vida dele próprio, e sim de todos aqueles que agora vivem sob a égide de Roma – e das transformações que seu exército vem provocando (Pothecary, 1997, pp. 235-246) – Sarah Pothery e Katherine Clarke puderam recuar a data de nascimento de Estrabão para a década de 50 a. C, colocando-o como espectador privilegiado da passagem da República para o Império. Com essa proposta, nosso geógrafo é alçado ao posto de excepcional observador do governo dos dois primeiros imperadores, podendo-se assim defender a extensão da data da morte e da revisão da *Geografia*.

Essas discussões são de extrema valia, pois as problemáticas daí decorrentes terão suas explicações pautadas no contexto de produção da *Geografia*. Apresentam, todavia, muito mais profundidade e complexidade do que da forma aqui apresentada, sintética em função do pouco espaço. Outro exemplo de contenda é a questão do(s) destinatário(s) da obra.

Claude Nicolet, em seu *L'Inventaire du Monde*, apresenta um Estrabão propagandista e apologético de Augusto; para ele, a *Geografia* seria antes um panfleto a favor de Augusto do que um tratado político. François Lassere, por sua vez, observa em Estrabão um escritor ambíguo do ponto de vista político, pois percebe certa hesitação no sentimento pró-romano de Estrabão. Para ele, o geógrafo de Amaseia vê com bons olhos a expansão territorial do Império, mas também sente certo desconforto diante da suspensão de algumas liberdades no mundo helênico (*apud* Zuliani, 1999, pp. 20-30). Já para as pesquisadoras da América do Norte, poder recuar o nascimento e a morte de Estrabão significa, como já dito, colocá-lo como testemunha da passagem, em Roma, da República para Império, sem contar a primeira troca de imperadores.

Finalmente, gostaria de destacar a análise realizada por Fabiana Zuliani. Sem se preocupar com datas de nascimento ou publicação, a autora demonstra que uma análise estrutural da obra pode apresentar quadros interessantes. Ao tentar entender como o autor pensa o “espaço” e o “tempo” ao longo da *Geografia*, Zuliani percebe que há duas noções de espaço e de tempo que se complementam. Para ela, o geógrafo de Amaseia vê dois grandes espaços no Império romano: um que corresponde às regiões da península Itálica e da Grécia; e outro que abarca todas as regiões conquistadas pelos romanos. Ao descrever cada uma delas, Estrabão estaria lançando mão de uma noção de tempo diferente. Ou seja, ao tratar do primeiro espaço proposto (Itália e Grécia), o autor preocupar-se-ia com o passado, pois destaca os grandes feitos e realizações, assim como não descreve as mudanças contemporâneas. Entretanto, ao dirigir seu olhar para as demais regiões, Estrabão teria a clara intenção de apresentar as mudanças e transformações benéficas que os romanos, ao dominarem grande parte da *oikumene*, trouxeram para as populações dessas áreas (Zuliani, 1999)

A Geografia

Além da *Geografia*, sabe-se que Estrabão também escreveu uma obra chamada *Comentários Históricos*. Desta, infelizmente, possuímos pouquíssimos fragmentos –

que não possibilitam nenhuma análise mais aprofundada – e algumas menções na própria *Geografia* e em outros autores.

Ora, as mesmas causalidades históricas que não nos permitiram ler os comentários históricos de Estrabão, nos concederam – quase que de forma compensatória – a *Geografia* por inteiro. Ou quase por inteiro.

O conjunto de escritos mais famosos do geógrafo é composto de relatos, descrições e reflexões preciosas, contendo aspectos físicos, econômicos, humanos, crítica de fontes etc. A *Geografia* Estrabão possui dezessete livros, todos conservados por inteiro (do livro VII possuímos apenas fragmentos). Os livros I e II tratam de temas gerais, uma espécie de introdução, com discussões de conceitos geográficos e confronto de fontes. Os demais se referem, cada um, a uma ou mais regiões da *oikoumene*, começando na Ibéria e terminando no Egito, Etiópia e Líbia (livro XVII).

Há vários manuscritos da *Geografia* de diferentes épocas e origens espalhados pelo mundo. Os principais estão reunidos em dois epítomes: o *Vaticanus Graecus* 482, que possui manuscritos que podem ser datados do século XIV; e o *Palatinus Graecus* 392, em que o mais antigo documento é datado paleograficamente do século IX. É interessante notar ainda a existência de outros dois manuscritos de antiguidade considerável: “o Palimpsesto”, descoberto no século XIX, sob outras duas camadas de escritos posteriores datado do século V; o mais antigo manuscrito do qual se tem conhecimento é, na verdade, um papiro do século II d.C. (P. Oxy 3447), que contém partes do livro IX. Não há um único exemplar que abarque a obra inteira, sem interrupções ou quebra da sequência da narrativa. Todavia, todos esses fragmentos, analisados e estudados à exaustão, puderam ser unidos, completando uns aos outros, fornecendo respostas para as lacunas, formando assim um conjunto de documentos que nos dão um entendimento total da *Geografia*.

Os primeiros estudiosos a lançarem edições da *Geografia* após a descoberta do Palimpsesto foram Krames (1844-1852) e Meineke (1852-1953), sendo o primeiro o responsável pelo estabelecimento das edições mais utilizadas atualmente: em livros, capítulos e seções. Niese, Aly e Sbordne também publicaram edições importantíssimas na primeira metade do século XX. Autores modernos, por sua vez, tais como Budé, Aujac e Baladie, têm procurado reeditar a obra (Pothecary, 1995).

Há três grandes traduções da *Geografia*: a mais difundida, em inglês, de H. L. Jones, foi publicada pela Loeb Classical Library (1912-1932); uma raramente encontrada, de Hamilton e Falconer (1903-1906), a primeira tradução completa da obra

para o inglês; e finalmente, a tradução francesa da *Belles Lettres*, de François Lasserre (1966). Em português não conheço traduções disponíveis. Em espanhol há outras duas: a recente publicação pertencente à coleção da Biblioteca Clásica Gredos, de autoria de Maria José Meana Cubero e Félix Piñero (1992); assim como uma tradução exclusiva do Livro III, de García y Bellido, intitulada *España y los españoles hace dos mil años según la geografía de Strabon*, composta por tradução seguida de comentários.⁵ Esta última, no entanto, parece bastante imprecisa, pois, sempre que possível, o tradutor procurava utilizar palavras e expressões que enaltecem determinadas características das populações locais, algumas vezes dando a impressão de que seria Estrabão quem as exaltava.

Estrabão, Roma e a Ibéria

Após apresentar o que se pôde recolher de informações sobre os estudos acerca de Estrabão e sua *Geografía*, gostaria de tecer alguns comentários particulares.

Aceitando a hipótese de que a obra tenha sido escrita nos primeiros anos dos governos dos imperadores Augusto e Tibério, optei pela análise do período que corresponde à chegada dos romanos à península Ibérica – 218 a. C, com Cneu Cornélio Cipião liderando um exército em consequência da Segunda Guerra Púnica –, até os primeiros anos do Império, cerca de 1 a.C. e 1 d.C. Em outras palavras, meu recorte cronológico começa em meados da deflagração do processo de integração – entender seus motivos e suas consequências – desta região da *orbis* ao poderio romano, e termina com o início da fase de consolidação da expansão romana.

Delimitado o tempo, falemos um pouco do espaço. Escolhi como objeto a Ibéria, região hoje conhecida como Península Ibérica. Este local possui uma especificidade em relação às demais regiões que foram sendo incorporadas ao Império Romano ao longo dos anos. O próprio Estrabão chama atenção para este fato: “*os romanos submeteram os gauleses muito mais rapidamente que os Ibéricos, com os quais começaram a combater antes e terminaram depois, enquanto os primeiros foram derrotados em metade do tempo*” (apud: ZULIANI, 1999, p. 106). O que sempre me intrigou foi pensar neste longo tempo que, em comparação com outras localidades, Roma esperou para considerar a Ibéria como “pacificada”. Por quê? Como se deu este contato prolongado? Todos os povos obedeceram à fórmula que Estrabão acaba de nos

⁵ Para comentários sobre outras traduções, consultar o artigo “Editions of Strabo’s *Geography*”, no site <http://web.archive.org/web/20070313201041/http://members.aol.com/spothecary/editions.html>.

apresentar, isto é, houve somente resistência por parte dos locais? Não houve nenhuma outra forma de contato, como, por exemplo, a aliança dos generais romanos com líderes de comunidades locais?

Com essas e outras indagações em mente, procurei uma fonte que me parecia, e ainda parece, interessante para pensar tais questões. O livro III da *Geografia* de Estrabão é a parte da obra deste grego de Amaseia que pretende descrever a Ibéria.

A historiografia acerca da chegada dos romanos à Ibéria é, em sua maioria, de origem espanhola e portuguesa. É uma parcela considerável desses autores – destaco o espanhol José Maria Blázquez e o português Jorge de Alarcão – volta seus olhares exclusivamente para as populações locais pré-romanas, dados seus anseios em buscar origens e ressaltar identidades nacionais contemporâneas. Buscam, também, e muitas vezes de forma inconsistente, ressaltar as características de resistência de algumas populações da região. Por meio de estudos arqueológicos e linguísticos e da leitura de fontes escritas antigas, alguns especialistas propuseram quadros variados de populações convivendo antes, e mesmo depois, da chegada dos romanos.

José Maria Blázquez e Jorge de Alarcão são nomes importantes quando se trata de estudar a presença romana na península Ibérica. O primeiro, em *História de España Antigua*, tem como foco a Espanha, enquanto Alarcão estuda Portugal. Em inúmeros artigos⁶, Blázquez também analisa a Ibéria e tenta encaixá-la dentro da lógica econômica, social e política pensada por ele para o Império romano. Alarcão, por sua vez, e de certa forma, procura fazer o mesmo, privilegiando, todavia, Portugal⁷. Ambas as abordagens estão presas às propostas daquelas pesquisas, que usam indiscriminadamente o conceito de romanização, ou seja, não criticam elementos-chave para que se possa pensar além da simples assimilação do poder, da economia, da política e da cultura romana pelas populações locais; detêm-se em grandes quadros teóricos fechados, quase nunca abrindo espaços para elementos novos que possam mudar as estruturas preestabelecidas. Esses autores têm claramente grandes qualidades e contribuições para trabalho da natureza que proponho, entretanto, devem ser lidos com um olhar ainda mais crítico em função de suas especificidades.

Outro grande especialista em populações pré-romanas, José Mattoso trata do tema da chegada dos romanos à região atualmente circunscrita ao território português, privilegiando as visões daqueles que já habitavam essa localidade. No livro *História de*

⁶ Alguns exemplos são: Blázquez, 1961, pp. 3 e ss.; Blázquez, 1971; 1962, pp. 71-129 e 1996, pp. 55-80.

⁷ Alarcão, 1974; e capítulos I ao V do vol. I de Alarcão, 1987.

Portugal (Mattoso, 1992) utiliza algumas das descrições de Estrabão para desenvolver suas ideias.

Uma das pesquisadoras mais influentes em minha pesquisa tem sido a francesa Monique Clavel-Lévêque. Ela centra-se numa abordagem filológica da *Geografia* que serviu como modelo teórico para a análise que desenvolvi acerca do livro III. Mais preocupada com o livro IV, que trata da descrição da Gália, a autora propõe um estudo das expressões *πρότερον* (outrora) e *νῦν* (hoje) para compreender a visão de Estrabão sobre essa região. A autora percebe que há uma clara diferença quando da utilização dessas duas expressões, segundo a qual *πρότερον* aparece sempre ligado a termos referentes à barbárie, à desordem; ao mesmo tempo, *νῦν* está associado à chegada dos romanos, da civilidade e da ordem. Monique Clavel-Lévêque propõe que o geógrafo preocupa-se em demonstrar o quão bom o presente é para os povos dominados pelos romanos.

Em minha leitura, segui Clavel-Lévêque na pesquisa semiológica e filológica desses termos, associando-os a uma análise estrutural da obra. O livro III está dividido em cinco capítulos, contendo, *grosso modo*, uma breve introdução e a descrição de quatro regiões da península. Estrabão não se baseia em divisões administrativas oficiais para realizar sua descrição, sendo que sua obra segue o padrão da maioria dos “périplos” de sua época, isto é, os relatos começam no oeste e se dirigem para o levante (CUBERO, 1992, pp. 14). Assim, a primeira região sobre a qual detém seu relato é a Turdetânia (capítulos I e II), que, segundo o próprio autor, seria a região mais “civilizada” (3, II, 15) (do grego *politikon*), e que conta com maior presença romana; localiza-se a sudoeste da península, e a ela dedica mais páginas e atenção. Em seguida temos a Lusitânia (capítulo III), que abarca as terras das margens do Tejo até o litoral norte da península, sendo que o limite a leste não é claro, mas encontra-se próximo ao começo da meseta central espanhola. Continuando o relato, o geógrafo apresenta o resto da península continental (capítulo IV), o que, grosseiramente, poderíamos chamar de Ibéria pois, apesar da predominância de iberos na região, nem mesmo Estrabão é contundente ao afirmar que nessa localidade só se encontram iberos. O último capítulo (V) é dedicado às ilhas que circundam a península.

Com essa metodologia, inferi a existência de um padrão na construção dos dois livros. Em ambos os casos, Estrabão confronta termos e os hierarquiza, vendo com bons olhos os ligados ao presente romano em detrimento dos que ilustram as regiões da Ibéria antes da chegada de Roma. Entretanto, para além da simples oposição decorrente

dessa análise, isto é, entre “civilizados” e “bárbaros”, o autor da *Geografia* lembra que há uma variedade enorme de populações convivendo há tempos na península. Dessa constatação derivam outras questões, a saber: como explicar a proposta heterogeneidade desses “bárbaros”? Por que Estrabão se preocupa em detalhá-los? Quais as implicações dessa variedade de olhares para algo que ele próprio incluía em uma mesma categoria (“bárbaros”)?

No intuito de responder a essas questões, deti-me a Lusitânia. Nela são apresentados nominalmente alguns povos, mas nem todos são descritos, assim como em outras localidades. Estrabão preocupa-se em detalhar, na localidade em questão, o povo que, segundo suas fontes⁸, por mais tempo lutou contra os romanos: os lusitanos. Estes, por sua importância, dão nome à região. Suas principais características – dormir no chão, usar cabelos longos, não beberem vinho, usarem vestimentas cotidianas e de guerra, consumirem determinados tipos de alimentos e possuir grande capacidade bélica – acabam se tornando símbolos da Lusitânia.

Estrabão fará o mesmo com os celtiberos, iberos e turdetanos, dentre outros. Temos, portanto, que o autor da *Geografia*, para além da dicotomia civilização *versus* barbárie, opta por detalhar estes últimos. Subdividindo-os em grupos cuja caracterização é atribuída por ele próprio, a partir da leitura das fontes com as quais teve contato, Estrabão tem como finalidade pontuar essas identidades, pois somente seu detalhamento seria capaz de individualizá-los dentro de um todo maior. Assim, é no processo de nomeação e criação desses grupos identitários que nascem as especificidades das regiões que ele descreve. Pode-se dizer, inclusive, que ele diferenciou os vários povos que habitavam as diferentes regiões com o objetivo de melhor descrevê-los.

Tal procedimento contribui para que Estrabão possa explicar, por exemplo, o motivo pelo qual algumas das diversas localidades adotaram mais facilmente os costumes romanos e outras resistiram por mais tempo. Ou seja, uma das principais especificidades das regiões descritas são suas velocidades de assimilação dos costumes romanos e da incorporação delas às áreas sob influência de Roma. Preocupando-se com a diferença entre elas, e não especificamente com a identidade de cada uma, Estrabão pôde estruturar sua obra e melhor compreender essa parte da *oikoumene*.

⁸ Estrabão utiliza os livros I e II de sua *Geografia* para discutir fontes e conceitos, entretanto, ao longo dos outros quinze apresenta querelas mais específicas entre os autores que utiliza. Artemidoro de Éfeso, Políbio e Posidônio, sendo este último sua principal fonte para o livro III, estão entre os mais citados por Estrabão.

Apesar de alguns caminhos começarem a ser trilhados com essa proposta – que deve e será mais bem trabalhada – outras questões têm surgido conforme o aprofundamento da leitura do livro III da *Geografia*. As próximas providências serão, portanto, trabalhar com expressões e conceitos que Estrabão usa pra classificar esses povos, localidades, populações etc. Fazer uma análise crítica e estrutural do uso de $\epsilon\theta\nu\omega\nu$ (traduzido por *nation* na edição bilíngue da Loeb, mas de tradução extremamente complexa) por Estrabão, por exemplo, para a repensar as formas de organização da Ibéria proposta por ele, assim como se e de que maneira a incorporação dessa região ao poderio romano interferiu no processo de constituição do Império.

Considerações Finais

Estrabão e sua *Geografia* têm sido sistematicamente estudados no meio acadêmico internacional. Sua produção é rica e numerosa, mas de difícil acesso. As bibliotecas brasileiras possuem poucas das obras resultantes dessas pesquisas, e o que vem sendo produzido recentemente ainda não chegou por aqui. Entretanto, os meios eletrônicos tornaram-se os principais auxiliares na difícil tarefa de superar esses e outros obstáculos.

Uma das autoras mais citadas neste artigo, e em minha pesquisa, Sarah Pothecary possui um website dedicado aos estudos estrabonianos, com artigos, notícias e referências ligadas a este tema. Algumas das informações que não possuímos nos livros disponíveis podem ser encontradas no endereço <http://sarahpothecary.com/>.

Há também acervos eletrônicos que disponibilizam revistas que contêm artigos sobre Estrabão, tais como o da Biblioteca Miguel de Cervantes⁹, e o do Jstor¹⁰.

Mesmo assim, não possuímos grandes obras que sintetizem os diferentes estudos sobre esta importante fonte. Este artigo não pretende de forma alguma exercer este papel. Mas sim apresentar, brevemente, o que pude, em pouco mais de dois anos de pesquisa, com a ajuda de meu orientador Norberto Luiz Guarinello e dos amigos do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo, reunir sobre Estrabão, e suas relações com a Ibéria e o Império Romano.

⁹ <http://www.cervantesvirtual.com>

¹⁰ <http://www.jstor.org/>

Bibliografia

Fontes

GARCÍA Y BELLIDO, A. *España y los españoles hace dos mil años según la geografía de Strabon*. Buenos Aires, Esapsa-Calpe Argentina, [1945].

JONES, H. L. *The Geography of Strabo, vols. I-VII*. Livros I-XVII. Londres, Harvard University Press and Heinemann, Loeb Classical Library, 1912-1932.

HAMILTON e FALCONER. *The Geography of Strabo, vols. I-II*. Livros I-XVII. Londres, G. Bell, 1903-1906

Obras Gerais

ALARCÃO, Jorge de. "Portugal Romano". Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

ALARCÃO, Jorge de. "Portugal: Das Origens à Romanização". Lisboa, Editorial Presença, 1987. (col. Nova História de Portugal)

BLÁZQUEZ, José Maria. "Explotaciones mineras en Hispania durante la República y el Alto Império". Seminário de Historia Económica y Social, II, 1961, pp. 3 e ss.

_____. "Economía de Hispania a finales de la República Romana y comienzos del Império, según Estrabón y Plinio". *Revista de la Universidad de Madrid*, 20, 1971, pp. 57-143

_____. "Estado de la Romanización de Hispania bajo César y Augusto", *Emerita* 30, 1962, pp. 71-129.

_____. "'Administración de las minas en época romana. Su evolución". *España Romana*, Madrid, 1996, pp. 55-80.

CLARKE, KATHERINE. "In Search of the Author of Strabo's Geography". *Journal of Roman Studies*, vol. LXXXVII, 1997, pp. 92-110.

CLAVEL-LEVEQUE, MONIQUE. "Les Gaules et les Gaulois : pour une analyse du fonctionnement de la Géographie de Strabon", In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Vol. 1. 1973. pp. 75-93.

GONÇALVES, A. T. M. "Desafios da Pesquisa em História Antiga no Brasil". III Encontro da Anpuh-ES, 2001, Vitória. *Anais Eletrônicos do III Encontro da Anpuh-ES*, 2000.

LASSERE, François. "Strabon devant l'Empire Romain". *ANRW*, II, 30, 1, 1983, pp. 867-896.

MATTOSO, J. "Historia de Portugal", Lisboa : Estampa, 1992.

MENDES, N. M. "Estrabão e a enunciação de uma estrutura de atitudes e referências da cultura imperial", IN: *PHOINIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.305-313.

- NICOLET, Claude. “L’inventaire du monde: géographie et politique aux origines de l’Empire romain”. Paris, Fayard, 1988.
- NIESE, Benedict. “Straboniana”. *Rheinisches Museum fur Philologie*, 38. 1883, pp. 567-602.
- POTHECARY, S. “Strabo, the Tiberian Author: Past, Present and Silence in Strabo’s *Geography*”. *Mnemosyne*, Fourth Series, vol. 55, n. 4, (2002), pp. 387-438
- _____. “The Expression ‘Our Times’ in Strabo’s *Geography*”. *Classical Philology*, vol. 92, n. 3, jul. 1997, pp. 235-246.
- _____. “Strabo and the Inhabited World”. Toronto, Canadá, 1995.
- ZULIANI, Fabiana M. “Passado e Presente em Estrabão: As Estruturas Espaço-temporais da Geografia e suas Relações com o Império Romano”. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1999.

QUESTÕES PARA O ESTUDO DA ECONOMIA ANTIGA: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO

Deivid Valério Gaia¹

RESUMO: Neste breve ensaio, o meu objetivo principal é levantar algumas questões no que tange o estudo da Economia romana; procuro pensar no próprio conceito de Economia Antiga, no seu funcionamento, na forma como a estudamos e alguns cuidados que devemos tomar. O objetivo é fomentar um pouco de discussão em torno do tema, que depois do advento da história cultural e da “crise” do marxismo, tem sido tão pouco estudado. Na primeira parte, apresento algumas considerações sobre o debate entre primitivistas e modernistas, sobre a questão das fontes, o conceito de economia para os romanos, e a importância do contexto. Na segunda parte, apresento discussões iniciais sobre a importância do espaço (geo-história) para o estudo das economias romanas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Antiga, Império Romano.

ABSTRACT: In this brief essay, I intend to expose some questions concerning the Ancient Economy studies; questioning the concept of Ancient Economy itself, its workings, the way we study it and some cares we should have in its regard. My aim is fomenting some debate around the theme, which has been little studied after the advent of Cultural History and the Marxism “Crisis”. In the first part of the essay, I present some considerations concerning the primitivist and modernist debate, the sources problem, the concept of Economy for Romans and the importance of context. In the second part, I present initial discussions over the importance of space (geo-history) for the study of Roman economies.

KEYWORDS: Ancient Economy, Roman Empire

O mundo romano, da época republicana à imperial, por meio de um processo de integração de diversos territórios, “globalizou” o Mediterrâneo e o interior das terras criando uma prefiguração de “mercado único”, o primeiro da história do Ocidente. Este Império rompeu fronteiras geográficas e mentais, conquistou e transformou territórios antes inacessíveis. Mas, na condição de se premunir contra todo risco de anacronismo e de banir uma noção tão falaciosa como a de “modernidade”, não podemos ficar indiferentes ao nível então atingido de realização pragmática e de consciência, pelo menos implícita, do

¹ Doutorando em História e Antropologia da Antiguidade / História econômica e social do mundo antigo pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS - Paris e pela Universidade de São Paulo sob a orientação de Jean-Michel Carrié e de Norberto Luiz Guarinello. Membro do Centre Louis Gernet – recherches comparées sur les sociétés anciennes e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano LEIR/USP-MA. Mestre em História e Antropologia da Antiguidade pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS - Paris, sob a orientação de Jean Andreau (diploma revalidado pela Universidade Federal de Ouro Preto UFOP). Bacharel em História com diplomas revalidados pela Universidade de São Paulo. Graduação iniciada na Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação de Renata L. B. Venturini e concluída na Université Paris 8, sob a orientação de Maria H. A. Carreira. E-mail : deivid.valerionogaia@ehess.fr / dvgaia@hotmail.com

funcionamento dos domínios da vida financeira, do cálculo econômico, da ferramenta monetária e dos avanços tecnológicos então atingidos pelos romanos².

Por um lado, no âmbito de uma economia pré-industrial bem mais competitiva e diversificada do que durante muito tempo se tentou apresentar, o crédito e a moeda tiveram papéis essenciais, mesmo tendo em vista que o crédito de investimento produtivo e seus suportes capitalistas modernos estivessem longe de ocupar o lugar que ocupam depois da Revolução Industrial. Dois exemplos recentemente apresentados ao conhecimento dos historiadores, como a organização do “comércio das Índias” e os grandes trabalhos ligados à extração mineral, são suficientes para mostrar que, para a realização de tais empreendimentos, exigia-se uma organização financeira de investimento durável que na Antiguidade eram insustentáveis pela historiografia.

De outro lado, têm-se as bases ideológicas da vida político-administrativa, que submetiam as elites locais a esforços financeiros que, frequentemente, criavam o recurso ao crédito, quando a riqueza patrimonial não era suficiente para manter o estatuto desta elite na cidade. Estas atividades de crédito (emprestar e pedir emprestado) eram, então, o campo básico da atividade financeira privada na cidade antiga, o empréstimo a juros estava ligado aos contratemplos da vida agrícola, ao investimento na agricultura (o desenvolvimento da arboricultura ou a conquista de novos territórios para exploração agrícola), ao investimento na vida política, à compra de imóveis, enfim, também aos excessos, ao luxo, assim como às mais diversas necessidades tanto dos homens ricos quanto dos pobres³. Sendo assim, as taxas de juros poderiam variar por um motivo ligado

² Em preâmbulo, cabe ressaltar que a maioria das ideias aqui expostas foi apresentada na minha dissertação de mestrado, arguida em junho de 2009 na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a orientação de Jean Andreau: GAIA, Deivid Valério (2009) : *Le taux d'intérêt et ses variations dans le monde romain, IIIe siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.*, Paris, EHESS (dissertação de mestrado). Só foi possível refletir sobre as questões abaixo graças às discussões frequentes, prazerosas e ao mesmo tempo árduas que tive o privilégio de ter com Fábio Favarsani, Jean Andreau, Jean-Michel Carrié e Norberto Guarinello. Agradeço-lhes pelo incentivo e pela constante presença. Sou inteiramente grato aos meus caros amigos e colegas que se dispuseram a ler este artigo com rigor e carinho.

³ Refiro-me ao empréstimo de dinheiro praticado por homens especializados nesta atividade, os *feneratores* e não aos empréstimos dos banqueiros: *argentarii*, *coctores argentarii* e os *nummularii*, pois existia uma grande diferença entre os banqueiros e os emprestadores profissionais de dinheiro a juro. O que é um *fenerator*? É todo aquele que emprestava dinheiro a juros, independente do estatuto social (não podemos confundir o *fenerator* com o nosso agiota). Ao longo do tempo, a palavra *fenerator* passou a designar com facilidade o credor especializado

à conjuntura socioeconômica ou ligado a causas não econômicas, por influência das relações de amizade, das trocas de favores, da filantropia, etc. Dos diversos tipos de empréstimos existentes, tem-se testemunhos em uma documentação menos abundante e bem menos explícita do que desejaríamos, mas esta documentação é totalmente capaz de promover avanços consideráveis no conhecimento histórico se passar a receber toda atenção merecida por parte dos especialistas: uma documentação sensivelmente enriquecida pelas novas descobertas papirológicas e epigráficas que não foram levadas em conta pelos raros estudos existentes sobre o tema, dentre os quais o mais sólido data do fim do século XIX (BILLETER, 1898).

Ora, um elemento central do jogo financeiro é constituído pelas taxas de juros e pelas suas variações durante a época romana. Em outros contextos econômicos – e neste particularmente – as taxas de juros se apresentam como indicador de tendência fundamental para a vida financeira, e numa grande escala, para a vida socioeconômica em geral, já que a falta de controle por parte dos poderes públicos sobre as taxas de juros poderia causar revoltas e crises sem precedentes. As taxas de juros podiam até mesmo ser utilizadas como instrumento de política econômica submetida às flutuações da conjuntura e utilizadas para moderá-la. A este respeito, à primeira vista, a sociedade romana parece muito diferente da nossa, visto que as taxas de juros obedecem a determinações não somente econômicas, mas éticas (cívicas), o que faria delas algo mais fixo. No entanto, os fundamentos cívicos das taxas de juros na época romana não excluem de forma alguma a busca pelo lucro, mesmo excessiva, que não era menor do que nos dias atuais. Algo que é evidente, particularmente, nos períodos de crise⁴ – de liquidez de moeda, de produção econômica, ou sob a pressão fiscal – em que as

no empréstimo de dinheiro a juros, já na época de Catão (*Agr.* 1) ou ainda antes, a palavra *fenerator* passou a ter um sentido pejorativo. Existiam também mulheres especializadas no empréstimo de dinheiro, as *feneratrices*. Não se pode dizer que os senadores e cavaleiros eram *feneratores* profissionais, embora fossem também *feneratores* (mas não tinham essa atividade como profissão). Segundo Tácito, quando houve as acusações contra aqueles que prosperavam suas fortunas pelo empréstimo de dinheiro a juros (neste caso, são os *feneratores*), nenhum dos senadores podia se livrar de tais acusações. (*Tác. Ann.* 6,16).

⁴ Um exemplo deste tipo pode ser encontrado nas crises financeiras do fim da República romana ou na crise de 33 d.C. *Vide*: Andreau, 2001; Barlow, 1978; Billeter, 1898, p. 130-160; Gaia, 2009, p. 571-602; Nicolet, 1966, p. 360-385; Nicolet, 1971, p. 1202-1227.

taxas de juros se tornavam facilmente abusivas⁵, o que podia, aliás, acontecer também em situações de estabilidade global, pelo jogo de relações de dependência e de dominação social, pela necessidade imediata do empréstimo. Ora, para o historiador do mundo romano, todo o problema está na documentação; as taxas de juros só são explicitas quando correspondem às “taxas legais”. Quando eram ilegais (abusivas), a habilidade do credor consistia em camuflar as taxas de juros efetivamente praticadas, por meio de formas contratuais particulares como o empréstimo fantasiado em compra, ou acrescentando os valores em espécie e em natura. Para o historiador, estes casos, talvez os mais numerosos, são ao mesmo tempo os mais delicados de analisar, como também os mais ricos em contribuições aos estudos históricos de forma geral e, mais especificamente, para o estudo da vida financeira e econômica do mundo romano. Estes temas são os mais aptos a renovar as representações que nossos predecessores construíram sobre o mundo antigo.

Vistos os problemas que envolvem os estudos em história econômica, quando começamos estudar nos deparamos sempre com o problema metodológico. Como organizar esta documentação? Onde encontrá-la e como tratá-la? Qual modelo teórico deve ser seguido? Nem sempre é fácil, primeiramente, porque o grande problema para se estudar a Economia Antiga reside na falta de fontes. As fontes qualitativas são extremamente fragmentadas e um novo estudo quantitativo de qualidade se apresenta quase impossível. Sem contar as dificuldades apresentadas pelo vocabulário técnico das fontes que se referem às questões ligadas à venda, à compra, à produção, etc. Inúmeros são os problemas para o estudo das questões econômicas no mundo antigo. Neste texto, o meu objetivo principal é apresentar questões bem gerais relativas ao estudo da Economia Antiga para fomentar a discussão em torno do tema. Não pretendo responder as questões acima, mas procurar pensar no próprio conceito de Economia Antiga, de seu funcionamento e na forma como a estudamos.

No estudo da Economia Antiga, há mais de dois séculos existem duas tendências opostas: os “modernistas” e os “primitivistas”. Os primeiros procuram

⁵ Para evitar qualquer tipo de interpretação anacrônica, prefiro não falar em taxas de juros usurárias como se fala hoje. Prefiro falar em taxas de juros abusivas ou exorbitantes. Em oposição à expressão latina *minimae usurae* para caracterizar as baixas taxas de juros, falarei em *magnae usurae* para caracterizar as altas taxas de juros.

os sinais mais modernos da Economia Antiga e tentam minimizar as diferenças que existem entre ela e a economia dos séculos XIX e XX. Conscientes das diferenças que separam estas economias, tentam explicar porque não houve, em Roma, uma Revolução Industrial. Eles estão convencidos de que a “modernização” e a Revolução Industrial poderiam ter se desenvolvido na Antiguidade. Já os “primitivistas”, ao contrário, escrevem que a Economia Antiga tinha limites intrínsecos que bloqueavam o desenvolvimento de qualquer tipo de Revolução Industrial. Insistindo na existência de um abismo nos seprando da Antiguidade, estimam que esta teria chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento.

Este debate foi inicialmente chamado de “Bücher-Meyer Controversy”, e adotava uma visão evolucionista da história do Ocidente. Logo depois, o debate foi alimentado por Rostovtzeff (modernista)⁶, e na década de 1980 por Moses Finley e seus discípulos (primitivistas)⁷. O debate deu lugar a numerosos trabalhos e as conclusões foram bem diversas. Em minha opinião, seria conveniente, hoje, tomar distâncias em relação a este debate e abordar a História Antiga a partir de outras perspectivas, com interrogações que possam explorar a documentação de outra forma, sendo que existem várias formas que ainda não foram exploradas e que merecem atenção do historiador, para ultrapassar este debate exaurido.

Com relação aos fenômenos econômicos, estes podem ser estudados a partir de duas vertentes: em suas realidades objetivas, tais como se manifestaram no espaço e no tempo, ou em suas realidades subjetivas, tais como foram representadas. E isso depende muito da forma como cada um de nós, leitores do passado, os sentimos, os compreendemos, os exprimimos, ou seja, em termos de representações. A primeira forma explica o mundo e a razão de ser dos fenômenos econômicos, as formas pelas quais se apresentam, as leis que os governam, mas é difícil de ser estudada quando se refere à economia romana. A segunda forma se ocupa das atitudes e dos julgamentos que constituem e alimentam os aspectos da civilização relativos à vida econômica. Esta segunda vertente contribui para explicar os fenômenos históricos, e isso depende do peso que se atribui às mentalidades ou às representações.

⁶ Rostovtzeff, 1988.

⁷ Finley, 1979; Finley, 1973.

No estudo da economia grega e romana, como no estudo de outras civilizações, tudo o que se refere à produção, ao comércio, ao crédito, etc. se apresenta para nós de maneira obscura, e isto impede que se tenha uma visão nítida dos elos que ligam entre si estes fenômenos de aparência heterogênea. Na documentação antiga, as informações quantitativas são raras⁸, as informações qualitativas⁹ são fragmentadas e, muitas vezes, insuficientes para fornecer um quadro completo e detalhado do movimento econômico. As fontes ditas “da vida prática”, ou seja, os arquivos financeiros, tabuinhas de banqueiros, etc., desapareceram em sua maioria. Neste sentido, os estudos quantitativos se revelam bem reduzidos e insuficientes para o estudo da Economia Antiga sem a lupa de uma análise qualitativa rigorosa. Os preços, por exemplo, são um dos aspectos econômicos mais difíceis a serem estudados, por causa, substancialmente, da falta de documentação quantitativa.

Nas fontes transmitidas, que são tributárias dos contextos nos quais foram concebidas e conhecidas, cada personagem deixou nos seus testemunhos um pouco de seus pré-conceitos, que são variáveis segundo a condição política, o tempo, o espaço, o sistema filosófico e as referências culturais de quem produziu o documento histórico. O importante é que todos estes “pré-conceitos” permitem conhecer alguns elementos da mentalidade de um certo grupo social (aquele que produziu a fonte em questão) e dão uma ideia mais precisa das relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos, embora a visão das elites seja a mais

⁸ Entendo por estudos quantitativos, aqueles que são caracterizados pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações das fontes, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas: percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outras. O estudo das informações numéricas pode parecer muito perigoso para o estudo da Economia Antiga.

⁹ Já os estudos qualitativos são caracterizados pelo não emprego da quantificação (embora não a exclua), ou seja, deixa de considerar, prioritariamente, um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. No caso do estudo da Economia Antiga, o estudo qualitativo está ligado à escrita de uma história que preze pela análise do contexto histórico, uma história que faça idas e vindas no contexto para se entender o tema estudado. Uma história que emprega o método comparativo, analisando outros períodos históricos que apresentem problemas que tenham traços semelhantes com aqueles que ela estuda. O estudo qualitativo também se foca no conhecimento das teorias, dos modelos e tem como base um questionário bem formulado, para que o historiador faça questões definidas e oportunas às fontes, porque de si só as fontes não falam muita coisa. O estudo qualitativo também procura ter um enfoque indizível, ou seja, estudar o não explícito, estudo atento das informações encontradas nas entrelinhas dos documentos históricos. O enfoque dizível também é extremamente oportuno para que o historiador conheça previamente o mundo no qual a fonte foi concebida e constituída – o estudo do contexto.

repercutida nas fontes antigas. É por isso que acredito que o estudo qualitativo das relações financeiras e da conjuntura econômica se apresente como o método de estudo mais oportuno para o estudo das questões econômicas, embora não possamos nunca abandonar a análise quantitativa, a elaboração de catálogos exaustivos (ou não) para o estudo de um tema definido, pois só assim conseguimos cruzar as informações contidas nas fontes e escrever uma história que explore todos os *corpora* documentais. Fazendo isto, podemos evitar erros graves de interpretação ou escrever a história a partir do testemunho de uma só fonte, o que ajuda a evitar as generalizações, que muitos historiadores ainda cometem, como quando escrevem que tal fenômeno histórico se passou de tal forma a partir da análise de um único testemunho, pois mesmo que outros existam, mas não foram procurados com a devida insistência. Pois um vício ruim entre os historiadores da Economia Antiga é citar indiretamente as fontes encontradas a partir da historiografia, ou seja, falta a leitura das próprias fontes para encontrar coisas novas. Hoje, temos uma abundância de releituras que, embora sejam sempre importantes, não deve ser o essencial.

Seja qual for o lugar que se conceda à economia no mundo antigo, a investigação propriamente econômica deve, necessariamente, se apoiar sobre o contexto político, social e cultural. A economia não é, de forma alguma, independente; muito pelo contrário, sem levar em consideração o contexto, é impossível compreender o funcionamento da vida econômica. Não se pode compreender os fenômenos históricos sem observar múltiplas vezes tudo o que se acerca do tema estudado. Como entender, por exemplo, o papel econômico dos senadores e cavaleiros sem conhecer o funcionamento de suas carreiras, sem levar em conta as hierarquias sociais e a antropologia do comportamento aristocrático? Lembremos do que Jean Andreau escreveu sobre a importância do contexto social e político para compreender o fenômeno econômico no mundo antigo: “*L’analyse économique est comme le résultat final d’une enquête qui doit faire des détours du côté de l’histoire sociale et politique*” (ANDREAU, 1997, p. XX). Em Roma, a vida econômica não constitui um setor distinto da vida política, que se desenvolveria fora das intervenções dos poderes públicos, segundo suas próprias leis. Separar a vida econômica da vida política é um ato ingênuo e pouco

rigoroso. Segundo Claude Nicolet, a vida econômica em Roma é somente um dos aspectos da vida política: “*elle se nourrit en tout cas de sa complicité*” (NICOLET, 1966, p. 375).

Também é necessário levar em conta que as economias antigas, eram históricas, pré-industriais e não capitalistas, mas nem por isso elas se confundem com a economia da China, do Islã medieval ou da Idade Média Ocidental. É importante continuar a procurar as questões específicas, antropológicas, pois é a partir destas questões que a comparação econômica poderá ser efetuada no seu mais alto nível, e enriquecer o conhecimento sobre a história econômica da antiguidade e do mundo (ANDREAU, 1997, p. XX).

Os romanos não deixaram tratados sobre a contabilidade, os bancos e sobre o comércio. Eles não escreveram reflexões gerais sobre a economia (se escreveram, estas não chegaram até nós). Nestas condições, nos perguntamos, frequentemente, como o pessoal encarregado das finanças era formado? Na República, os magistrados que eram oficialmente responsáveis pelos negócios financeiros eram, em sua maioria, muito ignorantes com relação às finanças. Por isso é necessário levar em conta que a formação do homem romano estava mais voltada para a retórica, a filosofia, a história, a literatura e para a filologia. Nas grandes escolas de direito de Beirute e mais tarde nas escolas de Constantinopla, nem a contabilidade, nem a economia foram identificadas como disciplinas (NICOLET, 1988, p. 123-124).

De modo geral, as finanças eram confiadas a jovens magistrados no início de carreira, os questores. Já a gestão do tesouro estava sob a responsabilidade de escribas profissionais, de relativa baixa extração, algumas vezes libertos. Seus conhecimentos com relação à vida financeira eram adquiridos, muito provavelmente, pela prática, porque foram à escola com os seus mestres ou porque aprenderam estas questões na casa do mestre. Durante o Principado, as grandes decisões que tocavam a economia, de ordem fiscal ou monetária, eram tomadas pelo Príncipe e pelo seu conselho. Raramente eram debatidas no Senado. Até o Principado de Adriano, o responsável pelas finanças do Príncipe era, de modo geral, um liberto da casa imperial (NICOLET, 1988, p. 123-125).

Talvez existissem pessoas experientes às quais o Príncipe recorria para resolver questões econômicas, como as finanças do Estado e a circulação monetária. Um exemplo deste tipo é o de Nerva, amigo de Tibério, que se suicidou porque Tibério não ouviu seus conselhos e restabeleceu uma antiga lei de César. Acredito que foram graças às reflexões financeiras deste mesmo meio de conselheiros econômicos que Tibério colocou a lei em vigor e que depois emprestou dinheiro sem taxas de juros para aumentar a circulação monetária (Gaia, 2009, p.571-602).

Assim, acredito que para o mundo antigo não se pode falar em economia romana da mesma forma que a concebemos hoje, visto que os antigos não conheciam a noção de economia na sua globalidade, na sua unidade. Falamos em “Economia Antiga” para que as coisas sejam mais inteligíveis, mas não podemos pensar que o conceito de economia tal como é hoje seja similar à economia da Antiguidade; são realidades totalmente diferentes e devem ser analisadas de forma a evitar o anacronismo. Jean Andreau defende que os romanos possuíam uma noção não teorizada de um sistema financeiro que se estendia ao conjunto da circulação monetária e das operações financeiras: *“les Romains avaient conscience d’un système de relations financières fonctionnant de façon autonome, à la manière d’un mécanisme, et qu’il fallait réamorcer en cas de dysfonctionnement”*. Andreau acrescenta que a noção explica alguns aspectos da ação dos poderes públicos, notadamente em casos de “crise” de pagamento e de “crise” de endividamento. Em tempo normal, a tendência dos poderes públicos era a de não intervir (ANDREAU, 2001, p. 201-202).

A consciência de um sistema financeiro transparece também na forma pela qual os autores antigos evocam as crises financeiras. Como, por exemplo, a crise de 49 a.C., que eclodiu por causa de questões políticas, provocando, assim, a escassez de moeda em circulação, dificuldades para os devedores pagarem suas dívidas, a alta das taxas de juros e a baixa do preço da terra e dos imóveis. Esta consciência de um sistema financeiro pode ser vista na passagem de Suetônio e de Dion Cássio sobre a entrada dos tesouros dos reis do Egito em Roma, logo após a Batalha do Ácio (Suet. *August.* 41, 2). Pode-se ver, segundo Claude Nicolet e Julien Guey, que Suetônio era consciente dos efeitos que a maior circulação de

moedas podia provocar na Economia romana (NICOLET, 1971, p. 1202 ; GUEY, 1966, p. 472). Para Andreau (2001, p. 202), o ponto de vista de Suetônio é mais financeiro do que econômico.

Os três elementos mais importantes para os autores antigos neste jogo financeiro são: 1) A abundância ou a rarefação de moedas disponíveis, que fazem parte das moedas cunhadas pelo Estado. 2) As taxas de juros que sobem quando as moedas em circulação se tornam mais raras e abaixam quando são mais abundantes. 3) Os preços das terras, cuja variação é inversamente proporcional às taxas de juros.

Para os autores antigos, quando o fluxo monetário circula normalmente, há uma certa *fides*, palavra que, neste contexto, pode ser traduzida por confiança, crédito. Esta *fides* às vezes é qualificada de *publica*, mas neste caso, *publicus* não tem ligação com o Estado, mas está ligado à coletividade, ao conjunto da vida social. Os romanos conheciam a palavra “economia” de origem grega, sob a forma do plural neutro *œconomica*; mas a conheciam, assim como os gregos, em um sentido restrito, ou seja, relativo a tudo que toca a fortuna pessoal, como administrar e como prosperar. Além disso, para os romanos, existia uma “economia” no sentido factual: produzia-se, trocava-se (às vezes, procurando o lucro, por exemplo, com o empréstimo de dinheiro) e consumia-se uma quantidade considerável de coisas.

O espaço e as economias romanas

Acredito que, para se estudar a Economia Antiga, é necessário levar em consideração as características geográficas nas quais as fontes foram concebidas, de modo a buscar entender como funcionavam alguns setores da Economia romana nas várias regiões do Império, para saber, por exemplo, se existiam redes de comunicações que “controlavam” ou ligavam diversos tipos de preços, concorrência, produção, exportação, importação, etc. Visto que o Império Romano ia muito além do mundo das cidades, cada qual isolada e diretamente ligada a Roma, pois é óbvio que existiam trocas econômicas no campo que se diferenciavam substancialmente daquelas feitas na cidade e que em cada lugar

tinha-se um sistema econômico diferente. A preocupação com as características geográficas e culturais nos mostra as diferenças entre as diversas economias, já que não existia uma economia romana, mas várias.

Na metade do século XX, Marc Bloch definiu a história como o estudo do homem no tempo, pois ele tinha como objetivo o estudo das transformações, evoluções e permanências do homem em um momento em particular (BLOCH, 1967). Logo após, Lucien Febvre se propôs a estudar não mais o homem no tempo, mas as interações dos homens no tempo e no espaço (FEBVRE, 1922). Seria interessante pensar a Economia romana a partir da perspectiva de Febvre, e assim analisar os processos de transformações, de evoluções, de rupturas e de permanências do homem e de suas instituições no tempo e no espaço. Com relação ao espaço, o mestre Fernand Braudel é um dos modelos teóricos e metodológicos mais importantes (BRAUDEL, 1966), pois leva em consideração que o “espaço” e o “tempo” são conceitos de importância perfeitamente equivalentes e tal perspectiva nos ajuda a conhecer um pouco sobre as características das economias romanas além das fronteiras da região da *Urbs* e como elas tinham características próprias seguindo os costumes locais, diferenciando-se substancialmente uma das outras. Tendo este cuidado, não veremos mais uma economia do mundo romano, mas diversas economias que assumiam características diferentes em um mundo que não era nada homogêneo.

Durante muito tempo tem sido costumeiro ver a economia das grandes cidades, por exemplo, a de Roma, como a economia do Império, mas isto é totalmente falso; tal perspectiva ignora toda as riquezas e as diferenças que encontramos nas fontes. Por isso insisto na necessidade do estudo geo-histórico para que possamos conhecer estas diversas economias romanas. Por exemplo, para o estudo das taxas de juros e do preço do dinheiro, o estudo das fronteiras geográficas e culturais que separam as regiões é extremamente importante para se entender seu funcionamento, pois se em uma cidade os juros “não” variavam, na cidade vizinha os juros obedeciam ao jogo existente entre a oferta e a procura e podiam variar muito.

Que tipo de fronteira socioeconômica separavam estas cidades? As reflexões desenvolvidas por Norberto Guarinello sobre fronteira, interação e

ordem, no espaço onde Roma exerceu seu poder, são de suma importância para pensar tanto os fenômenos geo-históricos como os sociais, econômicos, políticos e culturais¹⁰. Como a economia não era um setor distinto dos outros, tal perspectiva é muito importante e nos ajuda a rever ideias tidas como óbvias, que caíram no senso comum, mas que na verdade enganam e são muito mais complexas do que pensamos; como a própria ideia de Mediterrâneo, de mercado, de economia romana, etc. O estudo da ordem, da interação e das fronteiras cognitivas, conceituais, nos leva a ver a Economia romana com outros olhos.

Para Guarinello, é primordial pensar nas fronteiras políticas e culturais que determinaram, no tempo e no espaço, o sentido e a intensidade dos fluxos dentro do Mediterrâneo. Pois tal Império é, na longa duração, uma ordem que se institui no tempo, uma ordem em constante mutação – conflituosa e integradora. “Por ordem entende-se não um comando, uma força aplicada pontualmente, mas uma ordenação da vida, que se dá e se reproduz no tempo e no espaço”. Ordem é um espaço de consenso assumido, de cooperação, mesmo em um ambiente altamente competitivo ou conflitivo – como no caso no ambiente da economia das grandes cidades. A ordem sempre existe em um espaço determinado e em cada lugar ela tem as suas próprias características. Não existe uma ordem e nem uma economia, mas várias.

A ordem é composta por todas as dimensões da realidade que são efêmeras, como as estruturas materiais, as instituições, as crenças, as relações estabelecidas, a tecnologia, o conhecimento, as práticas cotidianas: estas são as fronteiras cotidianas da ação social. Na tentativa de estudar o conceito de fronteira (aqui fronteira não é a separação entre estados, mas um campo metafórico mais amplo) e das próprias fronteiras do conceito, Guarinello se centra na ordem romana como parte de um processo de integração. Assim, toma como primeira fronteira a própria natureza, que deve ser dominada e apropriada para que uma comunidade humana possa sobreviver e reproduzir-se acumulando, a cada dia, o trabalho morto (a experiência). Comunidade humana é a segunda fronteira e

¹⁰ GUARINELLO, Norberto Luiz: *Les frontières du concept: l'Histoire et l'Histoire Ancienne / Les frontières conceptuelles de l'Histoire Ancienne: un regard de l'Extrême Occident*. Conferências apresentadas na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Université Paris Est. Janeiro de 2009. GUARINELLO, Norberto Luiz: *Mediterranean Identities*. Conferência apresentada na Universidade de Leicester. Março de 2010. Sou grato ao autor por ter-me permitido ler seus artigos que ainda não foram publicados.

trabalho morto é a terceira fronteira. A junção destas três fronteiras parciais é a fronteira do poder. É este poder (a junção das fronteiras) que regula a cooperação e a competição interna em cada comunidade. Assim, a ordem é a comunidade e esta, por sua vez, modifica a ordem através da negociação de fronteiras. Cada comunidade (que é a ordem) representa uma fronteira política, econômica, social e cultural. Para Guarinello, é com fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integram, ou não. A partir destas ideias, podemos pensar nas diferenças entre as economias do mundo romano, pois algumas comunidades se integravam muito bem com as outras, criando redes econômicas similares, já outras viviam isoladas, eram quase autossuficientes ou mantinham pequenos contatos intercomunitários. Com isto, todo processo de integração entre as diversas comunidades mediterrâneas ou aquelas do interior das terras, são fronteiras de negociação, de cooperação, de conflito ou de isolamento. As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens num amplo ou num pequeno território. Os interesses em comum facilitam a troca e de certa forma criam economias com características parecidas, construídas para suprirem uma necessidade local ou regional, sendo algumas mais desenvolvidas ou mais fortes do que as outras. Já os interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, violência, motim, concorrência, rebelião.

A abordagem geo-histórica e antropológica é primordial para se estudar a Economia Antiga, porque nem todas as regiões, províncias e meios sociais estavam no mesmo nível de desenvolvimento (não quero colocá-los em níveis hierárquicos, mas ressaltar as diferenças). As economias litorâneas eram, de modo geral, mais prósperas do que as economias das regiões no interior, e tanto a economia do interior quanto a economia litorânea eram diferentes da economia das montanhas. Não existia uma economia a duas velocidades, dualista, mas existiam diferenças nos modos de ver e conceber a administração das coisas privadas e públicas, na forma de produzir e vender o produto, algumas ligadas às tradições locais e outras mais globalizadas. Por isso insisto que a perspectiva antropológica, histórica e geográfica, a partir de uma análise qualitativa e

comparativa das fontes se revela como o melhor método para se pesquisar a Economia Antiga.

Portanto, é a partir destas pequenas reflexões que estão sempre em desenvolvimento que procuro pensar a Economia Antiga, com base em um método comparativo, qualitativo e interdisciplinar. Tendo sempre em vista que o estudo de tal disciplina exige a reunião de conhecimentos, de aptidões e de métodos pluridisciplinares: uma formação de base com relação às ciências da Antiguidade (línguas latina e grega, epigrafia, papirologia, direito e numismática, etc.), uma aptidão a ler e a interpretar as diversas tipologias textuais e documentárias (textos literários, jurídicos, inscrições, documentos de arquivos, etc.); uma cultura histórica geral bem diacrônica, permitindo desenvolver um comparativismo prudente e fecundo; uma familiarização com os conceitos e categorias históricas e econômicas. O confronto destas aptidões é a condição necessária para retomar, sob novas interpretações e aparatos teórico-metodológicos, o estudo de alguns aspectos que a especialização disciplinar impediria de tratar em sua complementariedade, como se vê na bibliografia mais antiga.

Bibliografia

ANDREAU, Jean. *Patrimoines, échanges et prêts d'argent: l'économie romaine*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1997.

ANDREAU, Jean. *Banque et affaires dans le monde romain : IV^e J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.*, Paris: Le Seuil, 2001.

BARLOW, Ch. T. *Bankers, Moneylenders and Interest rates in the Roman Republic*. Ann Arbor-London: University Microfilms International, 1978.

BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Colin, 1967.

BILLETER, G. *Geschichte des Zinsfusses im griechisch-römischen Altertum bis auf Justinian*. Leipzig: B.G. Teubner, 1898.

BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méd.à l'époque de Philippe II*. Paris: Colin, 1966.

FEBVRE, L. *La Terre et l'évolution humaine*. Paris: Albin Michel, 1922.

FINLEY, Moses I. *The ancient economy*. London: Chatto & Windus, 1973.

FINLEY, Moses I. (org.). *The Bücher-Meyer Controversy*. New York: Arno Press, 1979.

GAIA, Deivid Valério. Abundância de liquidez e crise financeira em Roma: questões jurídicas e econômicas em torno das taxas de juros na época de Augusto e de Tibério. *História*, v. 28, n. 2, 2009, p. 571-602.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Les frontières du concept: l'Histoire et l'Histoire Ancienne / Les frontières conceptuelles de l'Histoire Ancienne: un regard de l'Extrême Occident*. Conferências apresentadas na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Université Paris Est. Janeiro de 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Mediterranean Identities*. Conferência apresentada na Universidade de Leicester. Março de 2010.

GUEY, Julien. De L'Or des Daces (1924) au livre de Sture Bolin (1958). In: *Mélanges Jérôme Carcopino*. Paris: Hachette, 1966, p. 445-475.

NICOLET, Claude. L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.-C.). Paris: Boccard, 1966.

NICOLET, Claude. Les variations des prix et la "théorie quantitative de la monnaie" à Rome, de Cicéron à Pline l'Ancien. In: *Annales (ESC)*, 26, 1971, p. 1202-1227.

NICOLET, Claude. *Rendre à César: économie et société dans la Rome antique*. Paris: Gallimard, 1988.

ROSTOVTZEFF, Michel Ivanovic. *Histoire économique et sociale de l'Empire romain*. Trad. par DEMANGE, Odile, introduction, chronologie, bibliographies établies par ANDREAU, Jean. Paris: Robert Laffont, 1988.

O FENÔMENO DOS BANHOS PÚBLICOS E OS CASOS POMPEIANOS

*Victor Sá Ramalho Antonio*¹

RESUMO: Este artigo busca prover subsídios para o estudo dos banhos públicos romanos no contexto de seus desenvolvimentos iniciais na Campânia romana. Na tentativa de executar tal proposta, este pequeno trabalho consiste em um estudo comparativo de três banhos públicos encontrados em Pompeia em seu ano final, 79 D.C.: as Termas de Stabia, as Termas do Foro e as Termas Centrais. O Foco aqui está na discussão das identidades romanas associadas a estas construções, dentro de um debate mais amplo sobre a romanização da Campânia e os problemas deste conceito.

PALAVRAS-CHAVE: Império Romano, Pompeia, termas, publico, identidade.

ABSTRACT: This article aims at providing subsidies for the study of Roman public baths within the context of its earlier developments in Roman-ruled Campania. Attempting to achieve such proposition, this small piece of work is a comparative study of the three public baths found in Pompeii at the year of its end, 79 AD: the Stabian Baths, the Forum Baths and the Central Baths. The focus here is the discussion of the Roman identity associated to these buildings, in a wider discussion about Romanization of Campania, and the problems with this concept.

KEY-WORDS: Roman Empire, Pompeii, baths, public, identity.

À sociedade moderna, pensar o espaço urbano e as relações sociais que nele se desenvolvem se tornou preocupação saliente e incontornável. Os estudos urbanísticos, arqueológicos e historiográficos centrados no fenômeno das cidades estão mais do que nunca em voga. A busca por importantes casos históricos para o estudo de determinados aspectos da vida urbana encontra no Mediterrâneo Antigo exemplos de sociedades que pensaram as suas estruturas urbanas e seus desdobramentos na vida social. Nessa perspectiva, sítios bem-preservedos, como os casos das cidades da Campânia – notadamente Pompeia – oferecem rico campo de estudo.

Dominic Perring, em *Spatial Organization and Social Change in Roman Towns* (PERRING, 1991), apresenta uma concepção muito valiosa acerca das estruturas urbanas, que deve ser levada em conta no estudo das cidades antigas. Para ele, o elemento visual, isto é, as estruturas visíveis que se sobressaem em meio à paisagem urbana, devem ocupar posição importante na análise do estudioso. Os edifícios reconhecíveis pelos indivíduos que frequentam o espaço urbano – aquelas estruturas que criam sensação de familiaridades ao observador – são estruturas que moldam a vida

¹ Iniciação Científica – Universidade de São Paulo

social, uma vez que atendem a determinadas necessidades daquela comunidade e podem, ao serem estudadas, lançar luz a aspectos da organização social em questão. O que se pretende, a partir do estudo de estruturas espaciais e suas modificações ao longo do tempo, é reconstruir as próprias estruturas sociais e suas mudanças. Contudo, deve-se ter muita cautela com tal espécie de análise, dado que interpretar aspectos imateriais e relações socio-culturais a partir do estudo do espaço construído e da cultura material pode levar a interpretações mais ambíguas ou estreitas do que concretas.

Atividades sociais desenvolvidas em espaços públicos chamam sempre a atenção. A associação de determinados espaços públicos a atividades promotoras de coesão social, com os quais a comunidade local se identifica, faz do espaço urbano e suas edificações objetos de análise de extremo valor. Tendo a antiga cidade de Pompeia como campo de estudo, este artigo versará sobre o fenômeno dos banhos públicos (as *thermae*), analisando os três edifícios encontrados na cidade em 79 a.C. (ano da erupção do Vesúvio): as Termas de Stabia, as Termas do Foro e as Termas Centrais.

Essenciais à vida social romana, e tidos como símbolos de romanidade, os banhos estão entre as construções da Itália, à época da República romana, que melhor servem ao estudo das mudanças culturais promovidas pelo domínio romano; mudanças - que se inserem na discussão sobre identidades - cada vez mais difundida no meio acadêmico - e no debate acerca do conceito de romanização - ou na desconstrução de tal conceito, para onde aponta a obra de Richard Hingley (HINGLEY, 2005).

Paul Veyne destaca um provérbio comum na Roma imperial: “o banho, o vinho e Vênus consomem o corpo, mas são a verdadeira vida.” (VEYNE, 1990, p. 179). A citação decerto revela um aspecto fundamental da sociedade romana do primeiro século imperial: a posição do banho no tempo destinado ao prazer. Jérôme Carcopino, por sua vez, aponta para a higiene e para o cuidado com o corpo como questões subjacentes à construção e difusão das *thermae* públicas promovidas pelos imperadores. O autor cita Juvenal, “*orandum est ut sit mens sana in corpore sano.*”, e Carcopino atribui ao fenômeno dos banhos motivações relacionadas à preocupação greco-romana com o corpo (CARCOPINO, 1956, p. 277). De ambientes comuns à *domus* e à *villa* aristocrática, os banhos se tornaram estruturas urbanas monumentais, a partir do programa edilício de Agrippa em Roma. De lá, difundiram-se por todo o Império, por meio do envolvimento de cidadãos romanos destacados nos projetos de edifícios nas colônias italianas e, posteriormente, nas províncias.

Lewis Mumford atesta que “talvez a contribuição mais característica de Roma

tanto à higiene urbana quanto à forma urbana tenha sido o Banho. Na história dos grandes banhos lê-se a história condensada da própria Roma” (MUMFORD, 2004, p. 248).

No entanto, tais origens são estrangeiras ao Lácio. Edifícios públicos equipados com banhos aquecidos podem ser encontrados no mundo grego, sobretudo na época helenística, ainda que com propósitos e funcionamento diferentes. Como já observara Charles Daremberg “*Bien que le principe des thermes soit grec, les romains l’ont fait leurs*”(DAREMBERG, 1877).

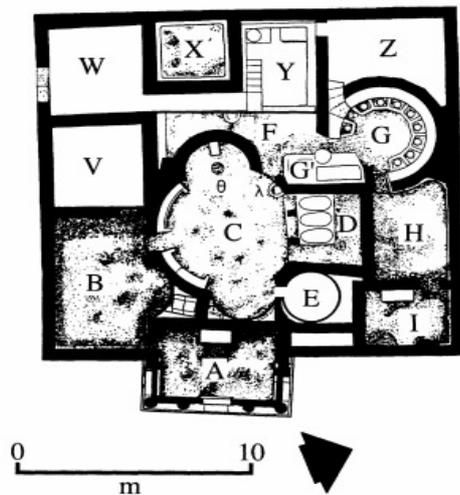


Fig. 1. Gortys. Groundplan of the “Thermal Establishment.” (After Ginouvès 1959, fig. 187)

Estabelecimento termal em Gortys, Arcádia, séc. III a.C.

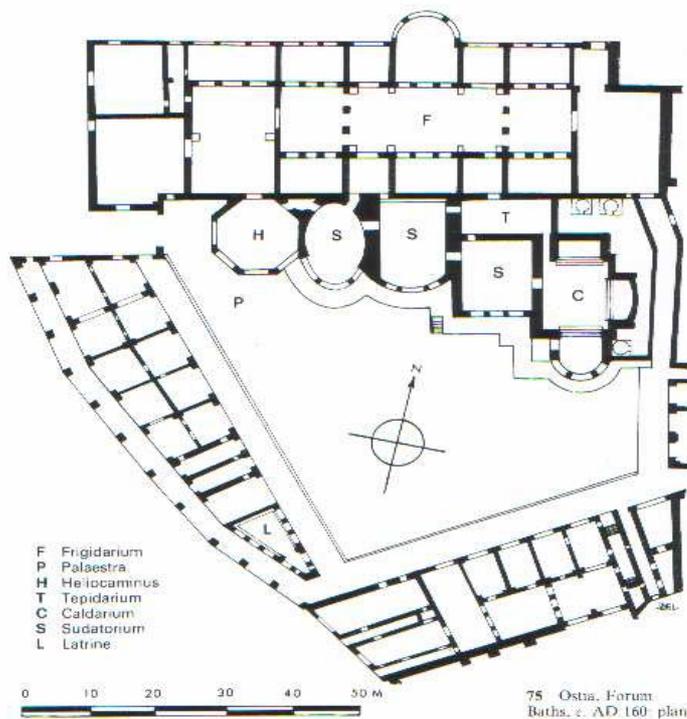
Retirada de: FAGAN, G. The genesis of the Roman public bath: recent approaches and future directions. In: *American Journal of Archaeology*, vol. 105, n. 3, (Jul. 2001), pp. 403-426.

O modelo de banhos públicos difundido no mundo romano é encontrado na Campânia antes da própria dominação romana. Região de intensas trocas comerciais e culturais entre diferentes povos, a Campânia amalgamou uma série de elementos que deram origem a uma cultura marcada pela fusão de características e práticas locais, gregas, etruscas, samnitas e, a partir do século IV a.C., romanas. Os primeiros estabelecimentos que inconfundivelmente apresentam as características que se consagraram como essenciais das *thermae* surgiram justamente na Campânia. Fikret Yegül denomina a disposição espacial encontrada nesses estabelecimentos de “planos do tipo pompeiano” (YEGÜL, 1979, p. 110). Todavia, o próprio autor ressalva ser impossível precisar Pompeia como o local original do referido modelo de banhos. Autores como Romolo Staccioli preferem denominar o modelo de “tipo Republicano” (YEGÜL, 1979, p. 109). Em questão está a problemática identitária da origem e do desenvolvimento do fenômeno dos banhos públicos no mundo romano.

Maria Paola Guidobaldi e Fabrizio Pesando apontam etapas sucessivas na composição das *thermae*: primeiramente, haveria a característica grega de quartos de

banho bordeando uma palaestra. A isto, sucedem-se a integração entre o espaço utilizado para os exercícios físicos e o usado para os banhos, e uma gradativa especialização e racionalização dos ambientes, havendo o desenvolvimento do *apodyterium*, *destrictarium*, *caldarium*, *tepidarium*, *frigidarium* e *laconicum*, mantendo-se uma sequência padrão). No final da República e no início do Império houve o desenvolvimento e consolidação de um modelo arquitetônico caracterizado por Yegül como “tipo pompeiano” com a separação dos setores masculino e feminino em um primeiro momento. No primeiro século imperial houve a supressão dessa separação e o estabelecimento de horários distintos para uso. Processam-se também o desaparecimento e posterior reedição do *laconicum* e a notável diminuição da *palaestra*, que passa a ser um elemento marginal.

Com efeito, a questão da identidade assume aspecto chave. Não apenas para se pensar o vínculo das *thermae* à romanidade, mas a própria identidade “romana” do modelo de banho público, mas para se reavaliar em que medida é possível associar os banhos de outras regiões ao fenômeno na Campânia, e se é possível ou não considerar os banhos gregos predecessores e modelos-base dos banhos do “tipo pompeiano”, seja em seus aspectos arquitetônicos, tecnológicos ou quanto aos hábitos e ao papel social desempenhado pelos banhos públicos.



Termas do Foro de Óstia, 160 d.C.

Retirada de: FRANK, S Roman architecture. London : Routledge, 1998;

O debate também se dá sobre a adoção do hábito do banho público, tanto entre gregos e romanos, como entre os romanos do século I a.C. A instalação da colônia

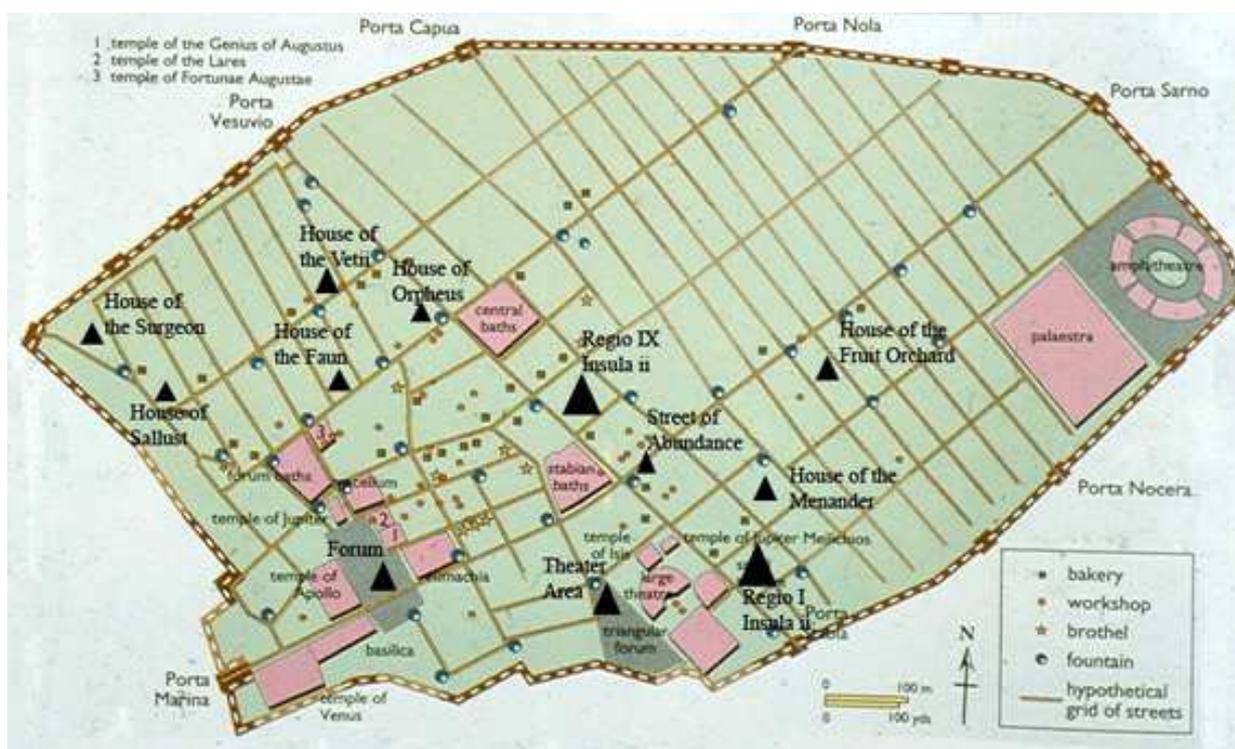
romana em Pompeia e a intensificação tanto do processo de diferenciação identitária como de assimilação cultural têm nos banhos um objeto de estudo fértil.

Seria possível dizer que o hábito campano do banho e suas estruturas físicas particulares foram assimiladas, incorporadas e transformadas pelos colonos romanos, a ponto de não ser possível uma clara atribuição identitária posterior ao próprio fenômeno que, já em suas origens, não possui uma identidade exclusiva?

Observa-se que houve inicialmente uma disseminação centrífuga dos banhos públicos: da Campânia para Roma, onde se difundiram tanto na cidade como em todo o seu império, a partir de Augusto. Transformações decorreram com o aporte de novos conceitos, necessidades e demandas. O novo modelo imperial de *thermae* se diferia notavelmente das estruturas dos dois séculos precedentes, chegando à Pompeia com a construção das Termas Centrais. Tem-se, assim, um movimento circular completo. Os banhos públicos, nos moldes adotados pelos romanos, têm seu início na Campânia; chegam a Roma e a todo o Império; modificam-se; e retornam à Campânia, já sob outros moldes.

Cabe adentrar nas origens de Pompeia. Admite-se o surgimento da cidade no século VI a.C., como uma povoação osca, contudo já com indícios de influência grega (ÉTIENNE, 1965, p. 87). Tem-se que a chamada primeira fase urbanística da cidade perpassa períodos de dominação etrusca (524-474 a.C), grega (474-424 a.C.) e samnita (424-89 a.C.). Paul Zanker identifica três momentos de transformação na cidade: a primeira a partir do século II a.C, quando a cidade samnita é fortemente influenciada pela cultura helenística; o segundo após a fundação da *Colonia Cornelia Veneria Pompeianorum*, isto é, após a fundação da colônia romana, em 80 a.C; e um terceiro momento sob o Império.

Com o crescimento, Pompeia ganhou novos edifícios públicos, a maioria deles datando da época romana. Os principais se localizam em torno do Foro, nas redondezas do Foro Triangular e no setor sudeste da cidade, caracterizada como uma área voltada ao lazer e entretenimento.



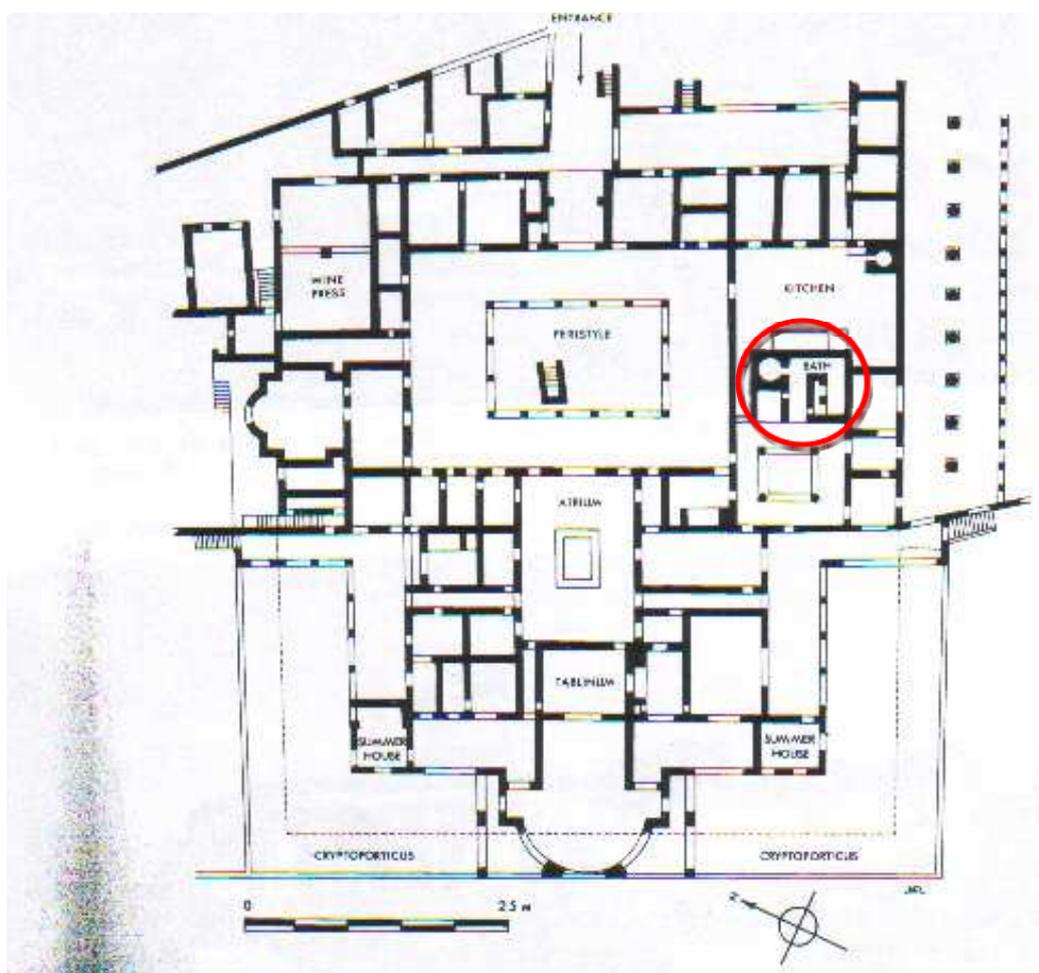
Plano de Pompéia em 79 d.C. - The Department of Classical and Near Eastern Studies and The University of Minnesota

Retirada de: MAIURI, A. <http://cnes.da.umn.edu/courses/archaeology/Pompeii/PompeiiStart.html>

Acesso em: 16/09/2009

O novo conceito de luxo que a elite pompeiana incorporou do mundo helenístico manifesta-se nas residências monumentais e opulentas, que cada vez mais valorizavam a construção do banho, um espaço voltado à higiene, ao prazer e ao *otium*. Surge, portanto, o *balneum*², isto é, o banho privado, um espaço simples estruturado apenas para os banhos. Do espaço privado, os recintos para o banho quente migraram para o espaço público, e lá se consolidaram.

² “[...] the feminine plural *balneae* denoting the public, as opposed to the neutral *balneum*, or private, bath.” In: CARCOPIANO, J. *Daily life in Ancient Rome : the people and the city at the height of the Empire*. Londres : Penguin Books, 1956, p. 277.

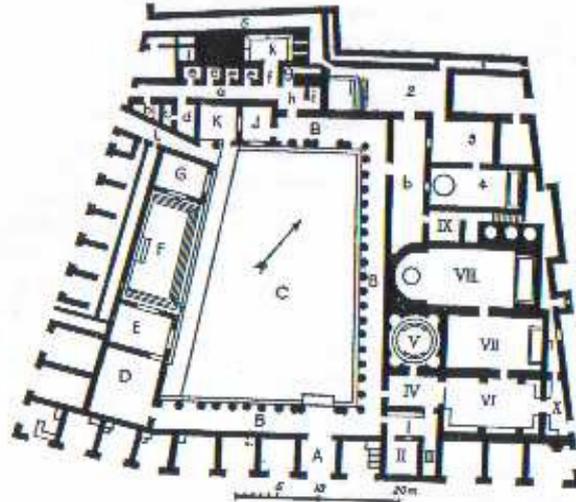


Villa dei Misteri, Pompeia. – Villa romana com banhos privados

Em vermelho, a localização dos banhos

Retirada de: MAIURI, A. Pompei. I nuovi scavi. La villa dei misteri l'antiquarium. Roma, Libreria dello Stato, 1962.

As Termas de Stabia têm sua construção datada do século II a.C. , mas com ocupações sucessivas remetendo ao século V. O esquema apresentado por Eschebach traça origens e influências gregas aos banhos do local, e é adotado por boa parte dos autores, como Paul Zanker e John Carter. Hoje se sugere uma maior cautela ao se remeter as origens das Termas de Stabia a modelos gregos.



Termas de Stábia, 62 d.C.
Retirada de: ÉTIENNE, Robert.
A vida quotidiana em Pompéia.
Lisboa, Livros do Brasil, 1965;

Fig. 17 — Planta das termas de Estábias (em MAU-KELSEY, fig. 81, p. 184)

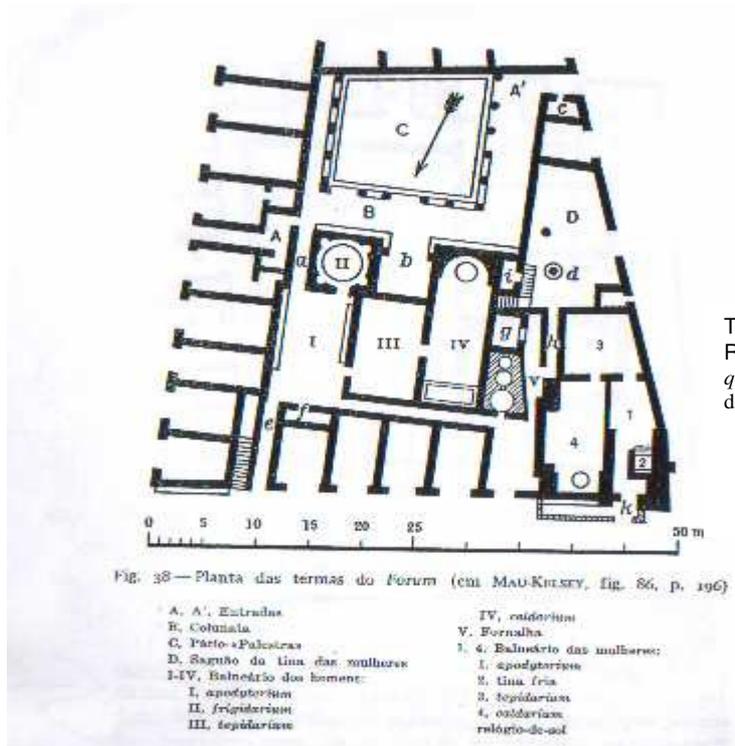
- | | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| A. Entrada principal | VII. tepidarium |
| B. Colunata | VIII. caldarium |
| C. Palaestra | IX. Fornalha |
| E. Piscina | 1. G. Banheirão das mulheres: |
| I-VIII. Banheirão dos homens: | 1. b: entrada |
| IV. antecâmara | 2: apodyterium |
| V. frigidarium | 3: tepidarium |
| VI. apodyterium | 4: caldarium |

A localização das termas na zona do Foro Triangular reafirma a condição do local como centro de lazer e cultura de Pompeia. Posicionando-se a norte dos principais edifícios do Foro Triangular, os banhos estão no ponto de entroncamento de duas das mais movimentadas vias da cidade: a Via de Stabia e a Via dell'Abbondanza. Além disso, o edifício também tinha entrada pela rua do Lupanar, que era tida como a área mais popular de Pompeia, onde se localizavam habitações baratas e prostíbulos. Dessa forma, as Termas de Stabia se encontram no epicentro da circulação cotidiana de pessoas da cidade; e em proximidade com todas as categorias sociais, dado que tanto o bairro mais popular, como importantes espaços culturais e grandes vias arteriais estavam nos arredores.

O setor mais antigo é o norte, onde se encontravam estâncias para banhos privados e uma grande latrina. O modelo de banhos nele encontrado é o mais rústico: acanhado, mal iluminado, e com celas individuais, tendo sido projetado para prover higiene. Nichos encontrados na ala podem sugerir a existência de banhos de bacia aquecidos (FAGAN, 2001, pp. 403-426), análogos aos banhos gregos. Vizinhos estão a *palaestra* com pórtico colunado, a *natatio* e instalações de serviço. Tanto o *districtarium* (onde os atletas se untavam), como o *laconicum* (uma estufa seca), só foram instalados em Stabia após a construção das Termas do Foro, que apresentavam

tais espaços (atendendo às novas demandas). A combinação da *palestra* com a *natatio* viera a atender às novas demandas de higiene e cuidado com o corpo do período romano da cidade, quando a associação entre exercício e banho tinha por excelência preparar o corpo para o melhor proveito dos prazeres do banho. Dessa forma, a *palaestra* vinha como complemento dos banhos, diferentemente do ocorrido no mundo grego. Pesquisas recentes apontam a origem da *palaestra* local para o século IV (SEAR, 1998, p. 112). Os banhos flanqueando a *palestra* foram construídos no século II a.C, contendo todas as características do que seriam os banhos romanos. Luxuosos, foram equipados com o *hypocaustum*, mais eficaz que as antigas braseiras (encontradas nos banhos gregos e nos campanos anteriores), e com as *suspensurae*, que conduziam o calor do *praefurnium* às salas.

Passando-se às Termas do Foro, um novo modelo arquitetônico é encontrado. O balneário em questão fora construído a fim de atender às novas demandas que a instalação da *Colonia Cornelia Veneria Pompeianorum*, em 80 a.C., exigia, como aponta Paul Zanker. A chegada dos colonos romanos e a nova situação encontrada pelos locais frente à chegada de um novo contingente populacional com costumes diferentes acarretaram decerto importantes transformações. Construídas ao lado do Foro, visavam à diminuição das distâncias que os habitantes das regiões VI e VII (ambas de elevada densidade populacional) tinham de percorrer para utilizar as Termas de Stabia. Ao se identificar o setor norte de Pompeia como reduto importante dos colonos romanos e da elite pró-romana (ZANKER, 2001, p. 68), a posição geográfica das Termas do Foro justifica-se para satisfazer as novas demandas desses homens. Mesmo já tendo encontrado grande parte dos edifícios importantes erigidos, os novos colonos não demoraram a transformar a cidade e a adequá-la a seus gostos e costumes. Nesse contexto, o Foro assumiu nova condição, recebendo muitos dos novos edifícios.



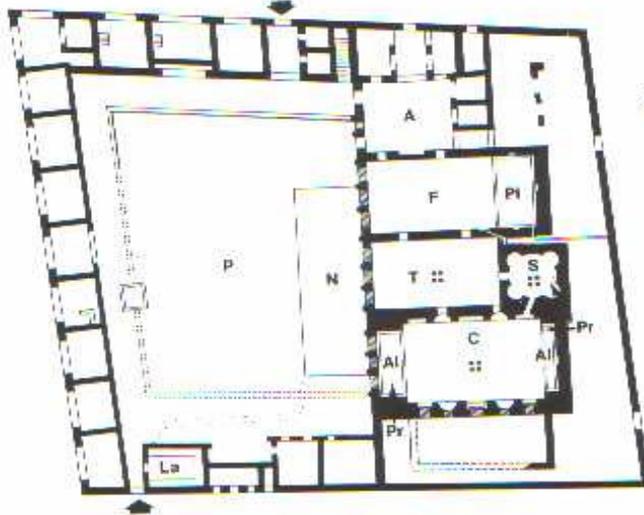
Terms do Foro, 62 d.C.
Retirada de: ÉTIENNE, Robert. *A vida quotidiana em Pompéia*. Lisboa, Livros do Brasil, 1965;

À semelhança de Stabia, as Termas do Foro apresentavam *apodyterium*, *tepidarium*, *caldarium* e *frigidarium* circular, tanto na ala masculina como na feminina.

O espaço destinado à *palaestra* das Termas do Foro serve de importante ponto de comparação entre os modelos de balneários públicos e sua evolução com o tempo. Ao se comparar o espaço diminuto destinado à *palaestra* no Foro – claramente utilizada apenas como acessório dos banhos – com a *palaestra* encontrada em Stabia tem-se um vislumbre do que essa estrutura significava para os pompeianos antes e depois da efetiva chegada romana. Para as populações oscas, a exemplo dos gregos, o esporte seria uma atividade gratuita, como mostra Robert Étienne. Em contraposição, os romanos o entendiam como uma preparação para o banho (ÉTIENNE, 1965, p. 388). Enquanto as Termas de Stabia tiveram sua construção orientada em torno da *palaestra*, os banhos do Foro foram construídos a fim de atender apenas às demandas por banhos.

Por fim, as Termas Centrais. Segundo Robert Étienne, mesmo incompletas em 79 d.C., elas marcam “uma ruptura e anunciam uma nova era da arquitetura termal. Trata-se do maior edifício público construído depois de 62” [data do grande sismo que danificou boa parte da cidade]. A implantação do novo modelo imperial de termas trouxe inovações: a iluminação abundante contrastava com a antiga preferência pela obscuridade, revelando as mudanças sofridas nas demandas, gostos e necessidades ao longo do tempo; a distinta e opulenta arquitetura como resultados de uma nova relação

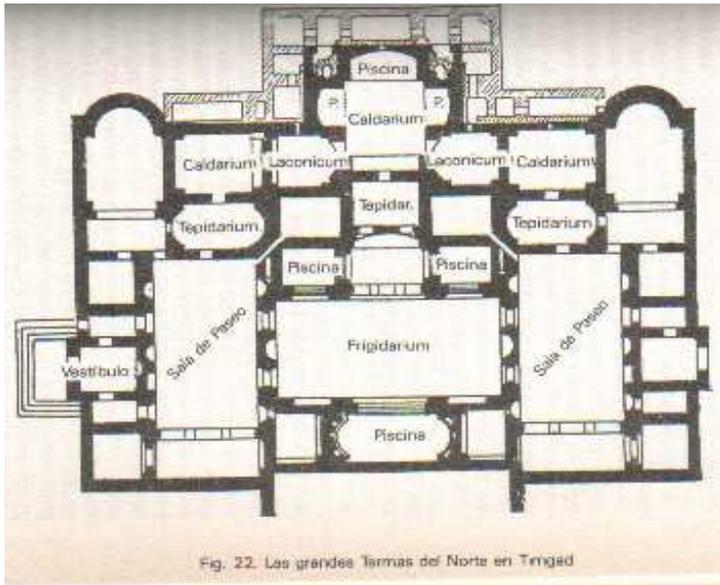
que os romanos passaram a ter com os banhos a partir de Augusto; a supressão da separação entre balneário masculino e feminino; e as próprias salas de banhos. Diferentemente do modelo encontrado nos edifícios precedentes em Pompeia, havia apenas três salas com a distintiva ausência do *frigidarium* – substituído por um inovador *laconicum*. A sequência tradicional das salas foi mantida.



Termas Centrais, 79 d.C.
Retirada de: ZANKER, Paul. *Pompeii*.
Cambridge, Massachussetts, Harvard
University, 1998;

Figure 79 Plan of the central baths, as they were built following the earthquake. The architect based his plan on models from Rome, using windows high up the walls and marble columns. His result suggests that the town had no interest in cost-cutting here.

Como aponta Paul Zanker, é característica importante da época flaviana a crescente preocupação com o aproveitar a vida – em oposição à época moralista de Augusta. Como efeito, o luxo privado, as grandes termas e a arena foram tiveram grande espaço durante o período flaviano (ZANKER, 2001, p. 131). As Termas Centrais são exemplo da arquitetura monumental, do luxo e da supervalorização do espaço do prazer – e podiam ser, segundo Maiuri, os locais mais elegantes e freqüentados da cidade. Houve, pois, uma abertura da sociedade pompeiana às transformações ocorridas fora de seus muros, com o aporte deste novo modelo de balneário. Novas demandas exigiam novas transformações no modelo vigente de banhos.



Termas do Norte, termas Imperiais de Timgad.

Retirada de: GRIMAL, Pierre. Las ciudades romanas. Barcelona, Oikos-Tau, 1991, p. 85.

Bibliografia

DAREMBERG, Charles. *Dictionnaire des antiquites grecques et romaines d'apres textes et les monuments*. Paris : Hachette, 1877.

CARCOPINO, J. *Daily life in ancient rome : the people and the city at the height of the empire*. London : Penguin Books, 1956.

DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman Baths and Bathing. The Journal of Roman Archaeology. Supplementary series number 37*. Portsmouth, Rhode Island: JRA, 1992.

ÉTIENNE, Robert. *A vida quotidiana em Pompeia*, Lisboa, Livros do Brasil, 1965.

FAGAN, Garrett G. *The Genesis of the Roman Bath*. In: *American journal of archaeology*, 2001, vol. 105, no3.

GINOUVÈS, René. *Balaneutikè; recherches sur le bain dans l'antiquité grecque*. Paris, De Boccard, 1962.

GRIMAL, Pierre. *Las ciudades romanas*. Barcelona, Oikos-Tau, 1991.

HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture: unity, diversity and empire*. London, Routledge, 2005.

MAIURI, Amedeo. *Pompei. I nuovi scavi. La villa dei misteri l'antiquarium*. Roma, Libreria dello Stato, 1962;

MAU, August. *Pompei: It's life and art*. New York, Macmillan, 1904;

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PESANDO, Fabrizio; GUIDOBALDI, M. P. *Pompei, Oplontis, Ercolano, Stabiae*. Roma, Editori Laterza, 2006.

RICHARDSON, L. *Pompeii: an architectural history*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1988.

SEAR, Frank. *Roman architecture*. London : Routledge, 1998.

VEYNE, Paul. “O Império romano”. In: ARIES, P., dir; DUBY, G., dir; *História da vida privada: v1, Do Império Romano ao ano mil* / [org] VEYNE, Paul. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

YEGÜL, F.K. *The Small City Bath in Classical Antiquity and a Reconstruction Study of Lucian's 'Baths of Hippias*. In: *Archeologia Classica*, No 31, Roma, L'Erma di Bretschneider, 1979.

ZANKER, Paul. *Pompeii : public and private life* . London : Harvard, 2001.

ORDEM, INTEGRAÇÃO E FRONTEIRAS NO IMPÉRIO ROMANO. UM ENSAIO

Noberto Luiz Guarinello¹

O objetivo deste ensaio é duplo: em primeiro lugar, discutir algumas das tendências mais recentes para se pensar e interpretar o Império Romano e, em segundo lugar, propor um certo ângulo de visão que pretende contribuir para uma compreensão mais atualizada do que foi o Império Romano na longa duração e que posição podemos atribuir-lhe sob o pano de fundo de uma História global. Os conceitos gerais que ordenam essa tentativa de revisão são os de ordem, integração e fronteira.

Já é praticamente consenso, entre os historiadores, que a história do Império Romano, assim como toda a chamada História Antiga, com suas divisões clássicas entre Oriente Próximo, Grécia e Roma, é uma construção do pensamento europeu, sobretudo do século XIX. Sua pretensão à universalidade, como a História Universal, ou mesmo como a História da civilização ocidental, esvaíram-se na produção acadêmica das últimas décadas. Ao mesmo tempo, os conceitos que estavam por trás da criação dessas ‘histórias’, como nação, povo, raça, civilização, são evidentes projeções anacrônicas de um presente que não é mais o nosso. A História do Império Romano é uma história particular e seu interesse deve ser buscado, precisamente, em sua particularidade, e não na suposta contribuição para a construção de um futuro que, para os próprios habitantes do Império, obviamente ainda não existia.

¹ Departamento de História/Universidade de São Paulo.

A narrativa histórica sobre o Império Romano sempre apresentou problemas para a historiografia. Por muitos anos, houve a forte tendência de focalizar a narrativa, e a explicação dos fatos e das realidades do Império, a partir de seu centro inicial: a cidade de Roma. Disso resultaram dois procedimentos paralelos, que hoje não mais se sustentam. O primeiro, cuja origem remonta a Mommsen, de observar a história do Império pelo ângulo constitucional, como se o Império Romano representasse apenas um rearranjo das formas de poder típicas da cidade-estado Roma. O segundo, que seguia de perto a própria historiografia da Antiguidade, constituía-se em narrar a história do Império através de seus imperadores, como uma sequência de biografias e governos, muitas vezes centrada, excessivamente, na personalidade individual de sucessivos governantes. Quanto às regiões ‘conquistadas’, estas permaneciam à margem da história efetiva, como meros sujeitos/súditos cuja única opção era integrar-se ao império, fosse adotando os hábitos de uma civilização superior, ou seja, romanizando-se (como em Havelock), seja integrando-se pela via do comércio à dinâmica da burguesia italiana (como em Rostovtzeff).

Essa perspectiva romano-centrista, no sentido de centrar-se em Roma, começou a sofrer profundas alterações após a década de 1960 e podemos atribuí-la, em um primeiro momento, ao processo de descolonização da África e da Ásia e à perda da centralidade da Europa em termos mundiais. Diferentes trabalhos dedicaram-se à crítica da ‘romanização’ como processo pacífico e ressaltaram as resistências enfrentadas pelo Império contra diferentes populações. Dessa crítica, resultou uma maior atenção para as realidades locais e a necessidade, até então pouco explorada, de explicar o próprio fato da manutenção e permanência do Império por longos séculos. A ênfase da bibliografia deslocou-se, assim, do problema da queda do Império, que havia assombrado gerações desde Gibbon, para o do mistério de sua sobrevivência.

Três desenvolvimentos notáveis podem ser notados nas últimas décadas. O primeiro deles, que teve grande repercussão em termos teóricos, foi a fusão das histórias da Grécia e de Roma num único campo: o mundo greco-romano. Mesmo que a ideia já se encontrasse embrionariamente em autores do século XIX, como Fustel de Coulanges e Jacob Burckardt, foi Moses Finley que a colocou em primeiro plano em suas tentativas de construir conceitos específicos para entender o ‘mundo antigo’. Foi também Finley, em *Ancient Economy*, que definiu a abrangência do termo: o Mediterrâneo e as cidades, traçando as fronteiras do complexo greco-romano por meio daquelas que viriam a constituir o Império. A obra de Finley representou um marco em diversos sentidos: tornou obrigatório o uso de conceitos explícitos e mais refinados no estudo desse mundo antigo e construiu um espaço de comunicação entre os que viam o Império como fator benéfico de aculturação e os que acentuavam seu caráter de dominação e exploração. Não por acaso, ao longo dos anos 1980, os principais adversários e interlocutores de Finley encontravam-se no campo marxista. Embora esta disputa tenha se expressado, na época, como um embate entre modernistas e primitivistas, algo que hoje perdeu muito de seu sentido, revista 30 anos depois, parece mais claramente ligada à possibilidade, ou não, de formas de desenvolvimento econômico e social fora das relações capitalistas.

Em segundo lugar, o panorama historiográfico mudou radicalmente nos anos 1990, de uma maneira muito enriquecedora. A antiga preocupação com os conflitos políticos, com a economia, com as lutas entre exploradores e explorados foi absorvida e mesmo substituída por uma nova e profunda ênfase na dimensão cultural das sociedades humanas. Não se tratou de uma mudança apenas no âmbito da História Antiga, obviamente, mas teve nela efeitos cruciais. É difícil definir um pano de fundo histórico para essa mudança de paradigma sem parecer superficial. Mesmo assim, é possível apontar algumas

transformações importantes que afetaram a produção historiográfica como um todo. A queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética tiveram um impacto mais que considerável sobre a produção marxista e, em geral, sobre os que defendiam alternativas a uma ordem mundial unipolar. Os anos 1990 foram também os anos em que as noções de globalização, de integração mundial sem fronteiras, de crise dos estados nacionais passaram mais intensamente a fazer parte do debate científico.

Esse impacto pode ser sentido mais diretamente na importância crescente que adquiriu, nos estudos sobre o mundo antigo, a noção de *identidade*. Tomando de empréstimo conceitos desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais, as identidades passaram a ser encaradas como construções sociais, como processos de inclusão e exclusão e como o foco principal da descrição de grupos e dos modos de sua ação no mundo antigo. Desse modo, desfizeram-se nos últimos anos as noções de uma identidade grega, ou mesmo romana, como entidades fixas, ressaltando sua instabilidade ao longo do tempo, seus processos de criação e mudança, sua eficácia social. Aplicada ao Império Romano, as teorias da identidade desconstruíram a ideia de uma identidade romana imutável, imposta às províncias, a qual se deveria aceitar ou rejeitar em bloco. O Império passou a ser visto como um jogo de múltiplas identidades em diálogo, como um sistema de comunicação comum: no Oriente, através do reforço e da valorização de uma nova identidade grega, centrada na língua e na cultura escrita, que permitia às elites urbanizadas assumirem seu papel no Império; no Ocidente, através de um processo de fusão de identidades, variadamente visto não mais como aculturação imposta, mas como hibridização ou creolização cultural, com tempos diferentes em espaços distintos, e tendo como motor principal não mais a força bruta do conquistador, mas as cidades. A imagem hoje predominante é a de um Império multicultural, tolerante, integrado, centrado no

Mediterrâneo, mas se estendendo pela Europa central e pelas terras interiores por meio de um lento processo de integração cultural.

Em terceiro lugar, o Mediterrâneo, por sua vez, tornou-se o palco central dos estudos sobre o mundo antigo e sobre o Império Romano, sobretudo a partir da publicação de *The Corrupting Sea*, de Nicholas Purcell e Peregrine Horden. Embora partindo de premissas completamente distintas daquelas do campo identitário, os estudos recentes sobre o Mediterrâneo também refletem a influência de certas visões sobre a globalização em voga na virada do milênio. A partir de uma visão uniforme sobre as características físicas e ecológicas do Mediterrâneo, Purcell e Horden centram seus estudos na conectividade, na necessidade e na potencialidade que o Mediterrâneo oferece para a interconexão entre grupos humanos. Uma história do mundo antigo vista pelo ângulo da história do Mediterrâneo é um processo contínuo de intensificação de intercâmbios entre localidades, que criam redes globais, mas que permanecem locais. O Mediterrâneo é visto, assim, como uma junção de localidades, diferenciadas apenas pelo adensamento populacional e pela quantidade maior ou menor de fluxos que gera de ou para si, um espaço livre para a comunicação, como se supunha ser a internet. Nos últimos anos, essa perspectiva tem sido intensamente debatida e criticada, mas seu impacto sobre os estudos da Antiguidade e do Império Romano, em particular, não podem ser minimizados.

É inegável que a chamada História Antiga e a História do Império Romano enriqueceram-se enormemente nas últimas duas décadas e que a introdução de conceitos novos, como identidade, comunicação, fluxos e, em geral, de todas as teorias derivadas da *cultural turn* dos anos 1960 atuaram no sentido de renovar enormemente a disciplina. É a partir dessa renovação, portanto, que se pode tentar pensar em seus limites e apontar caminhos para ir além. Muito das influências dos estudos culturais e daqueles sobre

identidade derivou das formas que assumiram os conflitos sociais nos países ditos centrais à atual ordem mundial. Embates identitários, multiculturalismo, interconectividade têm muito a ver com os desenvolvimentos ocorridos na Europa e nos EUA, com suas necessidades internas de integração, com o aparente arrefecimento de conflitos sociais clássicos e da política como espaço de sua resolução. Muito recentemente, no entanto, a chamada globalização, que parecia um processo inevitável e sem conflitos, parece ter encontrado, ao menos momentaneamente, fronteiras insuspeitadas: políticas, econômicas, culturais e sociais. Da perspectiva do Extremo Ocidente, na qual nos colocamos como brasileiros, a ideia mesma de uma nova ordem mundial sem conflitos e a redução dos enfrentamentos sociais a disputas por espaços de identidade própria nunca pareceu confortável.

É possível, assim, tentar repensar o Império Romano em outros termos, através das fissuras dos paradigmas dominantes. Em primeiro lugar, o Império Romano nunca foi um palco para o embate de identidades múltiplas ou, dito em outros termos, o Império não foi o resultado de embates identitários, nem sua história se explica pelo conflito ou acomodação de identidades. O conceito de identidades, tal como desenvolvido nas Ciências Sociais, não parece dar conta, de modo suficiente, das ações sociais coletivas, seja no tempo ou no espaço. O próprio conceito implica na criação de fronteiras, cujo conteúdo nunca é explicitado, que podem ser alargadas ou diminuídas praticamente ao acaso, até resumirem-se ao indivíduo, ou mais ainda, às várias identidades dentro de um mesmo indivíduo. Não que as identidades sejam irrelevantes, mas fazem parte de um jogo social mais amplo, do qual não dão conta sozinhas.

Por outro lado, a mediterraneização da História Antiga retira, precisamente, a história do Mediterrâneo. Como dar conta da chamada conectividade e de seus fluxos sem pensar no modo como fronteiras políticas e culturais determinaram, na ordem do tempo, o sentido

e a intensidade desses fluxos? Como pensar o processo de integração do Mediterrâneo sem se preocupar com a quantidade de violência, destruição e recriação de fronteiras, que foram o pressuposto do processo de integração dos locais às suas margens. Nos termos específicos do Império Romano, por outro lado, a fixação no Mediterrâneo é reconhecidamente insuficiente. O Mediterrâneo, e voltaremos a este ponto, é apenas o lugar onde várias terras, com diferentes profundidades, em tempos distintos, se encontram. Por fim, para retomar a proposta de Finley, seguida pela maioria dos autores contemporâneos, como reduzir a ordem imperial à ordem das cidades, se o Império Romano era majoritariamente um mundo rural e extremamente diversificado? Embora as fronteiras políades e municipais funcionassem como locais principais de apoio do poder, o Império Romano ia muito além do mundo das cidades, cada qual isolada e diretamente ligada a Roma.

O que chamamos Império Romano pode ser visto como um momento, um longo momento, num processo mais vasto de integração de sociedades humanas no tempo e no espaço. Por isso, refletir sobre ele é útil para pensarmos o presente, não tanto buscando analogias, mas perguntas e diferenças. Vista na longa duração, o Império Romano é uma ordem que se institui no tempo, não pelo desaparecimento das ordens anteriores, mas por sua reconfiguração numa nova ordem que, por sua vez, também se altera com o tempo. Para entender essa afirmação, é necessária uma pequena digressão sobre o que se entende aqui por ordem. Ordem não é aqui um comando, uma força aplicada pontualmente, mas uma ordenação da vida, que se dá e se reproduz no tempo. Não há um ponto zero, uma hora certa para o surgimento da ordem. Ela é o resultado, a cada momento, do somatório de todos os atos passados, ela é um acúmulo, um trabalho morto corporificado, que aparece aos viventes como parte natural e necessária da vida, mesmo que insatisfatória. A ordem, boa ou má, segundo quem a vê, impõe-se porque gera previsibilidade, porque define

expectativas e porque confere posições aos membros da ordem, define-lhes o espaço de sua ação individual ou coletiva, suas trajetórias possíveis, seus projetos. Compõem a ordem todas as dimensões da realidade que não são efêmeras: as estruturas materiais, as instituições, as crenças, as relações estabelecidas, a tecnologia, o conhecimento, as práticas cotidianas: são as fronteiras cotidianas da ação social. O que se define assim por ordem é um espaço de consenso assumido, de cooperação, mesmo em um ambiente altamente competitivo ou conflitivo. Contudo, apesar de se prolongar no tempo, e de existir precisamente pelo acúmulo de ações no tempo, a ordem sempre existe num espaço determinado. A ordem tem também fronteiras externas, tanto quanto internas.

O conceito de fronteira tem ocupado, recentemente, a atenção de numerosas disciplinas nas Ciências Sociais, deslocando-se, de seu sentido óbvio e moderno de linha de separação entre Estados, para um campo metafórico mais amplo, que tenta dar conta de um grande número de processos sociais. Fronteira, com efeito, tem sua origem etimológica na palavra francesa *front* (derivada de cabeça) e que designava, no século XV, o espaço vazio entre dois exércitos antes da batalha. Um obstáculo, portanto, mas também um lugar de passagem, um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor dos grupos em ação. O campo semântico associado à fronteira é imenso, o que permite uma tipologia e um refinamento do conceito para casos específicos: de barreira intransponível a obstáculo, ponto de passagem, margem, franja. É no jogo de negociações ao longo dessas fronteiras que a ordem se reproduz e se altera.

Definido deste modo, no entanto, o conceito de fronteira corre o mesmo risco de diluição que o conceito de identidade. O próprio conceito de fronteira precisa, antes de tudo, de uma fronteira. Várias tipologias são possíveis. Aqui me centrarei numa espécie de hierarquia abstrata, pois me parece mais operativa para nosso objeto de estudo: a ordem

romana como parte de um processo de integração. Assim, em termos muito gerais, a primeira fronteira é a própria natureza, que deve ser dominada e apropriada para que uma comunidade humana (nossa segunda fronteira) possa sobreviver e reproduzir-se acumulando, a cada dia, trabalho morto (nossa terceira fronteira). A junção dessas fronteiras parciais é a fronteira do poder, em seu sentido mais amplo, poder de ocupar um território, capacidade de agir sobre os homens e a natureza e de organizar a ação coletiva. Esse poder, em cada comunidade, regula a cooperação e a competição interna, estabelecendo-se a partir de fronteiras internas, que diferenciam os membros da comunidade: as famílias, os sexos, os grupos de idade, os proprietários, os trabalhadores, os que têm autoridade, os que não a têm, e assim por diante. Neste sentido, a ordem é a comunidade e a comunidade reproduz e modifica a ordem (ou seja, a si mesma) através da negociação de suas fronteiras. Cada comunidade representa, assim, uma fronteira política, econômica, social e cultural, um esquema interno de comunicação, classificação, propriedade e exploração. É com esta fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integra, ou não.

Por fim, as fronteiras de uma comunidade são definidas externamente, são as fronteiras que a separam dos outros. Podem ser apenas fronteiras de isolamento, de autossuficiência, mas em todo processo de integração são, na verdade, fronteiras de negociação, de cooperação e de conflito, que abrem percursos, canais, corredores e trajetos. As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens. Interesses comuns são facilitadores de trocas, são pontos de passagem, como podem ser também uma língua comum, hábitos semelhantes, memórias compartilhadas que se reforçam com o tempo. Interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, de violência, de dominação, de

destruição. A guerra é talvez um caso limite, embora tenha se tornado endêmica em alguns momentos do nosso mundo antigo. A fronteira também é, antes de tudo, um espaço de negociação de fronteiras.

Como foi dito acima, o Império Romano é parte e resultado de um amplo e longo processo de integração, de acúmulo de trabalho humano. Como entendê-lo no tempo e no espaço? Qualquer recorte geográfico e temporal que se proponha será necessariamente arbitrário. A arbitrariedade, no entanto, não é necessariamente negativa, desde que seja explícita. É apenas a proposição de um foco que se julga relevante. Mesmo que o Império Romano não tenha sido, necessariamente, um império mediterrânico, é evidente que o *mare nostrum* ocupava uma posição central na sua configuração, na articulação do que chamarei de terras mediterrânicas, ou seja, aquelas terras para as quais, em diferentes períodos, o mar interno foi um dos facilitadores da integração. Um mar mediterrâneo é, ao mesmo tempo, um obstáculo e uma via de integração. É uma clara fronteira, cuja superação depende da vontade das comunidades à sua margem e do desenvolvimento progressivo da tecnologia para superá-lo, atravessá-lo, obter informações sobre seus contornos, contatos, portos, abrigos. A partir de um certo acúmulo, o mar se torna meio de integração, pela velocidade que proporciona aos percursos e, sobretudo, por que expõe, às várias comunidades, uma ampla gama de diferenças culturais, sociais, naturais. Uma das características fundamentais de um espaço mediterrânico é a possibilidade que oferece, ao contrário das massas continentais, de unir a facilidade de contatos à manutenção das ordens locais. Se tomarmos, arbitrariamente, o século IX a.C. como ponto de partida, três fenômenos interligados parecem ocorrer nesse mundo: 1) a abertura progressiva do mar para o comércio, a colonização, a pirataria, provavelmente estimulada pela difusão do uso do ferro; 2) o progressivo fechamento de territórios agrícolas em comunidades políticas guerreiras, as

futuras cidades-estado. 3) a progressiva unificação política das terras a oriente do Mediterrâneo, primeiramente pelo Império Assírio, depois pelo Persa, que impulsiona diretamente o processo de integração das margens do mar. As novas fronteiras geram, a longo prazo, prosperidade e guerra. Guerra interna pelo acesso à terra, guerras externas pelo controle do mar, pela expansão das terras agrícolas, contra os montanhesees que atacam as planícies, contra invasores de fora, como os celtas, contra os ricos impérios no oriente do Mediterrâneo. Do século V a.C. ao I a.C., o processo de integração não se interrompe: mais informações se difundem, as trocas comerciais se intensificam, modelos semelhantes de sociedade e de visões de mundo se espalham e as fronteiras do poder se abrem para territórios cada vez mais amplos, ao mesmo tempo em que as terras mediterrânicas mantêm sua rica diversidade. É nesse contexto de guerra endêmica, interna e externa, dentro e fora da ordem e entre ordens distintas, que a aliança de cidades da Itália conquista, pouco a pouco, a hegemonia sobre as terras mediterrânicas e impõe uma nova ordem, calcada na paz interna, uma ordem que se sobrepõe às ordens antigas, sem anulá-las, mas que as altera fundamentalmente. A ordem imperial, criada pela violência, reconfigura as ordens anteriores para englobá-las num todo diferente, cujo centro é, durante certo tempo, Roma. A criação de uma ordem imperial romana é um processo progressivo, que pressupõe toda a história anterior, e que leva a um novo patamar de integração, reconstruindo e ordenando suas fronteiras internas. Aqui reside uma questão central da historiografia romana: o que representou a nova ordem romana? Para muitos historiadores, a unificação propiciada pelo Império foi apenas a imposição de um único poder, com base militar, sobre um mundo que continuou a viver como antes. A ordem romana seria, assim, apenas uma superestrutura de poder, quase sem reflexos sobre as ordens locais, que continuaram sua vida de sempre, só que agora submetidas a um novo poder unificado.

A integração da esfera do poder e da autoridade sobre um vasto território não pode ser minimizada. Por um lado, rompeu antigas fronteiras, sociais e espaciais, estabelecendo um espaço comum, um novo além-fronteiras, um novo mundo bárbaro. Por outro lado, reconfigurou as fronteiras internas, transformando a ordem da vida, senão em toda a extensão do Império, ao menos em boa parte dele. O poder local passou a depender do poder central e a ordem da vida se articulou à ordem central, os conflitos locais viraram rebeliões contra a ordem. Num processo a longo prazo e cumulativo, a ordem política romana instituiu uma nova comunidade da ordem vivida. As fronteiras políticas e sociais das diferentes regiões do Império foram progressivamente uniformizadas e a estabilidade do Império propiciou um trânsito de bens, informações, pessoas e técnicas sem precedentes.

A integração propiciada pela paz do Império é claramente visível na documentação sobrevivente, tanto material como escrita. As trocas de bens e informações, a movimentação de pessoas e ideias, intensificaram-se de modo extraordinário. Nesse sentido, a unificação política representou um salto quantitativo e qualitativo de grandes proporções no processo de integração entre as terras sob seu domínio. O Império abriu as fronteiras políticas, aproximou as comunidades locais no espaço e no tempo da comunicação. Mas o poder imperial não foi um ente passivo nesse processo de contínua integração. A unificação propiciada pelo Império não significou apenas a ruptura de antigas fronteiras políticas e culturais, nem foi um mero facilitador de caminhos, embora esse resultado pareça inegável. A ordem imperial consolidou-se, ao longo do tempo, construindo novas fronteiras, dando nova rigidez a antigas divisões – como na separação entre Alexandria e os egípcios –, ao mesmo tempo em que permitia maior fluidez a outras – como na passagem da escravidão à liberdade com a generalização do estatuto dos libertos. A base da unificação das terras mediterrâneas foi, obviamente, uma nova configuração do

poder e da autoridade, centrada em Roma, na *res publica*, em suas instituições, e, sobretudo, na existência de um imperador, de onde fluía toda a autoridade. A partir do centro, todas as fronteiras internas foram reformadas: o poder militar separou-se do civil e o exército tornou-se um corpo à parte, ou corpos à parte, dentro do Império, dependentes diretamente do imperador. Tornaram-se, ao mesmo tempo, um meio de dominação, em última instância, e um caminho aberto para a ascensão social e para a integração. As fronteiras físicas do Império tornaram-se franjas, zonas limítrofes, que marcavam os limites da ordem impenável, mas não o das trocas.

Mas as sociedades no interior do Império também foram, progressivamente, redefinidas em suas fronteiras sociais, desde o centro até, pelo menos, os níveis mais locais de cada cidade. Os mecanismos de atuação da autoridade, por sua vez, foram articulados por limites, ao mesmo tempo, fixos e móveis. A definição rígida das ordens (senatorial, equestre, decurial), no centro e nas cidades, reestruturou as elites em sua relação com a autoridade imperial e o serviço do Império. O Império propiciou a criação, ao longo do tempo, de uma ordem racional, burocrática, previsível. Mas a fronteira da racionalidade nunca extinguiu a imprevisibilidade do exercício do poder, que permaneceu, em larga medida, pessoal, fluida e negociável: dependente do *status*, da riqueza, das redes de relações de patronato e amizade, do poder discricionário de governadores, de soldados e das elites locais. No bojo da integração política, a unidade imperial favoreceu a integração e a hierarquização das elites locais conduzindo, progressivamente, à formação de uma elite imperial, com códigos sociais, culturais e de conduta cada vez mais homogêneos.

No interior das cidades do Império, criadas ou conquistadas, a nova ordem do poder teve várias consequências. As alianças entre cidades foram proibidas e transformadas em alianças com o imperador, ao mesmo tempo em que foram reunidas, arbitrariamente, em

novas unidades de governo e tributação, as províncias. A hierarquia passou a depender, diretamente, da vontade imperial: metrópoles, assentos do governador, regiões de estacionamento de legiões, etc. Recenseamentos, colônias, novos municípios, instalações de veteranos permitiram uma presença e um controle das regiões sob a ordem romana.

A fronteira mais importante, talvez, gerada pelo Império no interior das póleis e dos municípios, foi a que passou a aprofundar a separação entre ricos e pobres no exercício do poder. Nas póleis e *municipia*, a distinção entre elites e governados foi demarcada por novas fronteiras: só os ricos e os amigos de Roma governavam, só eram admitidas oligarquias. As áreas rurais ou foram atribuídas, progressivamente, ao mundo das cidades, como dependentes destas, ou, como no caso do Egito, foram controladas diretamente pelo imperador. A tributação unificou todos os súditos, assim como os recenseamentos alteraram as formas de propriedade e controle da terra reforçando, em boa parte do Império, a existência da propriedade privada, em oposição a diversificadas formas de propriedade comunal ou estatal. Além disso, a unificação dos territórios do Império abriu caminhos sem precedentes para a acumulação de riquezas privadas. Hiper-ricos possuíam propriedades em várias províncias do Império, os muito ricos atravessavam as fronteiras do território citadino, ricos dominavam cidades. Não havia limites para o enriquecimento, mas aos ricos das cidades cumpria manter a paz local, fosse pelo evergetismo, fosse pela garantia da justiça e do abastecimento.

Uma delimitação cultural reforçou a elitização da ordem romana por meio de duas fronteiras, a linguística e a identitária: a grega e a latina, línguas de cultura e de integração. O ensino das normas cultas tornou-se, ao mesmo tempo, uma barreira social e um caminho de ascensão, como nos mostram autores tão diferentes como Petrônio e seu rico e inculto Trimalcão, e Luciano, filho de artesãos, ou Epiteto, um ex-escravo.

Pelo que desenvolvemos até aqui, não se deve pensar, portanto, que a estabilidade do Império e as facilidades que criou para o processo de integração das populações ao redor do Mediterrâneo deveram-se ao estabelecimento de fronteiras rígidas da vida e da ordem. Ao contrário, muitas das novas fronteiras criadas podem ser consideradas como caminhos de integração. As redes de favorecimento, o evergetismo municipal, o cruzamento e confusão das fronteiras entre nascimento, riqueza, da honra pessoal e do *status* social abriam espaço para um amplo processo de negociação nos limites da ordem.

Mas o custo da integração não deve ser esquecido: a imposição de um poder único, a marginalização da pobreza, a repressão violenta de qualquer contestação, a criação de margens e bordas fronteiriças em muitas áreas rurais dentro do próprio Império, a incapacidade de integrar populações para além do *limes*. A integração propiciada pelo Império não representou, assim, um consenso, nem a paz geral que muitas vezes se propugna, mas um sistema de exploração contra o qual as alternativas eram escassas, dada a imensa dispersão geográfica e cultural dos insatisfeitos, dada a falta de alternativas viáveis ao Império. As revoltas dos judeus, a ascensão do cristianismo, propondo um novo ordenamento da vida em meio às cidades do Império, a literatura apocalíptica e o banditismo generalizado são exemplos de como a integração se fez à custa da maioria da população. Por outro lado, a única fronteira aberta, no interior do Império, era a do enriquecimento. Três ou quatro séculos de prosperidade, resultante da liberação das forças de integração no interior do Império unificado, que explicam muito sobre sua razoável estabilidade. A incapacidade de transformar essa integração econômica e cultural numa verdadeira integração social, numa comunidade de interesses, explica, talvez, e em parte, sua progressiva dissolução como unidade política.

RESENHA

Kostas Vlassopoulos, *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History Beyond Eurocentrism*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007. 288p. ISBN 978-0-521-87744-2.

Fábio Augusto Morales¹

Purcell discorda de Finley, que se opunha a Rostovzeff, que era contra Weber, que não aceitava Meyer, que refutou Bucher... A quadrilha primitivistas/modernistas ganha mais um membro, Kostas Vlassopoulos, que em seu *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*, publicado em 2007, se insere na (quase tradicional) crítica do primitivismo na História Antiga. Não vem só: traz consigo algumas das mais importantes correntes teóricas surgidas no final do século XX – o pós-modernismo, o pós-colonialismo, o mediterraneanismo, e a teoria dos sistemas-mundo. Com este arsenal, K. Vlassopoulos se volta contra a chamada “ortodoxia da História da Grécia”, identificada em quase todo o livro com a obra de M. Finley, historiador falecido em 1986, mas cujas teses permanecem ainda como contraponto primordial na afirmação de novas abordagens. Para melhor analisar a inserção do livro de Vlassopoulos nesta “quadrilha”, discutiremos seus objetivos e sua estrutura para, em seguida, problematizarmos algumas questões colocadas ou não pelo livro.

Dois são os objetivos explícitos do livro: criticar a ortodoxia e propor um modelo alternativo para a “História da Grécia”. O autor aponta alguns dos principais pressupostos desta ortodoxia: (1) a História da Grécia é parte da História da Europa; (2) a História da Grécia é uma etapa da evolução da humanidade na direção do Ocidente moderno, base para todas as comparações (pólis x Estado Nacional; economia antiga x capitalismo; cidade consumidora x cidade produtora); (3) a pólis, “princípio organizador” da História da Grécia, é uma entidade autárquica e autônoma. Contra tais pressupostos, o autor atualiza argumentos modernizantes na proposição de uma alternativa: para o autor, a História da Grécia não pode ser isolada da História do Mediterrâneo ou do Oriente Próximo, assim como se deve descartar qualquer teleologia, liberando desse modo as comparações com outras realidades históricas alternativas ao

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP; membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

capitalismo moderno ocidental; quanto à pólis, ela deixa de ser o único “princípio organizador”, dando espaço às diversas comunidades que se encerram ou que atravessam a pólis, além de ser vista como uma entidade aberta, inserida nas redes de circulação de bens, pessoas e ideias de sistemas-mundo, que tinham na Grécia alguns de seus centros.

O livro está estruturado em três partes. A primeira parte, “Defining the contexts of thinking about the *Polis*”, se divide em três capítulos. O primeiro é uma “An archaeology of discourses” sobre a “História Grega”, que analisa o modo como alguns discursos se tornaram hegemônicos e outros foram silenciados; particularmente importante é o período que vai da década de 1860 à Segunda Guerra Mundial, marcado pela disputa entre as posturas primitivistas e modernistas – a vitória primitivista resultaria na formulação da ortodoxia acima mencionada, silenciando com isso as teses modernistas. O segundo capítulo, “*The ancient discourses on the polis*”, discute, especificamente, os sentidos do termo na *Política* de Aristóteles; especial atenção é dada ao caráter a-histórico do conceito de pólis para Aristóteles, chamando atenção, com isso, para a inadequação de sua aplicação imediata na análise das pólis históricas. O terceiro capítulo, “Making use of Aristotle: concepts and models”, busca inspiração novamente em Aristóteles (com contribuições de Políbio), propondo, como alternativa à pólis enquanto princípio organizador da História da Grécia, quatro elementos: a análise das comunidades que não correspondem aos limites da pólis (maiores: grupos de mercenários e mercadores; menores: associações de culto); o conceito de “partes” de uma comunidade que se integram para realizar sua produção e reprodução; a análise das relações interpoladas em suas influências na comunidades da pólis; e a integração da pólis com seu ambiente externo, negando assim uma visão abstrata da pólis.

A segunda parte, “Rethinking the Contexts. The *Polis* as an entity: a critique”, se divide em dois capítulos. O primeiro, “East and West, Greece and the East: the polis vs. Oriental despotism”, busca refutar a separação absoluta entre a Grécia e o Oriente a partir da crítica da oposição pólis/despotismo oriental. Por um lado, a crítica é historiográfica: para o autor, a construção do modelo do “despotismo oriental” responde a uma postura ocidental que se reconhece no dinamismo da liberdade na pólis grega, enquanto os “outros orientais” restam estagnados no despotismo das grandes monarquias. Por outro lado, a crítica é histórica: ancorado na recente historiografia do mundo oriental, o autor reconhece nas sociedades orientais “supostamente despóticas” características semelhantes ao mundo da pólis: identidade cívica, instituições cívicas

(magistraturas e assembleias), autogoverno, deliberação política pública, sistemas cívicos de justiça e de representação pública de autoridades – tais semelhanças fazem o autor afirmar que, ao contrário do padrão vigente, as comparações da História da Grécia com as sociedades orientais devem se dar não apenas no campo econômico, mas também no político. O segundo capítulo, “The consumer city: ancient vs. medieval/modern”, se concentra na crítica da oposição entre os modelos da cidade-consumidora e da cidade-produtora como modelos explicativos, respectivamente, da estagnação da economia antiga e do dinamismo da economia medieval/moderna – o alvo principal é o livro *Economia Antiga*, de M. Finley. Após apontar as simplificações e equívocos de Finley em sua leitura das categorias weberianas, como, por exemplo, na identificação das “cidades de agricultores” (*Ackerbürgerstadt*) às “cidades-consumidoras” (*Konsummentenstadt*), K. Vlassopoulos apresenta diversos casos que demonstram que cidades antigas possuíam diversas características de “cidades consumidoras”, tais como produção manufatureira, intensa atividade exportadora e importadora, e profunda integração entre cidade, campo e redes de circulação em grande escala.

A terceira parte, “Beyond the polis: the polis as part of a système-monde”, se divide em cinco capítulos. No primeiro, “The polis as a unity of analysis: poleis and *koinonai*”, o autor argumenta que a pólis não pode ser entendida como uma entidade isolada, pois, como sociedade, ela por um lado não se restringe à comunidade de cidadãos (como no caso dos metecos e escravos de Atenas), e por outro ela é uma parte interdependente de um sistema-mundo (como no caso de metrópoles/*apoikiai*, confederações, *ethne* e impérios). No segundo, “Poleis and space”, o autor analisa a relação da pólis com o espaço propondo três categorias: póleis que exploram seu território para subsistência; póleis que exploram seu território tanto para subsistência quanto para comercialização; e póleis que não dependem de seu território para subsistência, utilizando redes de redistribuição, serviços e posição nos sistemas maiores. A partir desta classificação, o autor aborda a integração das póleis a regiões e sistemas-mundos específicos (como o Egeu, o Mar Negro, a Magna Grécia etc.), os movimentos de bens, pessoas, ideias e técnicas, e a questão dos centros e periferias nestes sistemas, para, por fim, propor que uma abordagem dos sistemas-mundo pode integrar na História Grega comunidades até então marginalizadas no modelo centrado na pólis, em particular a pólis de Atenas. O terceiro capítulo, “Polis and polities”, propõe um quadro teórico para a geopolítica dos “système-monde of polities”. Na elaboração do autor, a pólis dá lugar às “entidades políticas”, termo que incluiria desde pequenas

aldeias até grandes impérios; a interação destas diversas entidades políticas entre si e com os fluxos e redes econômicos formaria um determinado sistema-mundo político, dotado de uma lógica autônoma em relação aos sistema-mundo de natureza econômica/ecológica. Tal lógica explicaria, argumenta o autor, tanto as variações geopolíticas do sistema, quanto a ascensão e o declínio da polis. O quarto capítulo desta parte analisa as temporalidades da pólis: contra as narrativas lineares centradas na pólis (nascimento/arcaico, auge/clássico e declínio/helenístico), o autor propõe que as histórias econômica, social ou política não possuem necessariamente as mesmas periodizações. O quinto capítulo, finalmente, propõe uma nova metanarrativa da História da Grécia: trata-se de retomar as narrativas dos historiadores gregos antigos (particularmente Heródoto) das “ações de gregos e bárbaros”, agora apoiado pela conceituação dos sistemas-mundo e pela profusão de fontes provenientes da arqueologia, epigrafia e numismática. Qual seria a forma narrativa desta nova História da Grécia? O autor faz duas sugestões: a primeira é a retomada das ficções de viagem ao passado, como forma de familiarizar o leitor a instituições e culturas diferentes; a segunda, surpreendentemente, é o resgate do “discurso direto” na narrativa histórica, à moda dos diálogos de Heródoto, pelo qual o historiador poderia preencher as lacunas documentais com pequenas histórias inventadas, contanto que isso não entrasse em contradição com os fatos conhecidos.

Eis o livro, em sua potência e fraqueza. Vejamos agora, brevemente, algumas questões mais problemáticas. Em primeiro lugar, o autor toma os “Gregos” como uma entidade essencializada, desconsiderando os estudos que analisam a identidade grega como uma construção histórica e cultural. Quais são as fronteiras entre gregos e bárbaros? Quem são os gregos, quem são os bárbaros, a partir de quais pontos de vista? Tais questões não são abordadas, o que implica em uma reificação da “História da Grécia”. Em segundo lugar, ainda que seja notável a inserção da teoria dos sistemas-mundo dentro do quadro do “mediterraneanismo ecológico” (que deixa as geopolíticas mediterrânicas em uma posição marginal na análise), a prática e as idéias políticas se diluem no grande fluxo dos movimentos de pessoas, idéias e bens. Assim, se o autor se esforça em mostrar que havia na Mesopotâmia instituições políticas “democráticas”, quando são as pólis que estão em foco elas são reduzidas a entidades em busca de poder e prosperidade, não importando se são democráticas ou oligárquicas. A democracia entra na análise como exemplo de que as idéias, assim como os bens, também entram os fluxos de movimentos incessantes – se a democracia tem algum

efeito nestes mesmos fluxos, ficamos sem saber. Em terceiro lugar, os argumentos favoráveis ao retorno do “discurso direto inventado” na historiografia não são convincentes: o autor argumenta que, se determinada invenção não contradisser um fato conhecido, a narrativa continua científica. Exemplo do autor: um grego e um fenício, bebendo juntos após o trabalho no Pireu, conversam sobre política – ainda que não tenhamos documentos para este fato, ele não é improvável. Mas, poderíamos complementar, uma série de outros eventos *poderia ocorrer*: outras pessoas de outras etnias poderiam se juntar aos interlocutores iniciais, e, depois de muito vinho e algumas piadas de mau gosto, uma briga poderia ter começado, um magistrado da cidade que tentaria interferir e seria assassinado, o que iniciaria um período de caos no porto, tudo sendo resolvido alguns dias depois, com a interferência dos Onze e... Ora, não há nada que negue que isso *poderia* ter ocorrido, assim como não há nenhuma prova de que isso *ocorreu*: se na narrativa não aparecer um jovem vestido com a camisa da seleção brasileira e falando ao celular, tudo bem, tal narrativa continuaria sendo História. Continuará? Fora do ambiente pós-moderno, é de se temer que não.

Mas isso não nega o fato de que o livro de K. Vlassopoulos, parte tese de doutorado, parte panfleto, aborda questões importantíssimas para os historiadores da Grécia Antiga, que são chamados a se posicionar na nova configuração da (aparentemente) infinita quadrilha de primitivistas e modernistas, alinhada aos tempos de globalização.

RESENHA

Beard, Mary. *Pompeii, the life of a Roman town*. London, Profile Books, 2008. , 416 pp. ISBN 13 9781861975164.

Victor Sá Ramalho Antonio¹

Com a proposta de compor uma obra abrangente, sintética e, acima de tudo, atualizada acerca de Pompeia, Mary Beard escreveu o aclamado *Pompeii, the life of a Roman town*, título publicado em 2008. O subtítulo da obra expressa bem as pretensões da professora titular de Cambridge: lançar luz a todas as esferas da vida dos antigos habitantes da cidade às margens da Baía de Nápoles.

O tom da introdução do livro já deixa claro que Beard se propôs a trazer uma releitura da tradição estabelecida sobre os mais diversos aspectos de Pompeia: do momento da erupção do Vesúvio à religião dos pompeianos, a autora tenta quebrar tanto suposições quanto paradigmas, apoiando-se em uma vasta e atualizada bibliografia. É justamente quanto a tal bibliografia que a originalidade da obra de Beard pode ser repensada. O que há de inovador é justamente a síntese composta pela autora, e não exatamente a releitura da tradição, já feita por diversos autores, enfatizando um ou outro aspecto específico dos estudos pompeianos. Ainda assim, outras obras de caráter mais geral, mencionadas pela própria autora em “*Further Reading*” (pp. 317-335), como as de Zanker, Ling, Berry e Coarelli, trazem perspectivas semelhantes em relação a muitos dos aspectos tratados.

A referida seção final do livro, na qual Beard traz ao leitor parte da bibliografia usada com breves comentários, é um dos elementos mais interessantes da obra, casando bem com a proposta de ser, além de inovadora, uma porta de entrada para o leitor aos estudos sobre Pompeia para o leitor. O livro tem duplo caráter interessa tanto ao público acadêmico quanto ao leitor ocasional, para o qual a obra de Beard pode servir de guia às escavações. Seu caráter sintético também lhe confere um aspecto de obra introdutória, e seu tom cético com relação à tradição – que nem sempre é bem especificada – confere um aspecto contestatório na maioria de seus capítulos, com a ambição de reformular visões antiquadas sobre a cidade.

A introdução da obra levanta o tradicional problema dos corpos encontrados em

¹ Iniciação Científica – Universidade de São Paulo

Pompeia e do último dia da cidade. Beard expõe a visão recorrente e já consagrada entre os arqueólogos e historiadores contemporâneos, de que Pompeia não viveu em seus últimos anos dentro de uma normalidade, tratando-se de um período da história da cidade assaz diverso daquele de antes do ano de 62 d.C., quando a cidade foi assolada por um grande e devastador terremoto. Pompeia seria, pois, uma cidade em obra, e afetada por um significativo êxodo populacional, sobretudo da elite cidadina. Todavia, as obras então em andamento na cidade não necessariamente seriam diretamente ligadas ao sismo de dezessete anos antes, como afirma boa parte dos estudiosos atuais, mas teriam motivações bem mais recentes, relacionadas também a sismos, os mesmos abalos que fizeram com que boa parte da população evacuasse a cidade antes de ser acometida pela tragédia. Dessa forma, a autora aponta que muitos dos corpos encontrados nas escavações seriam de pessoas que haviam retornado em busca de seus pertencentes ou ladrões, criando um problema para os arqueólogos no que tange o número de vítimas diretas da erupção. Como efeito, para a autora, muitas perguntas seguem sem resposta, sobretudo aquelas relativas às datas dos eventos, ao número de habitantes e a exata localização do mar, decerto modificada pela erupção do vulcão. A autora também ressalta a questão da idade das construções da cidade, a maioria já antiga à época da erupção.

Ainda na introdução, Beard discute o problema da relevância econômica e política de Pompeia para o Império Romano, discordando da vertente de historiadores que prega a irrelevância da cidade, o que, para a autora, não passa de um mito. Tal questão permanece muito em aberto para os demais estudiosos de Pompeia, e a autora intenta quebrar tal mito a partir de argumentos que, apesar de interessantes, não dão conta por completo do problema. Para atestar a importância da cidade, a autora aponta para a proximidade geográfica entre Pompeia e Roma, para a popularidade da Baía de Nápoles entre os romanos mais abastados, para a ligação de algumas famílias da cidade com o poder imperial – notadamente Popéia Sabina, segunda esposa de Nero – e para a relevância econômica de certos produtos da cidade.

Saindo dos últimos anos da cidade, Beard começa a empreender sua tarefa de dar luz à vida cotidiana, aquela presente nos anos anteriores às tragédias que assolaram Pompeia e culminaram em seu fim. Do capítulo 2 ao capítulo 3, a autora vai da vida nas ruas, no espaço público, à vida nas casas, no espaço privado, e busca resolver alguns dos problemas mais inextricáveis, tais como a divisão social do espaço – para Beard, não haveria um zoneamento bem-delineado em Pompeia – e onde as pessoas mais

pobres viviam.

A pintura, tema tão tradicional dos estudos pompeianos, é abordada no capítulo 3, tendo como questionamentos prolíficos o significado e a função para aquelas pessoas das pinturas encontradas pelos arqueólogos. Beard levanta a questão da funcionalidade das pinturas em casas escuras e voltadas para um pátio interno, isto é, fechadas em si e distantes da rua. Para a autora, as características arquitetônicas estão costumeiramente relacionadas às pinturas, funcionando como paisagens criadas dentro das próprias casas. Beard também traz a questão do sentido das cenas mitológicas, pintadas nas paredes de casas e edifícios públicos para os habitantes de Pompeia, optando por uma visão que atribui relevância moral às pinturas. Mesmo se muitas delas não tivessem grande significado para boa parte dos habitantes, uma vez que não é certo que todos conheçam em absoluto muitos dos mitos, um bom número das pinturas deve ter sido cuidadosamente pensado por aqueles que as encomendaram, buscando desde associações pessoais com os mitos a transmissão de ensinamentos morais úteis e relevantes quando vinculados aos ambientes onde foram pintadas. Da mesma maneira, a escolha das cenas mitológicas apropriadas deve ter sido meticulosa em muitos casos, em outros a escolha deve ter se pautado na reprodução de cenas famosas à época, não tendo um motivo mais profundo para sua escolha.

O capítulo 4 é relativo à vida econômica dos habitantes da cidade, no qual a questão da relevância de Pompeia dentro do Império Romano é colocada novamente, assim como é trazido ao leitor o debate por ora insolúvel acerca da autossuficiência de Pompeia e da produção econômica de seu entorno rural. Os temas da agricultura e do comércio se fazem salientes, com Beard se posicionando a favor da visão de que Pompeia seria uma cidade comercial por excelência.

O capítulo 5 traz o problema da comunidade política pompeiana, quais homens dirigiam a cidade e, sobretudo, qual a abrangência dessa cultura política. Beard critica a visão de que Pompeia viva em meio aos debates e campanhas políticas. Retomando o problema do tamanho da população da cidade (intra e extramuros), importante para o debate acerca das habitações e da economia, a autora postula ser um exagero a denominação de “campanha” eleitoral para os grafitos e inscrições de caráter político. Beard enfatiza as relações interpessoais, valorizando o fato de a comunidade de cidadãos de Pompeia ser diminuta e a política ser feita dentro de uma dimensão de proximidade entre os cidadãos, mais humana, fazendo jus à sua proposta de se aproximar o máximo possível da dimensão humana da cidade.

O lazer ocupa as discussões dos capítulos 6 e 7, com a sexualidade sendo discutida no último. Outro mito que Beard aponta existir e busca contradizer é a onipresença das representações de falos e a quantidade de bordéis espalhados por Pompeia. Para o primeiro deles, Beard busca a explicação pelo machismo arraigado das sociedades itálicas, invalidando a explicação que pretendia dar conta da quantidade de representações fálicas encontradas, a de uma função apotropaica ou mesmo mística. Para o segundo problema, o dos bordéis, a autora aponta para duas questões com as quais os arqueólogos ainda não souberam lidar. Primeiramente, muitos dos recintos interpretados como bordéis não o eram, na verdade. Segundo, que a existência de locais específicos para o sexo com prostitutas é, muitas vezes, ambíguo, e difícil de precisar, podendo cada recinto ter mais de um uso – uma característica saliente na arquitetura doméstica pompeiana, como colocado pela autora no capítulo 3. Além dos espaços privados, espaços públicos, notadamente as termas, contribuem para tal problema. Por fim, para Beard, a distinção entre prostituição e sexo pago é, no contexto em questão, muito complicado, sendo duas práticas de natureza diferente, uma vez que tal prática não seria exclusividade de uma profissão específica. Da mesma maneira, as relações sexuais mantidas com escravos devem ser distinguidas.

O último aspecto da vida cotidiana abordado por Mary Beard é a religião, a respeito da qual a autora trata da multiplicidade de credos existente na cidade. Por fim, a autora traz em seu epílogo um roteiro turístico a se fazer, enfatizando o aspecto de livro introdutório aos estudos pompeianos e de leitura acessível ao público não acadêmico interessado na cidade.

O livro percorre um interessante circuito: vai da destruição da cidade e de todas as dúvidas que pairam sobre aquele momento, percorre a vida cotidiana de seus antigos habitantes e termina como um guia prático para o visitante. A obra de Mary Beard veio com a proposta de quebrar mitos, com uma metodologia questionadora e cética acerca da tradição, compondo uma nova obra-síntese acessível não apenas aos acadêmicos, mas ao público leigo. A autora foi bem sucedida na proposta, mas não se pode chamar a obra de revolucionária. Beard consolida e aglutina, em uma única obra, a visão corrente na última década acerca da cidade.

RESENHA

Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, New York/Oxford, 2005 576p. ISBN 0-333-98914-7.

*Uiran Gebara da Silva*¹

Alguns debates historiográficos parecem se aproximar do que Kant teria chamado de dialética transcendental. O filósofo de Königsberg reservara este conceito para questões tais como “Deus existe?”, “Qual o tamanho do Universo?”, questões a partir das quais seria impossível a articulação dos pressupostos teóricos e lógicos com os juízos derivados do conhecimento empírico, sendo, assim, detentoras de caráter apenas especulativo. Quando tais questões são discutidas, muitas vezes tem-se a impressão de que a resposta que satisfaz um investigador parece revelar muito mais a respeito dele mesmo (e de sua posição como investigador ou como agente social) do que sobre o objeto de estudo em si. Da mesma forma, o destino do Império Romano (do assim chamado “Ocidente”) é uma das grandes questões da historiografia do Ocidente (agora sim sem aspas) e não faz muito tempo – em termos de revoluções científicas na historiografia – parece ter se tornado uma dessas questões impossíveis de serem respondidas.

O estudo de Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, se insere e se posiciona muito claramente dentro desse (aparentemente) infinito debate. Ao longo das últimas duas ou três décadas, houve uma mudança de paradigma no que diz respeito ao que se pensava sobre o que teria acontecido com o Império Romano – e, neste caso, o todo do Império Romano acabou sendo cada vez mais levado em consideração. A visão hegemônica anterior – ainda muito presente no senso comum e nos manuais didáticos de história – afirmava a existência de um grande império mediterrânico dos séculos I a.C. a V d.C. que teria se fragmentado por volta do final desse período. Essa fragmentação era considerada o processo que teria marcado a transição entre duas grandes idades (do Homem, da

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP sob a orientação do prof. dr. Norberto Luiz Guarinello. Bolsista da Fapesp.

Humanidade, da Europa, ou da Cristandade, depende de qual tipo de universalismo estava baseada a divisão de Idades): a Idade Antiga e a Idade Média. Esta visão foi substituída por uma nova que afirma a continuidade das relações sociais daquela sociedade imperial e a adaptação de sua herança por novos agentes históricos, os povos bárbaros e as igrejas cristãs no território que Henri Pirenne, um pioneiro, chamara de România (Pirenne, 1970). Esta mudança de enfoque implicou também a afirmação de uma nova “Idade”, a Antiguidade Tardia.

Não se pode dizer, no entanto, que essa “nova ortodoxia”, como denominada por Brian Ward-Perkins (2005), foi resultado de mera mudança de perspectiva ou enfoque. Ela foi construída paulatinamente pela ação de pesquisadores ao longo dos últimos quarenta anos, como o próprio Peter Heather reconhece em sua introdução. Estes ampliaram o leque de questões que se fazia sobre o passado, implicando o estudo de novos objetos, permitindo a investigação da memória social presente na literatura, na iconografia, na cultura material, isto é, na história da cultura da Antiguidade Tardia. Tentou-se reconstituir os modos de vida cotidiana, a espiritualidade, a teia de relações sociais não expressas nos monumentos documentais dos locais de poder imperial. O resultado dessa inflexão cultural foi a descoberta da caravana que passava enquanto os cães latiam. O Estado imperial ruindo ou não, interrompendo-se ou não os circuitos comerciais mediterrânicos, tornando-se o cristianismo hegemônico ou não para a espiritualidade da sociedade mediterrânea e, por fim, as migrações dos povos bárbaros saqueando ou não essa sociedade mediterrânea, a vida continuava para as populações espalhadas ao redor daquele mar, e deixava indícios de sua continuidade. Peter Heather não desmerece a contribuição intelectual dessas últimas décadas, muito pelo contrário, incorpora-as em sua visão dos cinco primeiros séculos da era cristã. Sua preocupação, no entanto, é com as implicações que esses inúmeros “ou sim, ou não” tiveram para com o modo de vida que teria continuado ao redor do mar Mediterrâneo.

A obra é composta de três partes. A primeira, *Pax Romana*, está subdividida em três capítulos: “Romans”, “Barbarians” e “Limits of Empire”. O primeiro delineia a ordem romana, isto é, as relações e instituições sociais que constituíam o império dos romanos em termos ideológicos, econômicos, militares e políticos. É uma ótima síntese do que seria a sociedade imperial romana e, também, do processo de sua construção, seja como modo de vida, o que ele chama de romanidade, seja como estrutura de poder que articula o núcleo imperial com os governos de províncias e de cidades. O segundo capítulo apresenta os vizinhos bárbaros, tanto os que orbitavam ao redor do império

com formações sociais nômades e pastoris, ou agricultura menos desenvolvida que a romana, quanto o Império Persa, reconhecido aqui como potência militar cuja história acompanharia e daria sentido à do Império Romano. Tanto os persas quanto os outros bárbaros são entendidos por Heather em termos de sistemas e subsistemas sociais. Apresenta, assim, dois grandes sistemas sociais, o persa e o romano em competição, o que lhe permite ver os grupos bárbaros como subsistemas associados. Assim, a compreensão da crise administrativa romana do século III deve ser associada com a reorganização sassânida do Império Persa. E, por sua vez, o desenvolvimento das confederações bárbaras na região do Danúbio está diretamente ligado às mudanças na forma de vida destes povos, decorrentes da presença da fronteira romana como processo de desenvolvimento social e não por causa de algum talento intrínseco das tribos à guerra e ao saque. Heather não percebe essas organizações políticas como categorias étnicas essencializadas, mas como organismos políticos em construção (esta compreensão deve muito à arqueologia da região do além-Danúbio). Já o terceiro capítulo apresenta uma rica utilização do conceito de limite. Limites aqui não são empregados apenas em seu sentido de delimitação de um território, mais ou menos sinônimo de fronteira territorial, mas também como os pontos máximos de tensão social em seu desenvolvimento interno. Heather descreve aqui o processo de transformação e expansão Estado romano ao longo do século III e como este se deu dentro de certas margens de manobra impostas por sua condição de império mediterrânico agrário. Como o limite à expansão da fronteira agrária até o Reno e o Danúbio, para além dos quais a possibilidade de produção de excedente não justificaria a presença do Império. Ou como o limite associado aos interesses de sua elite – uma heterogênea aristocracia agrária – em reforçar ou enfraquecer esta ou aquela dimensão do poder estatal, de forma que o autor permite ao leitor entender as articulações do poder romano com muito mais consistência do que como uma superficial oposição entre imperador e Senado. A conclusão desta parte, fundamental para a tese de Heather, deriva diretamente desta compreensão do Império a partir de seus limites: este teria sobrevivido à crise do século III e se rearticulado como poder político ao manobrar dentro das possibilidades impostas por sua condição de império mediterrânico, não estando, portanto, em decadência.

É esta visão de continuidade da ordem e da civilização romanas – que o autor incorpora do novo paradigma historiográfico – que lhe permite praticar fundamentalmente uma história militar na segunda parte, “Crisis”. Esta tem quatro

capítulos e é muito mais narrativa do que a primeira. Em “War on the Danube”, é investigado o aparecimento dos hunos nas áreas dominadas pelos povos bárbaros além do Danúbio, e de como a presença deste novo grupo muito superior no manejo do arco teria desarticulado as confederações bárbaras ali existentes. Heather segue então a narrativa da cadeia de eventos tradicional que vai do pedido godo de asilo ao desastre de Adrianópolis, com a ascensão de Teodósio. Em “The City of God” e “Out of Africa”, Heather narra o processo de penetração dos povos bárbaros na Gália, na Hispânia, na Itália e depois na África, e enquanto lida com questões especificamente militares – tais como “qual o tamanho dos exércitos?” – também observa os bárbaros de uma perspectiva que os entende como parte da dinâmica social romana. Assim, a desconfiança da tradicional elite romana para com bárbaros romanizados em posição de poder, como por exemplo, contra Estilicão, surge como mais do que uma negação abstrata “do outro”, mas como parte de uma disputa ideológica dentro da aristocracia romana. Tais capítulos lidam com vários dos problemas já bem conhecidos dos que se interessam pelo Império Romano, mas conclusões do autor são do tipo que propõem novas questões: como reagiu a população romana ante a presença de godos, alanos, vândalos, alamanos e burgúndios como forças militares autônomas, *contra* e *a favor* do Estado romano? Como reagem os cristãos? Como reagem os pagãos? Como receberam o saque de Roma em 410 d.C.? Que impacto isto tudo teve sobre a cobrança de impostos e o alistamento militar? O quanto o Império era dependente da produção agrária africana e por que a conquista vândala da região foi um desastre econômico? Em “Atilla the Hun”, esta famigerada figura é retratada como o agente histórico mais proeminente no ápice da formação de um império nômade multiétnico, isto é, do surgimento de uma estrutura política centralizada a partir das várias federações e confederações de povos que viviam no além-Danúbio. A ascensão deste império e sua constituição como uma ameaça é vista pelos olhos romanos seja pela leitura antropológica dos fragmentos de Prisco, seja pelo uso recorrente que Aécio fez dos hunos, familiarizando-os com as práticas militares romanas.

A terceira parte, por fim, “Fall of Empires”, tem três capítulos: “The Fall of the Hunic Empire”, “End of Empire” e “The Fall of Rome”. No primeiro deles, Peter Heather associa a dificuldade da continuidade de uma estrutura de poder como a do Império Huno – sem sistema social de reprodução próprio e gerador de contínua divisão social, em níveis superiores até para os povos germânicos – com a revolução política e ideológica que acontece na Gália, Hispânia e Itália, onde as elites aristocráticas passam,

depois de muita resistência, a aceitar a figura do bárbaro romanizado como representante do poder estatal – processo que Heather descreve como uma *revolução ideológica* a partir da análise crítica dos textos de Sidônio Apolinário. Nos dois últimos capítulos, o autor delinea a incapacidade do Estado romano em se manter no domínio de todo o território anteriormente ocupado. Conforme seguidas crises sucessórias acometiam o manto imperial em Ravena e cada vez mais os exércitos *foederati* de bárbaros eram utilizados, mais os Estados sucessores associados às elites bárbaras passavam a ser vistos como a melhor alternativa política para os grandes proprietários da África, Hispânia, Gália e Itália. Ao mesmo passo, Constantinopla e seu imperador conseguiam se manter no domínio do Mediterrâneo oriental, ainda tendo o Império Persa como potência concorrente.

O autor, desta forma, apresenta uma visão sistêmica do Império Romano e a explicação que propõe para o fim do Estado Romano nas regiões ocidentais do Mediterrâneo permite entender todos esses povos bárbaros como internos à história do Império, pois seria o processo de formação e integração dos Estados subordinados (como as confederações ou o próprio Império Huno) ao Império Romano que teria levado à desarticulação da romanidade tanto nas províncias ocidentais quanto na antiga região central do Império, na Itália. Isto é, a desarticulação daquela ordem romana que Peter Heather apresentara no primeiro capítulo é operada em parte pelas escolhas políticas da elite romana, em parte pela atuação dos povos bárbaros como parte *da* história romana. Dessa maneira, me parece surpreendente que o conceito que tenha escolhido para sintetizar esse processo seja o de *exogenous shock* (choque exógeno), já que nem os povos germânicos ou iranianos que habitavam o além-Danúbio e o Reno e nem mesmo os hunos podem ser vistos, a partir da própria análise de Heather, como exógenos. Contudo, esta escolha se deve à necessidade do autor de se opor veementemente à força do argumento gibboniano da *Queda e Decadência* causadas por motivos “internos”, que considerara os bárbaros componentes secundários no processo. Parece que nem mesmo Peter Heather se apercebeu totalmente da riqueza teórica de sua visão sistêmica do Império Romano.

O impacto dessa obra, em um quadro historiográfico de disputa de paradigmas, não ficou isento de mal-entendidos e injustiças. Mesmo o autor tendo sido chamado por James J. O’Donnell de membro de uma contrarreforma historiográfica, seu estudo está muito distante de uma posição dogmática e irreduzível que tal resenha tentava lhe imputar (O’Donnell, 2005). O esforço de incorporar e revisar a historiografia recente

sobre a Antiguidade Tardia produziu uma obra rica em referências bibliográficas, uma espécie de roteiro crítico da “nova ortodoxia”, que maneja de maneira hábil a documentação literária primária. Isto é, Heather não faz uso da documentação escrita como fonte direta de informação factual, como é muito comum em historiadores defensores do paradigma da *Queda e Decadência*, mas busca compreender a lógica própria da escrita de diferentes fontes literárias, assim como as mediações ideológicas pela qual toda produção textual passa. Isto se expressa, por exemplo, na compreensão da documentação legal, como quando apresenta e analisa a ritualística do poder imperial e senatorial que acompanhou a instituição do Código Teodosiano (pp. 128-139), ou quando analisa discursos políticos, como a defesa que Temístio faz da ruptura nas relações com os bárbaros realizada por Teodósio após o desastre de Adrianópolis (pp. 182-189), ou mesmo na leitura do poema *Mosella*, de Ausônio, como defesa da “romanidade” (*romanitas*) de Trier (pp. 32-45). Assim, a obra de Heather é volumosa, mas acessível, já que o autor optou por uma linguagem mais coloquial e pelo uso recorrente de comparações e analogias entre os processos sociais da história romana e os da história moderna ou contemporânea. Temístio é, por exemplo, seguidas vezes chamado de *spin doctor* (o que se pode traduzir do inglês para o português como “manipulador de opinião”).

Mas, em termos de impacto, este livro foi a público um par de anos antes da eclosão da recente crise econômica, que teve como ponto zero o atual Grande Império (seja ele objetificado no Estado-nação estadunidense, seja ele pensado como o sistema econômico capitalista das corporações, muito maior do que um território ou Estado-nação). Já que o paradigma que afirma a continuidade e a lenta transformação do Império Romano (do assim chamado “Ocidente”) em Europa foi construído ao longo dos anos da ascensão do Neoliberalismo, da constituição da União Europeia, da proposição de uma Nova Ordem Mundial e tendo como ruído de fundo algumas análises cripto-filosóficas que propunham o “fim da História”, a obra de Heather parecia ir contra o senso comum dos tempos recentes, embora o saque de Roma como descrito por ele possa ter tido alguns ecos da queda das duas torres em Nova York. Como esta resenha foi escrita após a eclosão da crise econômica, uma visão de crise do Império Romano (do “Ocidente”) parece estar novamente sendo aceitável para o senso comum da época. Tivesse sido lançado alguns anos mais tarde, este livro poderia muito bem ter se chamado *A Crise do Império Romano*.

Mas não devemos valorizar em demasia esse espírito dos tempos como única força determinante da aceitação de um estudo como este. Assim, em vez de se colocar sob uma armadilha teórica que transformaria em questões impossíveis de serem respondidas quaisquer investigações sobre o passado – e não apenas os “grandes” debates historiográficos, é necessário que o historiador reconheça que entre os defensores do antigo paradigma e a geração de Heather há muitas diferenças, inclusive no plano do conhecimento empírico. Há semelhanças, por exemplo, entre a visão dos hunos de Peter Heather e a de Ferdinand Lot, porém, em oposição às intuições cultas de Lot, há uma montanha de conhecimento antropológico e arqueológico sobre o nomadismo nas estepes da Eurásia sustentando as afirmações de Heather. O débito que o historiador tem para com o senso comum de sua época – opiniões derivadas de sua experiência de vida que lhe parecem tão óbvias que, em vez de serem analisadas, transformam-se em justificativa para seus argumentos – não pode ser descartado, ignorado, nem resistido; ele deve ser integrado de forma crítica ao conhecimento da mesma forma que fez Peter Heather neste estudo.

Bibliografia

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Dom Quixote, Lisboa, 1970.

WARD-PERKINS, Brian. *The Fall of Rome: And the End of Civilization*. New York, Oxford University, 2005

O'DONNELL, James J. Review of *The Fall of the Roman Empire: A New History*. *Bryn Mawr Classical Review* 2005.07.69. <http://bmcr.brynmawr.edu/2005/2005-07-69.html>

